

ADVERTIMENT. La consulta d'aquesta tesi queda condicionada a l'acceptació de les següents condicions d'ús: La difusió d'aquesta tesi per mitjà del servei TDX (www.tesisenxarxa.net) ha estat autoritzada pels titulars dels drets de propietat intel·lectual únicament per a usos privats emmarcats en activitats d'investigació i docència. No s'autoritza la seva reproducció amb finalitats de lucre ni la seva difusió i posada a disposició des d'un lloc aliè al servei TDX. No s'autoritza la presentació del seu contingut en una finestra o marc aliè a TDX (framing). Aquesta reserva de drets afecta tant al resum de presentació de la tesi com als seus continguts. En la utilització o cita de parts de la tesi és obligat indicar el nom de la persona autora.

ADVERTENCIA. La consulta de esta tesis queda condicionada a la aceptación de las siguientes condiciones de uso: La difusión de esta tesis por medio del servicio TDR (www.tesisenred.net) ha sido autorizada por los titulares de los derechos de propiedad intelectual únicamente para usos privados enmarcados en actividades de investigación y docencia. No se autoriza su reproducción con finalidades de lucro ni su difusión y puesta a disposición desde un sitio ajeno al servicio TDR. No se autoriza la presentación de su contenido en una ventana o marco ajeno a TDR (framing). Esta reserva de derechos afecta tanto al resumen de presentación de la tesis como a sus contenidos. En la utilización o cita de partes de la tesis es obligado indicar el nombre de la persona autora.

WARNING. On having consulted this thesis you're accepting the following use conditions: Spreading this thesis by the TDX (www.tesisenxarxa.net) service has been authorized by the titular of the intellectual property rights only for private uses placed in investigation and teaching activities. Reproduction with lucrative aims is not authorized neither its spreading and availability from a site foreign to the TDX service. Introducing its content in a window or frame foreign to the TDX service is not authorized (framing). This rights affect to the presentation summary of the thesis as well as to its contents. In the using or citation of parts of the thesis it's obliged to indicate the name of the author



HABITAR EM PORTUGAL NOS ANOS 1960: RUPTURA E ANTECEDENTES

UM CAMINHO PELO INTERIOR DO DISCURSO

PATRÍCIA SANTOS PEDROSA

Tese de Doutoramento

Departamento de Projectes Arquitectònics
Escola Tècnica Superior d'Arquitectura de Barcelona
Universitat Politècnica de Catalunya

Maio de 2010

PARTE II _ RUPTURA: A ESCRITA COMO OPÇÃO



fig. 2.1 – “Tempos modernos”, *Menina e Moça*, n.º 138, Abr. 1959, p. 4.

4. A CASA, O CONTEXTO E A POLÍTICA

Em 1959 um articulista anónimo da revista *Menina e Moça* não hesitava em identificar que se estaria num momento de mudança. O título, “Tempos Modernos”, é o primeiro indício desta constatação, mas o conteúdo está longe de valorizar estes tempos novos. O texto marca mais do que um tempo e define igualmente uma geografia identitária; face ao que vai apresentando sobre as alterações da esfera do doméstico e do familiar esclarece, quase a encerrar, que “em Portugal ainda não chegámos às condições de vida americana”⁴²¹, logo a esse outro nível de vidas familiares supostamente modernas e a tender para o exercício igualitário das actividades domésticas.

Desta vez já não é no interior do ninho que, como defendia Raul Lino, se jogavam as relações familiares e conseqüentemente o seu contacto com o exterior [fig. 2.1]. Na imagem que acompanha o artigo referido, nuvens sucessivas são palco para quatro distintos momentos da vida doméstica. Aqui o jogo gráfico é mais irónico. O autor não teme colocar num mesmo momento o expectável ambiente idílico vivido sobre nuvens com o acontecimento mais prosaico e nem sempre prazenteiro da vida doméstica. Os quatro episódios relatados não são directamente associáveis aos avanços da vida moderna em contexto doméstico, mas consegue-se perceber e construir uma ligação entre estas tensões e as *modernices* importáveis. As dinâmicas familiares relatadas não são seguramente as que a revista *Menina e Moça*, porta-estandarte das virtudes da vida em família e da defesa absoluta desse reduto social, teria como modelo. Neste sentido, os supostos excessos no período de namoro, as vontades da mulher que, existindo, entram em divergência com as dos maridos, a pouca contenção e

⁴²¹ s.a., “Tempos modernos”, *Menina e Moça*, n.º 138, Abr. 1959, p. 4.



fig. 2.2 – “Tempos modernos”, *Menina e Moça*, n.º 138, Abr. 1959, p. 4.

humildade das esposas que gastam o que os maridos ganham ou, por último, a incapacidade de, como mães, cumprirem o seu papel, sob o olhar incriminatório dos maridos mas sem a sua colaboração efectiva, são compreensíveis no ambiente descrito no artigo, onde os jovens casais surgem num contexto de diferentes hábitos e dinâmicas. Seja como for, a relação da ilustração com o texto é finalizada com a imagem de dois jovens lendo supostamente manuais de preparação para o casamento e não aparentando grande à-vontade ou compreensão do que se encontram a ler [fig. 2.2]. No fundo, tal como se verá no artigo, existe uma desconfiança relativa tanto à mudança como aos processos de preparação propostos para que as jovens famílias saibam lidar efectivamente com a crescente igualdade entre homens e mulheres.

O objecto principal do artigo, destinado à população juvenil feminina, prende-se com a valorização do casamento, construindo uma crítica que começa na saída da mulher do seu espaço tradicional – a casa – para o contexto do trabalho⁴²². Este “mundo [que] anda de pernas para o ar” retira à mulher a sua “tripla coroa” de esposa, mãe e dona de casa. Ou melhor, percebe-se na continuação do artigo que acumula este reino com o do espaço exterior do trabalho, ficando assim “dividida entre a carreira e o lar”, logo “inadaptada nos dois meios, tão diferentes onde vive”. À falta das respostas modernas criadas noutros contextos, com os seus cursos de preparação dos jovens de ambos os sexos para uma vida mais igualitária a dois, acaba o texto por propor à leitora que suporte heroicamente as suas obrigações para ser merecedora do louvor de ser “mais preciosa do que as riquezas que se trazem das extremidades do mundo”⁴²³. Aparentemente, a mulher adaptava-se às mudanças, trabalhando fora de

⁴²² A revista *Menina e Moça*, da responsabilidade da institucional Mocidade Portuguesa Feminina, visa “impor um determinado sistema de valores à população juvenil feminina”, aproximando esta faixa da população de um conjunto de valores cuja manutenção interessa sobremaneira ao Estado Novo (Marta Véstia Fidalgo, *Menina e moça. Um ideal de formação feminina (1960-1970)*. Lisboa: Org. não Governamentais do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 2002 [2002], pp. 13-14).

⁴²³ s.a., “Tempos modernos”, p. 4.

casa e trazendo a mais valia de um outro ordenado para a família; deste modo, surge uma duplicação da exigência, porque a âncora que se queria socialmente ver nela não sofre abrandamento. Como resposta a este processo, ao contrário do apoio e das mudanças necessárias, assistia-se a uma continuação da tradicional ideia da mulher como figura capacitada para aguentar todas as privações, e inventar soluções que unicamente do seu sacrifício dependem.

Num primeiro momento, o encaminhamento das mulheres, principalmente da classe média, para o mercado de trabalho surge carregado de estigma. Esta associação entre o trabalho feminino e as necessidades económicas prementes das famílias vai-se dissolvendo e a sua generalização contribuirá para que, no final de 1940, a escritora Maria Lamas afirme que o “facto duma mulher ganhar a sua vida já não representa um desprestígio”. Esta mudança surge, segundo a autora, consolidada pela mudança de mentalidades que suportam a atitude dos pais na hora de escolherem a educação das filhas. No sentido de lhes permitir “contar consigo próprias em todas as emergências da vida”, a educação de sentido prático reflecte-se no aumento sistemático na frequência dos liceus, faculdades e escolas técnicas ou normais, por parte das jovens mulheres⁴²⁴.

Não são só os artigos destinados aos meios femininos em formação que dão eco das mudanças efectivas. Vários dados contribuem para a afirmação de que, na década de 1960, a estrutura familiar portuguesa se encontra em processo efectivo e significativo de mudança. Dentro de casa entra o mundo e o restante país, através da televisão que, iniciada no final da década anterior, chega a quase todo o território nestes anos em estudo. Por outro lado, com um impacto significativo crescente, a mulher sai e entra no mercado de trabalho, tanto no mundo rural como no urbano⁴²⁵. A estrutura familiar está num momento charneira e a vida doméstica, tal como o espaço onde esta acontece, encontra-se igualmente em questão. Interessa-nos, dado este contexto de forte mudança, observar com atenção o papel que à arquitectura doméstica vai sendo destinado, nestes anos de 1960.

É possível encontrar igualmente, em revistas não dedicadas em particular às reflexões sobre a habitação, os ecos do agravamento das situações relacionadas com este tema, explanados de um modo cru e nada valorizador da situação portuguesa. A dificuldade no acesso à habitação é a continuação de uma carência de longa data, agravada em contexto urbano pela intensificação das movimentações da população em direcção às cidades. Num dos editoriais da revista feminina *Eva*, a directora, Carolina Homem Christo, afirma, não sem alguma nota de escândalo e reprovação, que “casas... para gente remediada não há” e, de seguida, desenvolve sobre a dificuldade e a corrupção que envolve o processo de acesso às casas de renda limitada e, inclusivamente, a outras menos

⁴²⁴ Maria Lamas, *As Mulheres do Meu País*. Lisboa: Actuais, 1950, pp. 427-428.

⁴²⁵ António Barreto, “Três décadas de mudança social” in António Barreto. *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*. Lisboa: Instituto Ciências Sociais - Universidade de Lisboa, 1996, p. 37.

acessíveis. Como é explicado, e por motivos diversos, a que a falta de fogos urbanos não é alheia, o acesso às casas que se iam construindo estava envolto num processo de conhecimentos e subornos que retiravam as mesmas do mercado muito antes de estas estarem, sequer, terminadas⁴²⁶.

Reconhecemos assim dois processos que, de modo distinto, reorganizam e minam a disponibilização dos insuficientes fogos que iam surgindo. Por um lado, como a articulista anterior refere, sistemas pouco claros organizavam a distribuição dos fogos que os investidores privados iam produzindo, não permitindo sequer que estes entrassem verdadeiramente no mercado. Por outro, os que tinham patrocínio público, como o Bairro do Arco Cego, em Lisboa, acabavam por se desviar dos seus públicos-alvo. Neste caso, a deslocação devia-se à impossibilidade de as populações mais carenciadas conseguirem pagar os valores das rendas, sendo os fogos então alugados por populações de classe média, muitas das vezes avalizadas pelo vínculo profissional do chefe de família com o Estado ou o município.

Estas duas crises, da família e da habitação, atravessam de modos distintos mas com igual importância este trabalho. Tanto a tentativa de, social e arquitectonicamente, se concretizar o movimento natural de mudança de papéis no interior das famílias, como a concretização da exigência de habitação aceitável para a maior parte da população, são factores incontornáveis quando se escolhe reflectir sobre a arquitectura doméstica no contexto dos anos 1960 portugueses. Se ambos já haviam sido tratados com maior ou menor grau de interesse e profundidade por parte dos arquitectos, será neste momento que se assiste a alterações significativas, em qualidade e em quantidade, na abordagem dos temas. Keil do Amaral já referira, em 1945, a gravidade do problema da falta de casas e das relações que se estabeleciam entre este e a especulação, que condicionava as respostas efectivas a umas regras pouco justas e muito dirigidas à pequena fatia da população urbana que conseguia chegar ao curto mercado de arrendamento⁴²⁷. Tal como Miguel Jacobetty ou João Simões reflectiam, pouco tempo depois, sobre as variações das relações familiares resultantes da saída mais sistemática de casa por parte da mulher trabalhadora e sobre as necessárias repercussões no pensamento e no desenho do espaço doméstico⁴²⁸. O que antes são apontamentos e preocupações efectivas, ainda que com escassas consequências práticas, tomará um espaço crescente de interesse, reflexão e produção que defendemos constituir um momento distinto no percurso da arquitectura doméstica portuguesa. Este momento, produtor de mudanças metodológicas com uma crescente procura de um efectivo valor de cientificidade, surge num contexto onde o próprio país se encontra numa irreversível, ainda que lenta,

⁴²⁶ Carolina Homem Christo, "Comentários da Directora", *Eva*, n.º 1059, Abr. 1960, p. 3.

⁴²⁷ Amaral, *O Problema da Habitação*, pp. 34 e seguintes.

⁴²⁸ Jacobetty, "Estudo de casas de renda económica [comunicação]", pp. 267-286 e Simões; Lobo; Rodrigues, "O alojamento colectivo", pp. 236-242.

actualização sociocultural, face à sua envolvente europeia. As alterações políticas ainda tardarão mais de uma década a acontecer.

Portugal, depois de um século XIX cheio de agitação e mudanças, de invasões napoleónicas e fugas reais, entra no século XX substituindo a monarquia por uma república (1910). Não sendo a República capaz de trazer ao país e aos seus cidadãos a estabilidade e o desenvolvimento desejados vê-se, primeiramente, atacada por uma curta ditadura militar (1917). O país volta, um ano depois, à frágil república parlamentar mas poucos anos mais aguentaria este sistema político. Em 1926, outro golpe militar estará na origem da longa ditadura de Oliveira Salazar e dos mais de quarenta anos do Estado Novo, debaixo da mão firme deste ditador. Só na Primavera de 1974 Portugal volta a conquistar o direito a viver em democracia.



fig. 2.3 – Fotografia do General Humberto Delgado em campanha eleitoral no Porto, autor desconhecido, 14 de Maio de 1958. Fonte: Fundação Humberto Delgado.

Analisando a história da realidade portuguesa em geral e arquitectónica e urbana em especial é possível identificar nestes anos de 1960 alguma modernidade, ou desejo dela, que vai chegando efectivamente a este periférico pedaço de Europa. De um modo genérico, na Europa Ocidental a segunda parte da década de 1940 significara a ampla descoberta da democracia, não aplicável à excepção que representam os casos ibéricos. Foram tempos de moderação, em que a reconstrução não se baseava em princípios socialistas, com os medos muito presentes dos extremismos⁴²⁹. Em Portugal a “volta à ordem” marcara também as décadas de 1940 e grande parte da de 1950. Esta última encerra porém em agitação: eleições presidenciais em 1958 [fig. 2.3], greves e manifestações numa realidade social, que ao contrário dos anos 1940, já não era apenas “marcadamente rural”⁴³⁰. O inevitável desenvolvimento da sociedade portuguesa ia acontecendo e ultrapassando determinadas expectativas iniciais de Oliveira Salazar, na fixação a um passado nacional e rural que, em muitos sítios do país, fora dos maiores centros, se arrastaria ainda por muitos mais anos.

Como já se apontou, são diversas e de diversos níveis as mudanças a cuja concretização o país assiste ao longo dos anos 1960. No que respeita à estrutura populacional, encontramos, por um lado, as

⁴²⁹ Mark Mazower, *Dark Continent. Europe's Twentieth Century*. London: Penguin Books, 1998, pp. 290-295.

⁴³⁰ César de Oliveira, "A Evolução Política" in Fernando Rosas. *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, vol. XII. Lisboa: Editorial Presença, 1992, pp. 80-81.

migrações que mudam o rosto do país: o Portugal rural esvazia-se, as cidades crescem violentamente; depois de Lisboa, Paris passa a ser a segunda cidade com mais portugueses em todo o mundo, sublinhando o papel de produtor de emigrantes em que o país se tornara. Por outro lado, as guerras coloniais começam – em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique – e absorvem uma parte significativa do investimento económico e de gentes, por mais de uma década, fragilizando ainda mais o incipiente tecido social do país. A guerra, nos territórios coloniais do Império, começa em 1961, em Angola, e só a Revolução, em 1974, colocará um fim. Em 1963, amplia-se ao território da Guiné-Bissau e em Moçambique a acção armada será iniciada no ano seguinte. Para lá dos profundos danos sociais e económicos produzidos por mais de dez anos de guerra, é de assinalar o aumento do isolamento internacional que, só neste momento, a ditadura salazarista começa realmente a sofrer⁴³¹ e o esgotamento produzido nos jovens militares que farão precipitar a Revolução. Como afirmou Eduardo Lourenço, esta guerra foi “absurda, politicamente anacrónica e eticamente contrária à mitologia própria do nosso colonialismo «exemplar», com o seu famoso humanismo cristão servindo-se de referência e caução”⁴³².

Com toda esta actividade social dentro e fora de portas, assistimos a alterações profundas e significativas, no contexto da família, célula social que a ditadura obsessivamente alimentara. As mulheres vão representando um papel cada vez mais amplo do que tradicionalmente lhes tinha sido destinado e no qual o regime insistia. Para a ditadura e para Salazar, a mulher era o nó principal da família. Educadora e berço da nação cristã pretendida. Mulher tranquila, acolhedora, atenta, discreta e quase invisível. Sempre equilibrada e de uma piedade cristã sem fim, era a âncora e garantia da continuação dos valores que Deus e Salazar representam. Se na trilogia salazarista de Deus, Pátria, Família, Pátria quer dizer seguramente a acção conciliadora do ditador, podemos pensar que a família existe profundamente ancorada na figura dessa *mater universalis*, Nossa Senhora de Fátima do quotidiano, o cimento mais nobre, implantado na célula mais pequena e mais vital da organização desejada da sociedade.

O impacto causado por estas mudanças produz tensões diversas que exigem de qualquer sociedade respostas e adequações; de Portugal não se esperava menos. O seu variável isolamento, assim como a ainda assim insuficiente pressão internacional, não ajudarão a que surjam as soluções políticas e sociais ansiadas ainda nesta década. Durante mais de dez anos, os homens jovens continuam a ir para África combater e morrer ou emigrar, fugindo dela; milhares continuam a abandonar o país, procurando melhores condições de vida no estrangeiro, e o dinheiro continua a não existir para o investimento

⁴³¹ Fernando Rosas; J. M. Brandão de Brito (ed.), *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I. Lisboa: Bertrand, 1996, pp. 413-415.

⁴³² Eduardo Lourenço, *O Labirinto da Saudade*. Lisboa: Gradiva, 2001 (2.ª ed.) [1978], p. 11.

alargado no desenvolvimento nacional. As mulheres persistem em representar o seu papel ambíguo, vivendo uma esquizofrenia entre o passado tradicional e o futuro moderno. Tudo isto numa realidade urbana imprópria; onde se assiste a uma avalanche de gente que chega às cidades sem que estas os saibam e possam acolher, tendo assim os migrantes internos que improvisar, resolvendo os seus problemas como sabiam ou podiam⁴³³.

A nossa investigação sobre a habitação está inevitavelmente imersa no que é a realidade sociocultural destes dias. O que interessa observar com atenção é como se articulam arquitectos, família e sociedade, numa procura de relações, promiscuidades e incompatibilidades. A ideia de traçar um esboço do marco político e geográfico, considerando elementos como os papéis femininos em mudança, o peso das migrações ou o flagelo da guerra, justifica-se porque uma parte das alterações que a arquitectura doméstica acusa nestes anos tem relações profundas com esta sociedade tensa e num caminho lento e não especialmente seguro para a democracia.

4.1. REALIDADE EM NÚMEROS

A identificação de algumas linhas de enquadramento a que a bibliografia específica dá suporte, parece-nos merecedora de algum escrutínio mais atento. Por isso julgámos incontornável observar dados e leituras que aclaram a situação então vivida e, com especial interesse, fazê-lo como acontecimento dinâmico, já que o percurso que as mudanças vão adoptando ao longo desta década e meia, de finais de 1950 até ao momento pré-revolução (1974), são significativos. Ainda que habitualmente possam não trazer surpresas relativamente ao sentidos das alterações, a velocidades com que estas acontecem – que configuram mais ou menos continuidade e mudança – são dados relevantes para se compreender as próprias alterações e permanência a que a reflexão e produção da casa estão sujeitas.

4.1.1. SOBRE A POPULAÇÃO

Quando se observam os dados que caracterizam Portugal antes e depois da primeira metade do século XX, compreende-se uma efectiva geometria de mudança social. Assiste-se a uma dinâmica cuja complexidade é resultado directo de um país que se vê exposto, de uma só vez, a uma panóplia de alterações significativas no seu interior e nas suas relações com o exterior. Chegam cada vez mais imagens do que fora ia acontecendo, transportando um ar de futuro desejado que, inevitavelmente,

⁴³³ Fernando Martins, "As «mudanças invisíveis» do pós-guerra" in José Mattoso; Fernando Rosas. *História de Portugal: O Estado Novo (1926-1974)*, vol. 7. Lisboa: Estampa, 1998, pp. 419-430.

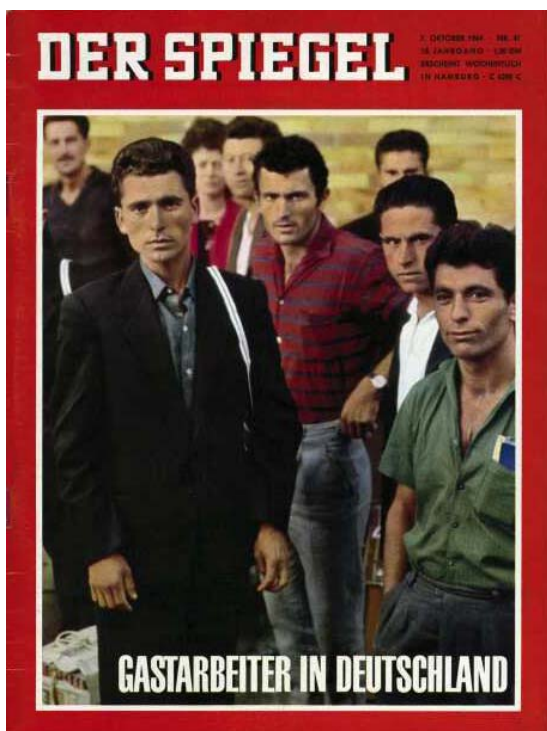


fig. 2.4 – Capa. Gastarbeiter in Deutschland. *Der Spiegel*, n.º 41, 1964.

contagiavam as aspirações pessoais e de alguns grupos mais predispostos para esse conjunto de mudanças.

No contexto geral da população, a década de 1960, principalmente na sua segunda metade, é caracterizada por uma diminuição efectiva da população residente que, em 1970, desce para valores próximos aos de vinte anos antes⁴³⁴. Como refere Mazower, um dos números de 1964 da revista alemã *Der Spiegel* apresenta na capa o trabalhador português Armando Rodrigues [fig. 2.4] ganhador de uma mota por ser o milionésimo trabalhador imigrante a entrar no país⁴³⁵. O que aparenta ser um carácter anedótico é antes um sinal da importância das migrações portuguesas, tanto tendo a Europa

como receptora (principalmente França e Alemanha) como dentro do próprio território. Os números dos censos confirmam-no. O país vai perdendo aproximadamente 300.000 residentes e quase 95% deles têm entre 15 e 64 anos de idade, ou seja, são parte da população em idade produtiva, a mão-de-obra nacional efectiva⁴³⁶. A procura de melhores condições de vida é factor determinante neste crescimento negativo. Os valores da emigração para o período de 1965/1974 são os valores mais altos de todo o século XX português, fruto da asfixia crescente a que a sobrevivência sujeita as famílias portuguesas e da inevitabilidade de os homens jovens terem de seguir o caminho da guerra, rumo à defesa anacrónica do ainda Portugal imperial e africano em que o Estado Novo insistia.

Paralelamente a esta movimentação, que faz com que milhares de portugueses abandonem o país, encontramos migrações internas muito relevantes para a reflexão sobre o contexto do habitar. O litoral, onde as novas indústrias e o turismo representam um papel relevante de atracção para as populações rurais em mudança, ganha importância como destino⁴³⁷. Portugal só perderia o seu carácter de país rural no início da segunda metade do século XX, de um modo acelerado. Em 1950, mais de 50% da mão-de-obra masculina trabalhava ainda na agricultura, com valores próximos aos de

⁴³⁴ António Barreto; Clara Valadas Preto, "Indicadores da evolução social" in António Barreto. *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*. Lisboa: Instituto Ciências Sociais - Universidade de Lisboa, 1996, p. 65.

⁴³⁵ Mazower, *Dark Continent. Europe's Twentieth Century*, p. 325.

⁴³⁶ Barreto; Preto, "Indicadores da evolução social", p. 65.

⁴³⁷ Barreto, "Três décadas de mudança social", p. 36.

outros países do Sul da Europa⁴³⁸. Se dez anos mais tarde o sector primário ainda era preponderante na distribuição da força de trabalho portuguesa, em 1970, os sectores terciário e secundário já se encontram antes do primeiro⁴³⁹.

Neste quadro de forte dinamismo social e de modernização da estrutura da população, verificamos como importantes os dados relativos à educação, por permitirem um contraponto à velocidade do desenvolvimento social em presença. Mais uma vez, encontramos uma diferença significativa entre o ponto de partida da década e o seu fecho. A taxa de analfabetismo é, em 1960, superior a 40% e baixará, até 1970, para menos de 34%, enquanto que a frequência e/ou conclusão do ensino básico primário subirá mais de 20% no mesmo período⁴⁴⁰. Ainda assim, e apesar da evolução efectiva registada, os valores reais são ainda reveladores e não era alheio a estes uma posição de certo Poder que defendia, desde os primeiros anos do século, que quanto mais se mantivesse o povo ignorante, mais este seria "dócil, modesto, paciente e resignado"⁴⁴¹. Naturalmente, as próprias alterações sociais e económicas acabariam por levar consigo e fazer dissolver durante a década seguinte esta, ainda, estagnação e este estado de conservação de valores pré-modernos na sociedade portuguesa. A aceleração que as duas últimas décadas do Estado Novo imprimem não permite, ainda assim, que em algumas das áreas referidas, se resolva a estagnação das lentas e pesadas décadas anteriores. Relativamente ao desenvolvimento social e educacional, bem como noutros considerados essenciais, a entrada nos tempos da democracia ainda encontraria muito trabalho por fazer.

4.1.2. DAS MULHERES

Por ser nosso objectivo, ao longo destas reflexões mais alargadas, cruzar esta informação e contextualização com a discussão da habitação, parece-nos essencial olhar com alguma atenção para as alterações que, no interior da sociedade portuguesa, dizem respeito aos factores que informam especificamente a família através dos seus elementos. O momento social que nos encontramos a tratar pode ser melhor compreendido se observado com mais atenção para os elementos femininos no seio da família. As alterações que sociedade e mulheres vão construindo, por opção ou por pressão, resultam num factor relevante para reflectir o que é pensado, escrito e projectado em termos de arquitectura doméstica. Uma e outra esferas – mulheres e habitação – caminham num, eventual, mesmo sentido, ainda que a velocidades e consciências distintas.

⁴³⁸ Portugal (54,1%), Espanha (54,7%), Grécia (53,0%), Irlanda (46,7%) e Itália (44,4%) (Marzio Barbagli; David I. Kertzer, "Introduction" in David I. Kertzer; Marzio Barbagli. *Family Life In The Twentieth Century*. New Haven; London: Yale University Press, 2003, p. XIII).

⁴³⁹ Barreto; Preto, "Indicadores da evolução social", p. 112.

⁴⁴⁰ A frequência e/ou conclusão do ensino básico primário passará de 22,5% para 49,6% (Idem, *Ibidem*, p. 89).

⁴⁴¹ Trabalho da socióloga Maria Filomena Mónica citado por Henrique Medina Carreira, "A Educação" in António Barreto. *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*. Lisboa: Instituto Ciências Sociais - Universidade de Lisboa, 1996, p. 436.

De modo geral, sabe-se que as mulheres são chamadas a agir durante os momentos de crise, como o são as situações de guerra, numa tentativa de compensar o esvaziamento e desequilíbrios sociais e económicos que as mesmas crises significam nos contextos nacionais⁴⁴². Relativamente ao Estado Novo é-lhe reconhecido o interesse em procurar o apoio de um conjunto de mulheres pertencentes a uma elite e o modelo feminino de gestão do lar é apontado por diversas vezes como referência à própria governação do país⁴⁴³. Este reconhecimento aparente é-o somente num sentido conservador do papel feminino e nunca se concretizará com a entrada crescente das mulheres no mundo do trabalho. Nalguns dos sectores de actividade – como na docência do ensino primário, na enfermagem e na assistência social – a presença feminina predominante era um dado adquirido. De certo modo, nestas tarefas cumprem o seu papel de mãe e de esposa, de salvaguarda e de protecção, numa continuação com as tarefas familiares fundacionais sendo, inclusivamente em algumas destas profissões, negada ou escrutinada a criação da própria família. Mas, paralelamente a estas expectativas de realização de um imaginário, a presença feminina efectiva nos sectores económicos emergentes, como o universo dos empregados de escritórios, cumpre com os seus salários mais baixos e a sua disponibilidade, um outro papel do qual Estado e os privados não podem abrir mão⁴⁴⁴.

No interessante livro publicado por Maria Lamas, em 1950, as mulheres são o objecto de trabalho e de observação, analisadas tanto pelas suas singularidades culturais, associadas às diferentes regiões do país, como pelas actividades profissionais que desenvolvem. Trabalho sólido que a prática de jornalista suporta, surge igualmente com um cariz de protesto contra o encerramento, em 1947, por suposta falta de finalidade, do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas a que presidia desde 1945⁴⁴⁵. Todo o livro revela acuidade e espírito crítico. O seu ponto de vista claro sobre as injustiças a que as mulheres estão tradicionalmente sujeitas está presente transversalmente. Uma das observações que efectua e que mais caracterizam a realidade do universo feminino prende-se com a consciência que as próprias mulheres têm da sua realidade. Referindo-se tanto às mulheres empregadas como às operárias, encontra-lhes uma tendência de continuidade na representação dos papéis femininos mais enraizados. No caso das empregadas reconhece-lhes uma persistência no “antigo modelo de «anjo do lar»” e mesmo as jovens universitárias, com a sua crescente amplitude de experiência do mundo, se “subordinem a directriz da sua vida a preconceitos absurdos” e é recusada a reflexão mais genuína dos problemas da dignificação da mulher. As operárias apresentam, segundo Lamas, uma falta de consciência profissional que se reflecte em diversos factores que acarretam consequências directas

⁴⁴² Françoise Thébaud, "Introdução" in Françoise Thébaud; Georges Duby; Michelle Perrot. *História das Mulheres. O século XX*. Porto: Edições Afrontamento, 1995 [1991], p. 27.

⁴⁴³ Maria Belo; Ana Paula Alão; Iolanda Neves Cabral, "O Estado Novo e as mulheres" in Comissão Organizadora do Colóquio sobre o Estado Novo. *O Estado Novo. Das origens ao fim da autarcia: 1926-1959. Volume II*. Lisboa: Fragmentos, 1982, p. 275.

⁴⁴⁴ Virgínia Ferreira, "A feminização do emprego nos escritórios (1940-1980)", *História*, n.º 34, Mar. 2001, p. 28.

⁴⁴⁵ Maria Tavares, "As mulheres do meu país - uma obra ímpar", *História*, n.º 52, Série II, Jan. 2003, pp. 68-71.

para a sua qualidade de vida [fig. 2.5]. Por um lado, não é encontrável nelas um conhecimento efectivo dos seus direitos e deveres ou das leis que supostamente as protegeriam, por outro, não reconhecem qualquer valor acrescido na sua força enquanto grupo, não percebendo por isso as vantagens que advêm da sua união⁴⁴⁶. As observações da atenção jornalística de Maria Lamas reflectem esta persistência de valores e de



fig. 2.5 – Operárias de fábrica de carvão, fotografia de Maria Lamas, *As Mulheres do Meu País*. Lisboa: Actuais, 1950, p. 370.

funcionamentos ao fechar dos anos 1940. As alterações das aspirações e da relação com a sua condição feminina e com a família surgem a uma velocidade distinta das mudanças que registam nas suas vidas, movidas pelo pragmatismo quotidiano, vão sendo alteradas. De qualquer modo, seja por pragmatismo, por sobrevivência ou convicção as alterações alastram-se de modo lento e quanto mais urbanas são as mulheres mais rapidamente estas mudanças se tornarão visíveis no futuro próximo.

Em Portugal a década de sessenta marca a descida abaixo do valor médio – e simbólico – de quatro elementos por agregado familiar⁴⁴⁷. Consonante com este valor o índice sintético de fecundidade vai de igual modo descendo. Em 1960, o valor é de 3,2 filhos por casal e, dez anos mais tarde, desce para 3,0. Em paralelo com este dado assistimos ainda a uma elevada taxa de mortalidade infantil, mesmo se em regressão efectiva. Em 1960, os dados referem as 77,5 mortes por mil que, em 1970, descem para 55,5 mortes por mil⁴⁴⁸. Assistimos à diminuição do número de filhos por casal mas também à diminuição dos que morrem precocemente, num movimento que reflecte as tendências gerais nos países ditos desenvolvidos. A par das contingências económicas da existência urbana, uma certa ideia de qualidade de vida moderna – associada à ideia da família mais compacta – começa paulatinamente a instalar-se. Juntas, necessidade e aspiração, reorientam a dimensão expectável para um agregado familiar, principalmente em contexto urbano.

No contexto europeu assiste-se, como já se referiu, a uma diminuição generalizada da dimensão das famílias e a uma perda de relevância significativa das famílias numerosas. Apesar disto, o modo como esta alteração se efectua pode surgir com configurações muito distintas. Em 1950, Itália e Grécia acompanham Portugal como os países com mais número de elementos por família – perto ou acima

⁴⁴⁶ Lamas, *As Mulheres do Meu País*, pp. 440-441 e 363.

⁴⁴⁷ Barreto; Preto, "Indicadores da evolução social", p. 71. Para melhor enquadrar esta ideia, os dados relativos ao número de elementos por família, por décadas são: 1920 - 4,2; 1930 - 4,1; 1940 - 4,3; 1950 - 4,2; 1960 - 3,8 e 1970 - 3,7.

⁴⁴⁸ Idem, *Ibidem*, pp. 68-69.



fig. 2.6 – Crise Académica, Coimbra, Abril de 1969, autoria colectiva do Centro de Estudos de Fotografia da Associação Académica de Coimbra. Fonte: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

dos quatro. Durante a década seguinte estes dois países aceleram a descida. Portugal permanece no grupo com agregados familiares maiores, desta vez acompanhado pela Espanha e pela Irlanda⁴⁴⁹. O conjunto dos países mediterrâneos, no qual podemos incluir Portugal, só no final da década de 1970 assistirá à descida significativa da fecundidade, assim como, à diminuição da nupcialidade⁴⁵⁰.

Em alguns dos universos sociais destinados às elites, a mulher vê o seu lugar parcialmente reconhecido e a sua presença normalizada ao longo da década de sessenta. O contexto universitário é disto exemplo e a presença efectiva e visível de universitárias reflecte-se igualmente nas várias contestações ocorridas durante a década de 1960 [fig. 2.6]. Em 1960/1961 as mulheres são perto de 30% do número de alunos matriculados no ensino superior. Cinco anos depois, chegam próximo dos 40%, encerrando a década com uma continuação da subida: no ano lectivo de 1970/1971, as mulheres representam cerca de 45% do número total de alunos presentes do ensino superior⁴⁵¹. Relativamente aos corpos docentes universitários a situação é distinta, mais excepcional e isolada. Apesar da presença anterior, só na década de 1940 obtêm o grau de doutor as primeiras mulheres nas áreas de letras, ciências e medicina. Como refere Maria Lamas, esta lentidão surge justificada pelas dificuldades colocadas de um modo velado e que tornavam muito difícil a admissão das mulheres aos lugares superiores da hierarquia⁴⁵². De qualquer modo alguma coisa estava a mudar; ou melhor, tudo estava a mudar. Ainda que continuem assustadores os números do analfabetismo e pequeno o dos licenciados, a mulher, ao integrar deste modo o meio universitário – pelo menos como discente – vai incorporando um outro papel, cada vez menos conservador e encerrado no interior da sociedade portuguesa. Se as mulheres estão em mudança, as famílias e a sociedade inevitavelmente acompanham-nas.

⁴⁴⁹ Denise Arbonville, "Evaluating the impact of social-demographic trends on habitat in Europe" in Catherine Bonvalet; Valérie Laflamme; Denise Arbonville. *Family and Housing. Recent trends in France and Southern Europe*. Oxford: The Bardwell Press, 2009, p. 45.

⁴⁵⁰ Nadine Lefaucheur, "Maternidade, Família, Estado" in Françoise Thébaud; Georges Duby; Michelle Perrot. *História das Mulheres. O século XX*. Porto: Edições Afrontamento, 1995 [1991], pp. 481-482.

⁴⁵¹ Barreto; Preto, "Indicadores da evolução social", p. 93.

⁴⁵² Lamas, *As Mulheres do Meu País*, p. 438. Como explica Maria Lamas, a primeira e única mulher a obter o grau de professora catedrática até 1950 fora a filóloga Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1951-1925), nascida alemã e tornada portuguesa por casamento, que fizera igualmente parte do corpo docente da Universidade de Coimbra.

4.1.3. SOBRE A HABITAÇÃO

O século XX traz à Europa uma melhoria significativa das condições de vida e de habitação, de modo algum comparáveis com a realidade anterior. Uma ideia moderna de casa, surgida no período entre guerras, propõe-se racionalizar as actividades domésticas, libertando especialmente as mulheres de uma longa genealogia de tarefas escravizadoras⁴⁵³.



fig. 2.7 – Fotograma de *Germania Anno Zero*, realização de Roberto Rossellini, Itália, 1948.

A situação crítica a que as guerras

sujeitam a Europa constrói um campo efectivo de necessidades e apela à utilização de respostas reais e massificadas, no sentido de se colmatarem as carências generalizadas. A gravidade do grau de destruição de algumas cidades é de uma violência inimaginável. Naturalmente que, em tal contexto, em muitos dos países directamente envolvidos nos conflitos a situação gravosa do parque habitacional só pode ser gritante [fig. 2.7]. O esforço do investimento na reconstrução é igualmente elevado e tentará de modo expedito e urgente combater essa condição dramática, mesmo se recorrendo a abordagens e opções distintas segundo cada país.

Da crise da habitação que resulta, principalmente, da II Guerra Mundial vai conduzir, como consequência mais visível, ao crescimento do parque habitacional e o aumento da superfície média de fogo por habitante. Respondendo com habitação unifamiliar – como no Reino Unido, na Dinamarca ou na Bélgica – ou colectiva – casos francês, suíço ou sueco –, as novas casas contavam com um maior número de divisões do que era anteriormente habitual e procuravam satisfazer as necessidades de conforto moderno, contando com ligação às redes de infra-estruturas públicas de distribuição. A atenção às especificidades das funções realizadas em ambiente doméstico resulta numa especialização dos espaços que passam a ser praticamente monofuncionais e a procurar satisfazer, em configuração e área, o que se suporia serem as necessidades de cada actividade humana⁴⁵⁴. De certo modo, a intensidade e a gravidade da crise obriga a uma reflexão maciça da adequabilidade dos novos fogos às famílias enquadradas pelas condições de urgência.

O contexto português não sofre directamente os efeitos da II Guerra Mundial, mas registava uma endémica falta de habitação, mostrando-se incapaz de satisfazer tanto as necessidades qualitativas

⁴⁵³ Denise Lawrence-Zúñiga, "Material conditions of family life" in David I. Kertzer; Marzio Barbagli. *Family Life In The Twentieth Century*. New Haven; London: Yale University Press, 2003, p. 53.

⁴⁵⁴ Lefaucheur, "Maternidade, Família, Estado", pp. 491-492.

como as quantitativas da população, que se agrava, como já se referiu, pelos novos urbanos. Os mecanismos legislativos do imediato pós-guerra surgem em paralelo com algumas outras acções europeias semelhantes⁴⁵⁵. No caso italiano, que será uma das principais referências portuguesas, é criada em 1949 a Gestione INA-Casa – Istituto Nazionale delle Assicurazioni, “Progetto di legge per incrementare l'occupazione operaria, agevolando la costruzione di case per i lavoratori” –, cuja finalidade era fazer face ao número crescente de desempregados e manter estável uma classe operária dificilmente controlável⁴⁵⁶. Esta vertente de utilização de mão-de-obra operária desempregada não será uma característica do caso português, mas os arquitectos nacionais encontraram em alguns procedimentos e resultados construídos no seio do programa italiano, inúmeras pontes e interesses que serão analisadas posteriormente⁴⁵⁷.

Apesar da inflexão das políticas e das posições oficiais face à propriedade da habitação sofridas ao longo da primeira parte do século XX, em 1960, cerca de 45% dos portugueses são proprietários das respectivas casas e, dez anos depois, já subiu quase para metade do total da população nestas condições, com uma tendência que continuará em crescimento até ao final do século⁴⁵⁸. Segundo as estatísticas de caracterização dos alojamentos portugueses, em 1960, a mais recorrente tipologia é a de três divisões, seguida pelas de duas e a de quatro. Em 1970, o recenseamento geral da população indica-nos que se deram transformações significativas. Os alojamentos com quatro divisões surgem em primeiro, com grande destaque, seguido pelos de três e de cinco, com valores aproximados⁴⁵⁹. As novas construções habitacionais apontam para opções que estariam, segundo estes dados, a privilegiar tipologias com mais espaços individualizados e independentes. Deste modo, e cruzando com a diminuição do número médio de elementos por família, permite-se o aumento do número de quartos e a conseqüente importância conferida à existência de espaços individuais destinados aos diversos elementos da família.

A avaliação das condições efectivas dos alojamentos encontra, nos seus equipamentos básicos, um elemento de análise importante [fig. 2.8]. Em 1960, aquando do referido recenseamento, ainda que a quase totalidade dos alojamentos contasse com cozinha no interior, a existência de água canalizada não chegava a um terço das casas e era possível encontrar instalações sanitárias, electricidade e

⁴⁵⁵ No caso brasileiro os Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs) surgem em 1933 e, com eles, “procura-se estruturar uma política de habitação no país” como afirma Tânia Liani Beisl Ramos, *Os Espaços do Habitar Moderno: Evolução e Significados. Os casos português e brasileiro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2007, pp. 116-117. Apesar desta anterioridade não temos notícia de influência directa deste programa no caso português da FCP-HE.

⁴⁵⁶ Manfredo Tafuri, *History of Italian Architecture, 1944-1985*. Cambridge (MA); London: The MIT Press, 1989 [*Storia dell'Architettura Italiana*, 1986], p. 26.

⁴⁵⁷ Raul da Silva Pereira, “Problemática da Habitação em Portugal I”, *Análise Social*, vol. I, n.º 1, 1963.

⁴⁵⁸ Barreto; Preto, “Indicadores da evolução social”, p. 123.

⁴⁵⁹ Idem, *Ibidem*, p. 125. Os dados de 1960 são: uma divisão – 10,5; duas divisões – 20,5; três divisões – 27,4; quatro divisões – 18,6 cinco divisões – 9,9 e seis ou mais divisões – 13,1. Relativamente a 1970 encontramos: uma divisão – 2,0; duas divisões – 8,8; três divisões – 19,3; quatro divisões – 30,1; cinco divisões – 18,6 e seis ou mais divisões – 21,2.

esgotos em pouco mais de 40% delas. Dez anos mais tarde, a situação melhorava significativamente, mantendo, ainda assim, valores preocupantes sob o ponto de vista actual. Cerca de 60% dos alojamentos têm instalações sanitárias, electricidade e esgotos, mas a água canalizada no interior dos fogos apenas existe em metade do total⁴⁶⁰. O processo de criação de condições mínimas de habitabilidade vai-se desenrolando lentamente e regista-se uma efectiva dificuldade em ser debelado. Ainda na década de 1990, segundo os dados europeus, só a Grécia se encontrava à

atrás de Portugal na percentagem de fogos sem estas condições, no caso grego com 14% e no português com uns ainda significativos 11%⁴⁶¹.



fig. 2.8 – Vila operária [Lisboa]. Fotografia de Arnaldo Madureira, 1960. AML-AF (cota A31742).

No contexto europeu, Portugal surge, em dados de 1995, com uma elevada percentagem de fogos realizados pós-1945 (quase 75%) e poucos países apresentam valores mais elevados. Enquanto na maioria, a grande tarefa de construção de habitação atingiu o pico durante a década de 1960, em Portugal é na década seguinte que se encontra a grande explosão de habitação, construindo-se tanto então como nas três décadas anteriores⁴⁶². A situação, estruturalmente grave, torna-se mais visível e dramática nos crescentes núcleos urbanos que resultam dos fluxos migratórios internos e a resposta é, como apontam os dados, mais lenta e a maior prazo do que algumas dos paralelos europeus. Ao paulatino crescimento do défice de habitação, Portugal responde também vagarosamente e com um atraso relevante. Noutros casos europeus, principalmente naqueles países que sofreram mais destruição efectiva com a II Guerra Mundial, à grande dimensão e súbito aparecimento do problema, respondem os estados com uma acção rápida e igualmente de grande dimensão.

No caso português, os números confirmam o que o senso comum sabia. À entrada da década de 1960 a situação era preocupante e, nos pedaços de infracidade crescente, vinham-se amontoando “criaturas humanas na mais deplorável promiscuidade física e moral”⁴⁶³, em tugúrios que dificilmente se adequavam a dar protecção à vida humana. Dada a dimensão do problema e a complexidade

⁴⁶⁰ Idem, *Ibidem*, p. 130.

⁴⁶¹ Arbonville, "Evaluating the impact of social-demographic trends on habitat in Europe", p. 55.

⁴⁶² Idem, *Ibidem*, p. 54. Percentagem de fogos construídos pós-1945 (países no topo da tabela): Grécia (88), Holanda (aprox. 80), Espanha (78), Irlanda (aprox. 75) e Portugal (73).

⁴⁶³ Moreira, *Problemas da Habitação*, p. 3.

inerente à resolução do mesmo, chega-se a propor no regresso à terra de origem como solução igualmente desejável. Convencer parte da população a voltar ao espaço rural, ainda que não se refira quaisquer contrapartidas para esses territórios natais, era uma ingénua possibilidade de se conseguir algum sucesso. A adequada distribuição da população entre as cidades e a província, assim como o uso dos territórios ultramarinos para o escoamento dos excedentes populacionais são outras das soluções que chegam a ser defendidas⁴⁶⁴. A extensão do défice habitacional ultrapassava seguramente as expectativas de se conseguir dinamizar um conjunto de soluções suficientes para que o problema fosse debelado. A dimensão da questão fazia com que a cidade e a arquitectura dificilmente se imaginassem garante de igualdade no que ao direito ao habitar digno dizia respeito.

Não havendo uma movimentação significativa das populações de volta às terras de origem, o mesmo não se pode referir nos trajectos efectuados pelos imaginários rural/urbano. Se no início do século XX se assiste na arquitectura doméstica portuguesa a uma migração de formas rurais que invadem os territórios mais urbanos, antecipando de certo modo a deslocação posterior das gentes, na segunda metade do mesmo, são as ideias, muitas vezes igualmente deformadas, do que é uma arquitectura urbana e moderna que invadem as vidas e as regras da construção da arquitectura doméstica no país rural⁴⁶⁵. Ambas se encontram suportadas por ideias e aspirações, contraditórias entre si, de bem-estar e de viver melhor. No primeiro caso, é o imaginário associado a uma vida saudável, pacata e de continuidade – “bonomia sem abandono e de nobreza sem arrogância”⁴⁶⁶ – que suporta a ruralização do espaço urbano. Encontramos, no segundo caso, um desejo de melhoria das condições de habitabilidade e, de igual modo, uma vontade de publicitar, no carácter com o qual se envolve o espaço familiar, a melhoria das condições de vida da própria família. Estes dois movimentos, apresentando sentidos contrários, têm muito em comum. São ambos sujeitos a críticas dos seus contemporâneos mais eruditos e, em ambos, os projectistas são maioritariamente deixados de lado. Se, no primeiro, era a valorização do que deveria ser o estigma das regiões pobres que era trazido para construir cidade, no segundo é a pequena riqueza iletrada que reconstrói os territórios de cariz eminentemente rural. Igualmente dividem a eterna questão que transforma o espaço doméstico como representação de tudo aquilo que a família é e aspira a ser, incluindo a desejada imagem exteriorizável. O diálogo organizado entre a arquitectura e as gentes é, como referiu Walter Benjamin, colocado entre o táctil e o óptico⁴⁶⁷. Através do uso e da percepção, os objectos arquitectónicos são recebidos pelas pessoas, constituindo-se entre esta dupla vivência de acção e carácter, entre gesto e olhar. Nem sempre em paralelo são alterados ou permanecem. As exigências que representatividade e

⁴⁶⁴ Idem, *Ibidem*, pp. 4 e 517.

⁴⁶⁵ Denise Lawrence-Zúñiga, "From bourgeois to modern: transforming houses and family life in rural Portugal" in Mari-Jose Amerlinck. *Architectural Anthropology*. Westport, Conn.; London: Bergin & Garvey, 2001, pp. 172-198.

⁴⁶⁶ Lino, *L'Évolution de l'Architecture Domestique au Portugal*, p. 22.

⁴⁶⁷ Benjamin, "A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica", p. 109.

utilidade reflectem sofrem, na maior parte das vezes, dinâmicas diversas. No final, ou nos múltiplos finais que cada casa vive e é vivida, surgem infinitas unidades nelas fixadas e sempre em estado de potencial instabilidade.

Portugal chega ao meio do século XX, o momento da habitação urbana por excelência, numa sociedade que vai saboreando lentamente o progresso e a cidade como acontecimento superior desse progresso. As linguagens formais que configuram carácter vão sofrendo, por parte de muita da arquitectura, um esvaziamento do seu valor como acto *per se*. A valorização do táctil, do que é habitado e que, através do uso, comunica com os seus ocupantes ganha relevância, interesse e torna-se o centro de uma aproximação que quer encontrar a sua âncora na realidade analisável e mensurável. O amadurecimento observável na arquitectura portuguesa projectada e construída na medianeira do século define o que poderia ser uma década da tacteabilidade arquitectónica como opção e como senda de investigação.

5. ESQUIÇO DE UM MAPA DE INQUIETAÇÕES

Muitos e de distintas gerações são os arquitectos que participam ao longo da década de 1960 na construção da mudança. Os nomes de Nuno Teotónio Pereira (n. 1922), Manuel Tainha (n. 1922), Fernando Távora (1923-2005), Carlos S. Duarte (n. 1926), Vítor Figueiredo (1929-2004), Bartolomeu Costa Cabral (n. 1929), Pedro Vieira de Almeida (n. 1933), Nuno Portas (n. 1934) – só para referir alguns – marcaram e continuam a marcar a realidade arquitectónica portuguesa e os reflexos das suas acções permanecem presentes como indeléveis heranças, nas suas obras e nos seus textos. Neste contexto, a sua importância raras vezes pode ser identificada unicamente através da sua obra arquitectónica projectada ou construída e, neste sentido, o mais estritamente arquitecto de todos eles e também o mais internacional é, seguramente, Álvaro Siza Vieira (n. 1933). De um modo geral, as acções cívicas e políticas e os compromissos com o ensino e com a escrita podem ser encontrados lado a lado com as propostas e produções arquitectónicas diversas de uma maioria de figuras relevantes. Nalguns dos arquitectos estudados neste trabalho, e com objectivos de valorizar a arquitectura e a cidade construídas, encontramos frentes de trabalho diversificadas que procuram voltar a configurar a prática arquitectónica como actividade humanista e, por isso, englobadora e abrangente. Esta linha de acção complexa constitui-se como parte significativa das propostas em análise. Deverá ser possível vir a compreender que esta multiplicidade de acções escolhidas se estabelece como parte importante da riqueza encontrada na produção de algumas figuras essenciais para este estudo. Segue-se uma procura de mapeamento desta diversidade e de conferir, principalmente, às propostas teóricas e críticas uma teia de relações que poderão sublinhar as suas características mais fortes e mais duradouras.

A compreensão dos anos 1960 não pode deixar de passar pela leitura e análise do que é a significativa explosão de textos, de diferentes dimensões, intensidades e graus de novidade, publicados sobre temas que envolvem a arquitectura. A génese deste aumento efectivo da produção de propostas críticas, teóricas e históricas, entre outras, acontece em paralelo com idêntica expansão dos meios de divulgação do que arquitectos e interessados na arquitectura e na cidade vão pensando e escrevendo. Não é possível, por isso, avançar para uma leitura e reflexão temática dos conteúdos sem antes enquadrar genericamente o que acontece e quais as propostas editoriais das publicações mais relevantes para esse momento. Trataremos principalmente de cinco acontecimentos distintos, sendo que dois deles – *Arquitectura* e *Binário* – são revistas de publicação mensal e de divulgação mais alargada. A terceira, o *Boletim GTH*, é resultado das actividades de investigação e projecto em que se encontra envolvido o Gabinete Técnico da Habitação (GTH) da Câmara Municipal de Lisboa (CML). As várias publicações resultantes da actividade do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) distinguem das anteriores por serem pequenos relatórios ou documentos técnicos disponibilizados à medida que os trabalhos se encontram em estado de divulgação e, assim, de importância primordial. Por fim, surge a contribuição na *Análise Social* por autores, alguns dos quais arquitectos, com interesses na arquitectura e na cidade.

5.1. A NOVA ARQUITECTURA COMO RUPTURA

A renovação, em 1957, da revista *Arquitectura*, pelas mãos de uma nova equipa permite identificar uma linha de mudança na realidade da produção teórica e de divulgação arquitectónica portuguesa no século XX procurando esta, como é então explicado, “uma atitude realista”. Para que a criação artística se cumpra como autêntica é defendida uma dupla filiação essencial. O caminho a percorrer deveria organizar-se entre a capacidade de se saber entroncar nas “raízes da própria vida colectiva” do país e a participação na “cultura europeia”, recusando tanto a “arte pseudo-universalista, purista e abstracta” como as “soluções oferecidas por um falso tradicionalismo”⁴⁶⁸. Esta colocação face ao local e ao internacional, procurando encontrar na realidade compreendida as respostas e mantendo o olhar aberto para o que externamente ia acontecendo resulta num esboço de programa que, de certo modo, marcará a década seguinte e que ainda entrará pelos anos de 1970 dentro.

O primeiro número de 1957 mantém ainda o formato e os anteriores director e editor – respectivamente Alberto José Pessoa e João Simões – mas já é organizado pelo grupo constituído pelos arquitectos Frederico Santana, Carlos S. Duarte, Daniel Santa-Rita e o pintor Nikias Skapinakis [fig. 2.9]. Entre os artigos publicados, é de ressaltar a apresentação de três obras do arquitecto italiano

⁴⁶⁸ Carlos S. Duarte *et al.*, “Editorial”, *Arquitectura*, n.º 60, Out. 1957, p. 3.



fig. 2.9, 2.10 e 2.11 – Capas. *Arquitectura*, n.ºs 57/58, 59 e 62 de, respectivamente, Jan.-Fev. 1957, Jul. 1957 e Set. 1958.

Mario Ridolfi (1904-1984) que inclui um conjunto de edifícios realizados no contexto da INA-Casa, nos arredores de Terni e ao qual voltaremos⁴⁶⁹. O número seguinte, já com um novo e maior formato, passa a ter como director Frederico Santana e como editor Rui Mendes Paula (1924-1996) [fig. 2.10]. Esta edição continuará com a organização a cargo da equipa anteriormente surgida e, no contexto internacional, mais uma vez, os italianos apresentam um lugar de destaque. É publicado um artigo dedicado a Carlo Scarpa, assinado por Nuno Portas, com um pequeno excerto introdutório de Bruno Zevi⁴⁷⁰. A colaboração de Nuno Portas na revista *Arquitectura* era anterior à mudança de rumo, mas a sua responsabilidade e produção de artigos crescerá significativamente a partir daqui. Passará a integrar, em 1958, a equipa responsável pela organização dos números, ampliando-a [fig. 2.11].

A resposta da *Arquitectura* procura ser fortemente crítica e é legível, segundo alguns autores, através de três possíveis eixos principais: divulgação de obras portuguesas com marcada presença do contexto, atenção ao que no mundo se ia produzindo e publicando e, com igual importância, revisão dos mestres do Movimento Moderno numa altitude de os dar a conhecer⁴⁷¹. Esta leitura confere uma rigidez a esta tripartição que não nos parece corresponder ao espaço adquirido no terreno pelos diversos temas tratados. De facto, o conteúdo dos artigos e textos originais é diversificado. Tanto a cidade como a habitação têm, no contexto de produção de artigos, um papel principal partilhado. A integração das artes na arquitectura ou os textos relacionados com a prática da profissão e com o ensino surgem, conjuntamente, em segundo lugar. Textos ensaísticos, como o de Pedro Vieira de

⁴⁶⁹ Carlos S. Duarte, "Três obras de Mário Ridolfi", *Arquitectura*, n.º 57/58, a. XXVII, II série, Jan.-Fev. 1957, pp. 23-24.

⁴⁷⁰ Nuno Portas, "Carlo Scarpa. Um Arquitecto Moderno em Veneza", *Arquitectura*, n.º 59, Jul. 1957, pp. 23-28.

⁴⁷¹ Ver: Ana Tostões, "Afirmção, questionamento e contestação do paradigma moderno", *Jornal Arquitectos*, n.º 211, Mai.-Jun. 2003, p. 22.

Almeida sobre o espaço arquitectónico, existem em menor número e de modo irregular⁴⁷². Os trabalhos desta natureza não só não proliferavam como não eram de acessibilidade garantida por parte de uma maioria dos leitores da revista. Também encontramos secções de longevidade e intensidade variáveis, dedicadas a temas tão distintos como a arquitectura no mundo, a técnica, a crítica de livros, as artes plásticas, o desenho industrial ou o desenho de interiores. No contexto específico da nossa investigação, é importante sublinhar que, a partir de 1969, vemos aparecer uma secção dedicada exclusivamente ao tema da habitação social a cujos conteúdos voltaremos. No seguimento do que se afirma no editorial já referido os precursores do movimento moderno – em sentido amplo – são sujeitos a uma “revisão”⁴⁷³. Alguns autores mais recentes e igualmente paradigmáticos serão igualmente alvos de atenção especial. Nesse sentido vai sendo possível encontrar textos de ou sobre Frank Lloyd Wright, Le Corbusier ou Alvar Aalto mas também de Louis Kahn ou de Josep Antoni Coderch⁴⁷⁴.

Os artigos publicados nem sempre conseguem cumprir os objectivos de coerência ou pedagogia pressupostas. Por um lado, os exemplos nacionais publicados nem sempre correspondiam às posições lançadas pela revista e, por outro, como refere Nuno Portas, alguns dos textos portugueses publicados supunham alguma dificuldade de entendimento que se prendia com o “excessivo ecletismo metodológico”⁴⁷⁵ praticado pelos respectivos autores. De qualquer modo o corpus que a revista constitui significa uma alteração do nível aspirado e procura, seguramente não cumprida de modo uniforme, de produzir e transmitir conteúdos relevantes e com qualidade efectiva. Na autocrítica efectuada em 1963, relativa aos cinco anos de actividade anteriores, são sublinhados os conteúdos relevantes do material publicado “45 artigos de certo vulto, grande parte dos quais inéditos” e cerca de 55 obras e projectos não realizados de mais de 70 arquitectos. Neste sentido, é valorizada a panorâmica que a revista teria conseguido efectuar em detrimento, segundo os editores, de uma defesa de determinado modo de fazer arquitectura. Em paralelo é afirmada a dificuldade de, no contexto nacional, ser concretizada uma crítica consistente e uma discussão efectiva de obras menos capazes de gerar consensos⁴⁷⁶. Apesar das críticas internas e externas efectuadas e passíveis de se continuarem a efectuar, esta procura objectiva de se construir uma prática da crítica arquitectónica é

⁴⁷² Referimo-nos especificamente ao trabalho “Ensaio sobre o espaço da arquitectura” publicado em três partes, entre 1963 e 1964: Pedro Vieira de Almeida, “Ensaio sobre o espaço da arquitectura (1)”, *Arquitectura*, n.º 79, Jul. 1963, pp. 15-21, Idem, “Ensaio sobre o espaço da arquitectura (2)”, *Arquitectura*, n.º 80, Dez. 1963, pp. 3-14, 40e Idem, “Ensaio sobre o espaço da arquitectura (3)”, *Arquitectura*, n.º 81, Mar. 1964, pp. 29-38.

⁴⁷³ Duarte *et al.*, “Editorial”, p. 4.

⁴⁷⁴ Januário Godinho, “Frank Lloyd Wright”, *Arquitectura*, n.º 67, Abr. 1960, pp. 3-7, Carlos Duarte, “Le Corbusier”, *Arquitectura*, n.º 88, Maio-Jun. 1965, p. 95, Le Corbusier, “[Lembrança de Le Corbusier]”, *Arquitectura*, n.º 89/90, Dez. 1965, pp. 145-158 e Nuno Portas, “Actualidade de Le Corbusier”, *Arquitectura*, n.º 89/90, Dez. 1965 [*O Tempo e o Modo*, n.º 30], pp. 141-144, Jorge C. Silva, “Alvar Aalto”, *Arquitectura*, n.º 69, Nov.-Dez. 1960, pp. 3-4, Louis Kahn; Pedro Vieira de Almeida, “Estrutura e forma”, *Arquitectura*, n.º 74, Mar. 1962, pp. 24-29 ou José A. Coderch, “No son genios lo que necesitamos ahora”, *Arquitectura*, n.º 73, Dez. 1961, pp. 3-4.

⁴⁷⁵ Portas, “A evolução da arquitectura moderna em Portugal: uma interpretação”, p. 741.

⁴⁷⁶ s.a., “5 anos de trabalho. Autocrítica”, *Arquitectura*, n.º 78, Maio 1963, pp. 1 e 45.

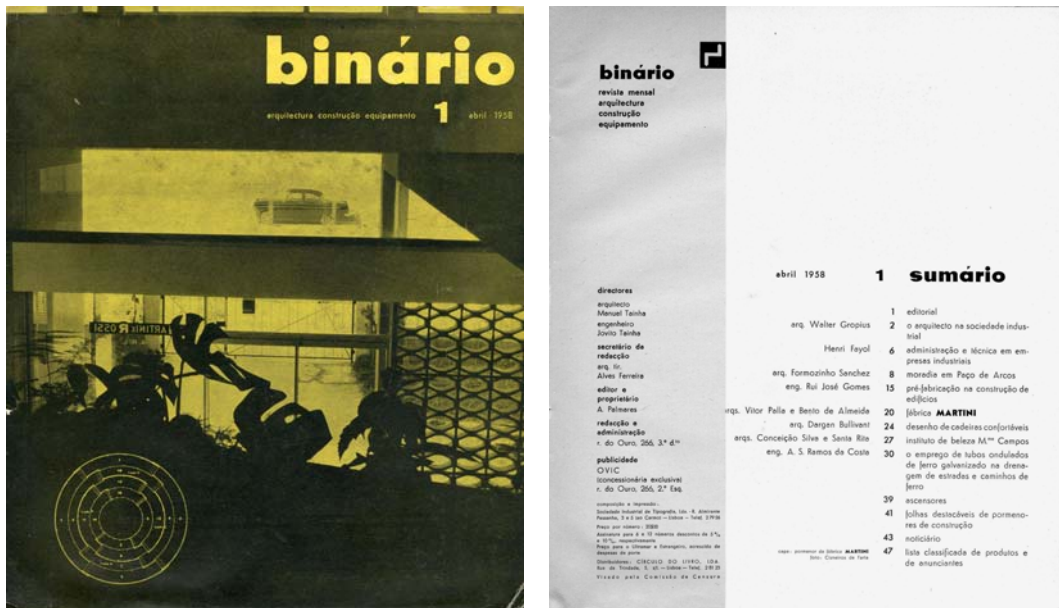


fig. 2.12 e 2.13 – Capa e índice. *Binário*, n.º 1, Abril 1958.

um dos factores mais relevantes que se pode encontrar no estudo desta revista que, por isso, merece o estatuto de incontornável.

A importância do tema da habitação é ainda mais significativo se se considerar que muitos dos textos que tratam da cidade referem, em grau diferente, preocupações nas quais se inclui a habitação. Mas, em geral, que abordagens são estas e de que modo são tratados estes temas? Encontramos alguns eixos que organizam o tema da habitação e que, sempre que necessário, se misturam. De modo sintético podemos referir a presença de textos das vertentes técnica e construtiva, política e económica, social e antropológica, espacial e funcional. Os últimos dois pares, porém, apresentam vantagem sobre os restantes e, por isso, indicam já por si uma tendência.

5.2. A CONTRAPROPOSTA DE *BINÁRIO*

Surgindo em 1958, a *Binário. Arquitectura Construção Equipamento* assume-se desde o seu início como uma revista que procura ser útil no “meio português da Construção”⁴⁷⁷, não querendo ser só uma revista de arquitectos ou de engenheiros, mas antes de ambos e para ambos [fig. 2.12-2.13]. Deste modo surge como natural que os dois directores sejam um arquitecto e um engenheiro, respectivamente Manuel Tainha e Jovito Tainha. O conteúdo do número inaugural sustenta esta posição que a coloca entre arquitectos e engenheiros. O artigo de abertura é uma conferência proferida por Walter Gropius, quatro anos antes em São Paulo, e dedicada à reflexão sobre o arquitecto e a sociedade industrial referindo, a propósito, o perigo de os arquitectos virem a ser

⁴⁷⁷ “Editorial”, *Binário. Arquitectura construção equipamento*, n.º 1, Abr. 1958, p. 1.

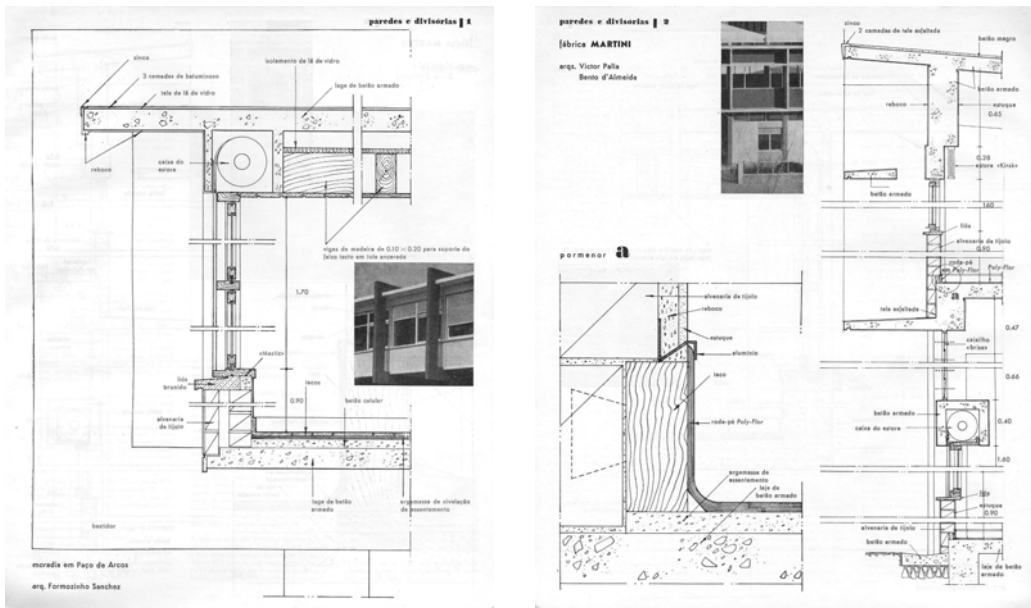


fig. 2.14 e 2.15 – Folhas descartáveis de pormenores de construção. *Binário*, n.º 1, Abril 1958, s/n.

substituídos pelos engenheiros, se não forem capazes de saber ajustar a “sua atitude e os seu objectivos para poder enfrentar a nova situação”⁴⁷⁸. Numa primeira análise, a distribuição das temáticas do que é publicado pode ser considerada equilibrada, estando praticamente metade mais próxima da arquitectura e a outra metade da engenharia. Porém, dissecando os conteúdos, percebe-se que se trata de densidades de abordagem distintas e que as contribuições relativas a projectos arquitectónicos são significativamente mais frágeis enquanto contribuição para um corpo de conhecimento.

Dedicando atenção a um leque alargado de assuntos técnicos que vão da pré-fabricação aos ascensores, passando pela ergonomia aplicada a cadeiras ou por temas de administração, encontramos semelhante flexibilidade quanto aos programas arquitectónicos publicados: um edifício de habitação unifamiliar, uma fábrica e uma loja. Todos os projectos são relativos à grande Lisboa, respectivamente arredores, zona industrial a oriente e centro. Os textos que acompanham os projectos são esqueléticos, nalguns casos chegando mesmo a ser absurdamente telegráficos.

A moradia de Sebastião Formosinho Sanchez (1922-2004) publicada surge acompanhada por breves notas do autor nas quais as referências ao sol, à lição humilde mas acertada da arquitectura regional, à organização programática ou às características técnicas do projecto não ultrapassam o registo de pontos⁴⁷⁹. Nos outros dois casos, a Fábrica Martini de Victor Palla (1922-2006) e Joaquim Bento de Almeida (1918-1997) e o Instituto de Beleza Mme. Campos de Francisco Conceição Silva (1922-1982)

⁴⁷⁸ Walter Gropius, “O arquitecto na sociedade industrial”, *Binário. Arquitectura construção equipamento*, n.º 1, Abr. 1958, p. 3.

⁴⁷⁹ Sebastião Formosinho Sanchez, “Moradia em Paço de Arcos”, *Binário. Arquitectura construção equipamento*, n.º 1, Abr. 1958, pp. 8-13.

e José Daniel Santa-Rita (1929-2001), os pequenos textos que acompanham as peças gráficas e as fotografias das obras são igualmente sintéticos, tanto em dimensão como em profundidade⁴⁸⁰. No final, da revista surgem as “Folhas descartáveis de pormenores de construção” relativas, neste número inaugural, aos projectos de Formosinho Sanchez e de Palla e Bento de Almeida [fig. 2.14-2.15]. A separação física entre a restante apresentação dos projectos e os seus detalhes construtivos é sintomática de uma tentativa de enfatizar – por isolamento e afastamento – o carácter técnico que a arquitectura podia ter e que, neste contexto misto, seria relevante para uma parte significativa dos eventuais leitores.

Vai neste sentido a análise crítica de Nuno Portas. No final de 1959, faz questão de abordar o aparecimento da nova revista, reflectindo inclusivamente sobre a própria *Arquitectura* onde escreve. Portas confere importância ao aparecimento da *Binário*, tanto pela garantia que a dupla de directores constitui, como pela necessidade que reconhece existir de surgirem no panorama português novas abordagens e novos emissores da dita boa arquitectura. Só assim se poderia garantir, segundo Portas, o “conhecimento agora completo das realizações com interesse no panorama português”⁴⁸¹. O autor também sublinha as dificuldades que surgem em resultado do próprio contexto nacional com a profunda falta de investigação e de trabalhos originais. Sob este prisma é enquadrada a publicação de diversos textos traduzidos de autores estrangeiros consagrados, que já era prática de substituição recorrente em anteriores publicações portuguesas dedicadas à arquitectura, ou as republicações de trabalhos realizados no seio do Laboratório Nacional de Engenharia Civil⁴⁸². Esta estratégia para obtenção de materiais relevantes para publicação não era alheia à própria *Arquitectura*. Mas apesar desta contextualização, a crítica efectuada à *Binário*, motivada pela inexistência de um pensamento próprio “a fazer-se”, contribuiria, segundo o autor, para “perigosamente [se] agravar uma dissociação entre o que acaba por ser o «plástico» e o «técnico»”⁴⁸³. No caso da *Arquitectura*, a capacidade de procurar uma posição crítica, tanto em relação às escolhas editoriais como ao discurso que acompanha os projectos, é relevante e marca uma diferença importante.

Durará dez meses o formato editorial original da *Binário*. Em Agosto de 1959 é apresentada a nova direcção, com o Engenheiro Aníbal Vieira como responsável máximo e um suposto novo caminho a seguir. O binómio arquitectura/engenharia que orientara a revista, aparentemente não funcionava e a alteração concretiza-se pouco depois de ter completado o primeiro ano de vida. A defesa do novo

⁴⁸⁰ Victor Palla; Bento de Almeida, “Fábrica Martini”, *Binário. Arquitectura construção equipamento*, n.º 1, Abr. 1958, pp. 21-22e [Francisco] Conceição Silva; [José Daniel] Santa Rita, “Fábrica Martini”, *Binário. Arquitectura construção equipamento*, n.º 1, Abr. 1958, pp. 28-29.

⁴⁸¹ Nuno Portas, “Literatura arquitectónica (III). Binário”, *Arquitectura*, n.º 63, Dez. 1958, p. 53.

⁴⁸² Veja-se a revista *Arquitectos*, publicada entre 1938 e 1942 pelo SNA (Ana Isabel Ribeiro, “Arquitectos. Arquitectura. Palavra escrita” in Ana Vaz Milheiro; João Afonso; Jorge Nunes. *A arquitectura na escrita. Catálogo de fontes bibliográficas (1938-2007)*. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2007, p. 10).

⁴⁸³ Portas, “Literatura arquitectónica (III). Binário”, p. 54.

caminho passa por intenções de abrir horizontes, ampliar o diálogo a “toda uma geração de homens” e dividir o espaço da revista entre os artigos especializados e as “grandes reportagens de características vincadamente jornalísticas, onde a construção será interpretada do ponto de vista humano”⁴⁸⁴. Na verdade, esta alteração de conteúdos não é óbvia e a procura de passar a incluir no corpo da *Binário* textos de carácter mais jornalístico e com um enfoque mais humano não acontece.

A linha editorial da *Binário* escolherá um amplo leque de programas arquitectónicos mas não tem na habitação o seu principal motivo de interesse. Para lá dos programas mais próximos aos engenheiros, como pontes ou edifícios técnicos diversos, as propostas apresentadas no âmbito da arquitectura são exemplos tanto nacionais como internacionais que correspondem a uma diversidade de soluções de edifícios de escritórios, sendo ou não corporativos, estruturas fabris, hospitais, escolas ou igrejas. A escala urbana tem igualmente uma presença constante, incluindo trabalhos de enquadramento e propostas de cariz teórico. A habitação que vai surgindo, à excepção de alguns casos nos primeiros anos da revista, correspondem genericamente a exemplos de habitação colectiva. Na década de 1960 assiste-se igualmente a um interesse crescente por temas e exemplos de design, juntando-se a estes, em 1966, uma secção sobre “Mobiliário e decoração” que se estenderá de modo relativamente regular até ao início da década seguinte.

Se Nuno Portas já se tinha referido ao aparecimento da revista e procurara analisar crítica e construtivamente o seu conteúdo volta a escrever sobre a *Binário*, aquando do aparecimento da nova série. Desta vez refere-se ao “fim de uma revista” e à alteração repentina da direcção, analisando as alterações observadas nos primeiros números da responsabilidade da nova equipa. As apreciações são contundentes e sintetizáveis em três pontos: a “deliberada ausência de critério cultural”, uma “clara abstenção crítica” face ao que é publicado e uma “inquietante confusão ideológica” nas esporádicas intervenções da equipa responsável. Mas a crítica vai mais longe e estende-se tanto à diminuição da qualidade do conteúdo gráfico e às capas escolhidas como à redução dos comentários efectuados aos projectos e das memórias descritivas dos mesmos. As opções que têm repercussões de enorme gravidade para a revista prendem-se, segundo Portas, com a “submissão aos interesses, financeiros ou outros”⁴⁸⁵. O olhar certo de Portas não pecará por excesso, mas, no contexto deste trabalho, é incontornável esta outra publicação.

⁴⁸⁴ “Editorial”, *Binário. Arquitectura construção equipamento*, n.º 11, Ago. 1959, p. 1.

⁴⁸⁵ Nuno Portas, “O fim de uma revista. Binário, nova série”, *Arquitectura*, n.º 66, Nov.-Dez. 1959, p. 60.

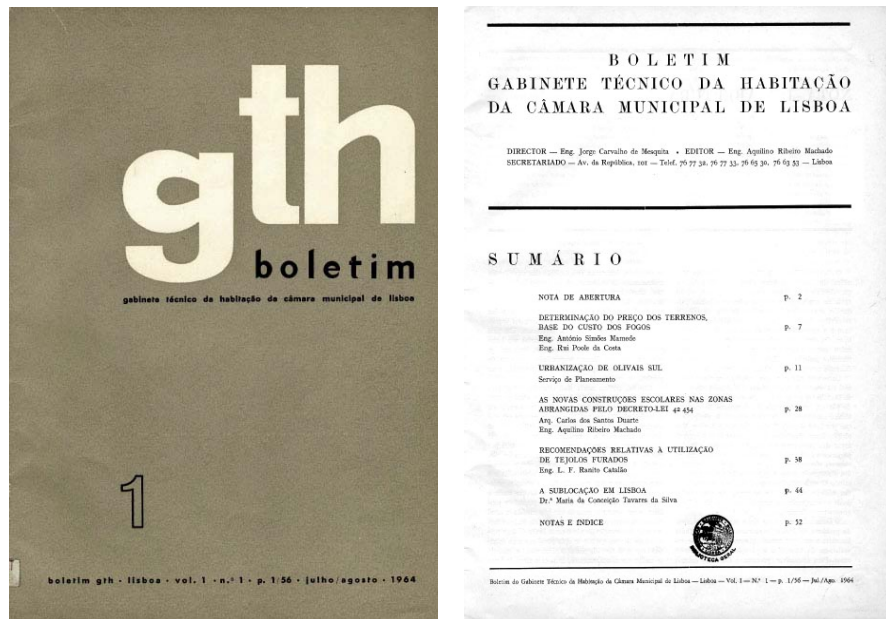


fig. 2.16 e 2.17 – Capa e índice. *Boletim do GTH*, n.º 1, vol. 1, Jul./Ago. 1964.

5.3. A ACÇÃO CONCERTADA DO GTH

O Gabinete Técnico de Habitação (GTH) da Câmara Municipal de Lisboa (CML) inicia em 1964 a publicação do seu boletim [fig. 2.16 e 2.17]. Primeiro com uma periodicidade bimensal e semestral, a partir de 1966, o *Boletim do GTH* é responsável pela divulgação alargada de artigos produzidos sempre em ligação directa com os processos de desenvolvimento de habitação na área de Lisboa, mas com um interesse que ultrapassa a mera questão geográfica.

Ao fim de cinco anos de trabalho do GTH, os seus responsáveis consideram existir produção significativa que justifique a sua divulgação. A intenção é também contrariar a tendência de se partir permanentemente do zero, oferecendo uma base concentrada e sólida de informação a quem futuramente quisesse empreender actividade semelhante. O aparecimento deste gabinete no interior da CML está associado ao Decreto-Lei n.º 42.454 de 1959 e tentam fazer face ao problema grave de falta de fogos “económicos” na cidade de Lisboa. A acção do GTH era extensa e implicava a “preparação dos programas de trabalho, a elaboração dos projectos e a direcção e fiscalização das obras”. A esta acção ampla corresponde uma, igualmente ampla, vontade de recolha e investigação de informação que sirva de suporte ao trabalho dos técnicos. Desta necessidade surge um “largo programa de estudos preliminares” a que o boletim dará parcialmente visibilidade⁴⁸⁶. Tal como os conteúdos de investigação e do projecto se procuram consistentes e rigorosos, também as próprias características físicas do *Boletim GTH* procuram cumprir, tanto na dimensão da mancha de texto e de

⁴⁸⁶ Gabinete Técnico da Habitação da C.M.L., “Nota de abertura”, *Boletim GTH*, vol. 1, n.º 1, Jul.-Ago. 1964, p. 2.

gravuras como no formato A4 escolhido, um nível de racionalidade fora do habitual no contexto nacional, justificava que reclamasse ser uma das “poucas publicações portuguesas verdadeiramente normalizadas”⁴⁸⁷. A todos os níveis esta publicação propõe-se como um modo de transmissão de conhecimentos sustentados pela correcção dos processos, onde o projecto e a construção da habitação e da cidade são tratados como conhecimento que se quer compreender, consolidar e tornar acção racional.

O GTH encontrava-se organizado segundo quatro grandes áreas que correspondiam a idêntico número de serviços. Sobre todos estes encontrava-se o director, Jorge Carvalho de Mesquita, igualmente responsável pelo boletim. À data do lançamento do boletim apenas um arquitecto era responsável por um dos serviços, o do Planeamento: Rui Mendes Paula que será editor da publicação a partir do número 4 de Janeiro/Fevereiro de 1965. Os restantes responsáveis pela administração técnica, investigação e obras têm, tal como o director, formação em engenharia. Destes serviços aquele que mais interesse tem para o presente estudo é o dedicado à investigação. É nele que são elaborados estudos de apoio que têm como finalidade suportar a prática nas suas diversas vertentes. As três linhas fortes de trabalho estabelecidas procuram actuar nas áreas da economia das construções, da sociologia e da normalização.⁴⁸⁸

Pela leitura da evolução do organigrama ao longo de uma década de actividades do GTH, a relevância da investigação diminui ao aproximar-se a década de 1970. Nasce como um serviço autónomo mas passa, posteriormente, para uma das duas repartições que compõem a Divisão de Técnica Geral, junto com a repartição dedicada à Administração Técnica e Financeira⁴⁸⁹. A leitura óbvia desta alteração prende-se com o volume de interesse no contexto geral do GTH que decresce. O surpreendente valor acrescido conferido à investigação, ao estabelecê-la à partida como serviço autónomo entre quatro, é reavaliado com a diminuição do seu valor relativo na estrutura hierárquica do conjunto.

De qualquer modo, o boletim não sofre repercussões directas desta alteração. Até ao final da década de 1960, sairão quase vinte números, com perto de setenta artigos resultantes da investigação e da prática realizadas no interior do GTH. A análise genérica dos conteúdos publicados coincide com o que são as frentes de acção do gabinete, ainda que seja possível encontrar uma distribuição não equitativa. Os artigos correspondentes à actividade investigadora são uma constante ao longo de todos os números analisados até 1971, sendo que os de carácter mais sociológico são quase tão

⁴⁸⁷ Idem, *Ibidem*, p. 6.

⁴⁸⁸ Serviços e respectivos responsáveis em 1964: 1) Planeamento (Arq. Rui Mendes Paula) – Estudos gerais de urbanização, Planos Habitacionais, Controlo e análise técnica de projectos, Equipamento urbano, Equipamento técnico; 2) Administração técnica (Eng. António Pescão de Almeida) – Aquisição e alienação de terrenos, planos anuais de distribuição; 3) Investigação (Eng. Luís Filipe Ranito Catalão): Estudos de apoio: Economia das construções, Sociologia, Normalização; 4) Obras (Eng. José Augusto Santos Pato): Preparação das empreitadas, Fiscalização e acompanhamento das obras (Idem, *Ibidem*).

⁴⁸⁹ Idem, *Ibidem* Idem, “Organigrama”, *Boletim GTH*, vol. 3, n.º 20, 1.º Sem. 1971, p. 153.

numerosos como os aqueles que reflectem trabalhos realizados no âmbito da economia da construção e da normalização.

As mais de três dezenas de autores publicados, com uma larga maioria de colaboradores directos do GTH, procuram a análise da arquitectura doméstica proposta e realizada na cidade de Lisboa a partir de uma multiplicidade de pontos de vista disciplinares, assim como debruçando-se sobre os diversos momentos do processo. Excepções são, em 1965, os artigos de Carlos S. Duarte, Goulart de Medeiros e Raul Hestnes Ferreira sobre exemplos estrangeiros, significativamente todos de âmbito urbano, e os de Francisco Silva Dias e de Horácio Morgado relatando as suas passagens por França e Estados Unidos para realizarem estágios ou cursos.⁴⁹⁰

Interessará, posteriormente e com maior acuidade, observar o que são os enfoques escolhidos para cada uma das etapas através das quais as necessidades habitacionais são transformadas em fogos habitados. Sejam as futuras famílias ocupantes, os processos de projectos e de preparação da obra ou a avaliação da ocupação concretizada, todas estas vertentes são alvo de leitura para melhorar os desempenhos sociais, económicos e materiais dos edifícios construídos.

No final da década de 1960, o boletim divulga aquele que será o momento de reflexão do próprio GTH sobre os dez anos anteriores. Com o vigésimo volume, publicado em 1971, surgem listagens diversas do que tinha sido o trabalho recente desenvolvido nas diversas áreas. A abrangência da síntese é ampla e este boletim, de dimensões mais generosas do que o habitual, inclui as relações dos estudos, projectos, aquisições e distribuições de terrenos, obras executadas e empreitadas⁴⁹¹. A dimensão geral do trabalho efectuado pelo serviço de investigação é relevante e, no conjunto das três áreas – sociologia, economia da construção e normalização –, são incluídos mais de seis dezenas de estudos. De um modo geral, estes organizam-se em inquéritos, estudos e propostas que visam tanto configurar a acção da CML como as que têm um efeito mais alargado, como a contribuição para a revisão do Decreto-Lei 42.454, relativo à acção do GTH⁴⁹².

Apesar de algum grau de repetição de artigos anteriormente publicados, surgem, nos números saídos ao redor de 1970 aparentando indiciar alguma deriva ou hesitação sobre o caminho a seguir, o

⁴⁹⁰ Ver: Carlos S. Duarte, "Habitação e equipamento colectivo na Suécia", *Boletim GTH*, vol. 1, n.º 4, Jan.-Fev. 1965, E. Goulart Medeiros, "Os centros cívico-comerciais de Vallingby e Farsta", *Boletim GTH*, vol. 1, n.º 4, Jan.-Fev. 1965, Raul Hestnes Ferreira, "Análise de núcleos urbanos projectados noutros países", *Boletim GTH*, vol. 2, n.º 16, 1.º Sem. 1969, Francisco da Silva Dias, "Estágio sobre técnicas de urbanismo e planificação do território", *Boletim GTH*, vol. 2, n.º 14, 1.º Sem. 1968 e Horácio Morgado, "Engenharia de transportes", *Boletim GTH*, vol. 2, n.º 14, 1.º Sem. 1968.

⁴⁹¹ A título de exemplo referimos: Gabinete Técnico da Habitação da C.M.L., "Relação dos estudos e projectos elaborados pelo planeamento no período de 1959-1969", *Boletim GTH*, vol. 3, n.º 20, 1.º Sem. 1971 ou Idem, "Empreitadas de construção de edifícios habitacionais e de equipamento no período de 1959-1969", *Boletim GTH*, vol. 3, n.º 20, 1.º Sem. 1971.

⁴⁹² Gabinete Técnico da Habitação da C.M.L., "Estudos elaborados pela repartição de investigação no período 1959-1969", *Boletim GTH*, vol. 3, n.º 20, 1.º Sem. 1971, pp. 169-174. Na secção de Planeamento também é possível encontrar estudos directamente relacionado com a prática da secção (Idem, "Relação dos estudos e projectos elaborados pelo planeamento no período de 1959-1969", pp. 157-168).

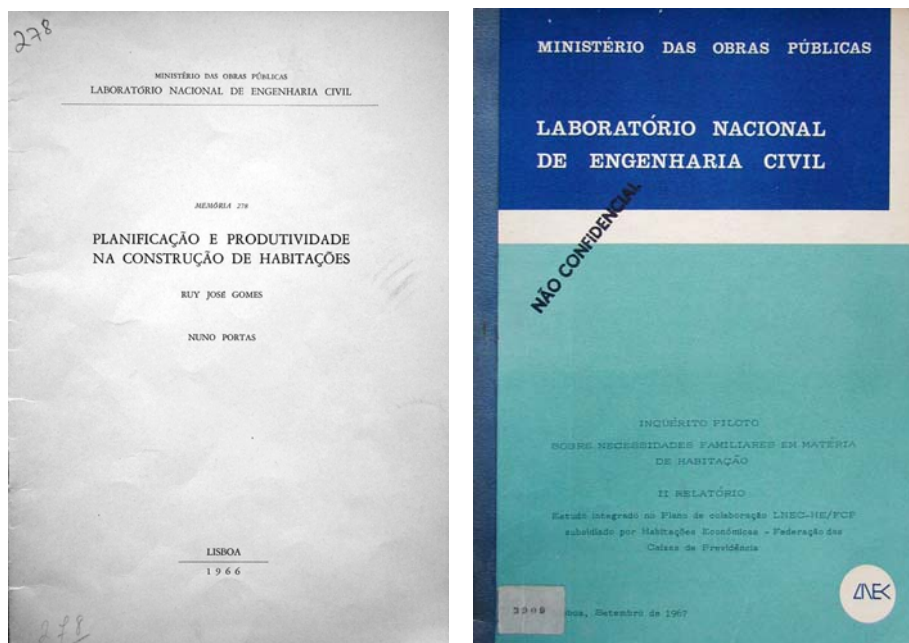


fig. 2.18 e 2.19 – Capas. Ruy José Gomes; Nuno Portas, *Planificação e Produtividade na Construção de Habitações* e Nuno Portas; M. Luz Valente Pereira, *Inquérito Piloto sobre Necessidades Familiares em Matéria de Habitação – II Relatório*. Lisboa: LNEC, 1966 e 1967.

boletim continuará a sua publicação até 1981. Seguindo sem o mesmo fulgor anterior, principalmente no que à investigação diz respeito, presta especial atenção ao caso do Bairro de Chelas, ultrapassadas que estavam as fases dos Olivais. A densidade da proposta que constitui a actividade de investigação – e não só – do GTH permanece como uma referência de considerável importância no panorama português e para o seu estudo. A este material incontornável voltaremos necessariamente mais tarde.

5.4. O LNEC E A ARQUITECTURA INVESTIGADA

Se as revistas de arquitectura tiveram um papel importante na discussão efectuada em redor dos temas que informam a arquitectura, outras produções iam criando caminho com diferentes meios e outro sentido de divulgação. O Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) é criado em 1946 no âmbito do Ministério das Obras Públicas, motivado por um período de grande desenvolvimento que o país atravessava e que se reflecte na concretização de importantes obras públicas⁴⁹³. Apesar existir investigação que toma a construção arquitectónica como tema antes de 1961, só nesta data a Secção de Processos de Construção passa a Divisão de Construção e Habitação – integrada no Serviço de Edifícios e Pontes. É também neste ano que Nuno Portas é admitido no LNEC para colaborar na secção de Qualidade Arquitectónica. Será este arquitecto, oito anos mais tarde, o responsável da então recém-criada Divisão de Arquitectura. Uma das motivação para este aparecimento é a colaboração efectuada com a FCP-HE, do Ministério das Corporações e da Previdência Social, que nos

⁴⁹³ José Oliveira Pedro, "Introdução" in Laboratório Nacional de Engenharia Civil. *Laboratório Nacional de Engenharia Civil - 60 anos de actividade: 1946-2006*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 2006, p. 67.



fig. 2.20 e 2.21 – Bloco das Águas Livres: Baixo-relevo de Jorge Vieira e vista geral. *Arquitectura*, n.º 66, Jun. 1959, capa e p. 6.

biénios de 1967/68 e 1969/1970 patrocinam trabalhos de significativa importância para o desenvolvimento da investigação arquitectónica no seio do LNEC⁴⁹⁴. O percurso posterior deste grupo virá a dar origem, em 1999, ao Núcleo de Arquitectura e Urbanismo (NAU) que ainda hoje existe.

As publicações com a chancela do LNEC são um meio de dar visibilidade aos trabalhos de investigação que, encomendados do exterior ou efectuados por opção própria, eram realizados na instituição. Aos diferentes enquadramentos do que é produzido correspondem distintas colecções, para venda ou só para circulação interna, através das quais se organiza a divulgação. Surgem assim, maioritariamente, através de comunicações, de memórias [fig. 2.18], relatórios – confidentiais ou não [fig. 2.19] – e de informações técnicas.

Os primeiros documentos publicados são de cariz marcadamente técnico e orientados para a construção. Durante a década de 1950 encontramos duas frentes temáticas, nas quais marcam presença as autorias de Ruy José Gomes e mais pontualmente Álvaro Garcia. Por um lado, surgem as memórias, que visam reflectir estudos efectuados sobre alguns materiais de construção menos habituais à época, como a ardósia ou a terra⁴⁹⁵. Por outro, as questões da economia da construção, com o estudo das modulações ou da pré-fabricação a iniciarem uma linha de investigação que perdurará século fora⁴⁹⁶.

⁴⁹⁴ José Ângelo Vasconcelos de Paiva, "Edifícios" in Laboratório Nacional de Engenharia Civil. *Laboratório Nacional de Engenharia Civil - 60 anos de actividade: 1946-2006*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 2006, p. 212.

⁴⁹⁵ Ver, por exemplo: Álvaro N. V. Garcia, *Emprego da Ardósia como Material de Construção*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1951 e Ruy José Gomes; José de Brito Folque, *O uso da terra como material de construção*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1953.

⁴⁹⁶ A título de referência: Álvaro N. V. Garcia, *Modulações das Construções*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1952 ou Ruy José Gomes, *Perspectivas da Pré-fabricação na Construção de Habitações*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1952.

Com a passagem para a década seguinte iniciar-se-á uma mudança significativa da relação do LNEC com a arquitectura. Ruy José Gomes publica a apreciação crítica ao Bloco das Águas Livres (1955-1956), edifício de habitação colectiva de Nuno Teotónio Pereira e de Bartolomeu Costa Cabral [fig. 2.20 e 2.21], praticamente em paralelo na revista *Arquitectura* e num pequeno volume enquadrado pelo LNEC⁴⁹⁷. Os textos são coincidentes e este é o único caso identificado em que a primeira publicação é feita na revista de público mais generalista e só depois no âmbito mais científico. Para além desta pluralidade de meios de publicação é de sublinhar o acto crítico que este engenheiro efectua sobre um objecto arquitectónico⁴⁹⁸. Como afirma no encerramento do artigo, acções deste tipo são justificadas:

(...) Porque o interesse do relato crítico que se tentou, mede-se pelo debate – e portanto pelo esclarecimento próprio e dos outros – que possa suscitar.

É essa, afinal, a razão pela qual a crítica é uma actividade criadora. Talvez se transgridam tabus, e se vá contra o uso, mas parece que vale a pena estudar, criticando; achar bem, ou mal ou assim assim, mas dizer porquê; e receber sem acrimónia quem nos demonstre que esse porquê não vale.

Pouco depois, concretiza-se a já referida mudança dentro da instituição. A criação, em 1961, da secção dedicada à qualidade da habitação, para a qual Nuno Portas entra, potenciará os olhares diversos que a investigação lançará a partir desse momento no interior do LNEC à arquitectura e, especialmente, à habitação. Será este igualmente o autor arquitecto mais publicado. Nos quase vinte anos da sua presença nesta instituição, Portas assinou – como autor ou co-autor – mais de vinte publicações. Estas surgem sob o tema da habitação num primeiro momento e, posteriormente, vão caminhando para a escala da cidade. Os seus interesses de investigador são amplos e a soma das suas publicações, dentro e fora do LNEC, reflectem essa multiplicidade. Na primeira década e meia, com o interesse centrado na habitação, é possível encontrar trabalhos que vão deste a avaliação das necessidades habitacionais ao estabelecimento de standards para aplicar no projecto de habitação social ou à produtividade e uso da planificação aplicada à construção. A partir da década de 1970, a publicação de Nuno Portas pelo laboratório torna-se mais esparsa e, quando acontece, surge já orientada a questões de escala urbana. Mas, nesse momento, já muitos outros investigadores se encontravam concentrados na habitação e, por isso, a dedicação ao estudo da mesma não se esgota em Portas e tem garantida a continuidade nesta instituição.

⁴⁹⁷ Ruy José Gomes, "Apreciação crítica de edifícios: O Bloco das Águas Livres", *Arquitectura*, n.º 65, Jun. 1959, pp. 23-30 e Idem, *O Bloco das Águas Livres. Apreciação crítica de edifícios*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1960.

⁴⁹⁸ Gomes, "Apreciação crítica de edifícios: O Bloco das Águas Livres", p. 30.

Por este grupo de investigação passam diversos arquitectos, com temáticas e intensidades de participação muito variáveis. Muitos deles encontram-se no conjunto de arquitectos que, na segunda metade do século XX, marcam o panorama arquitectónico português, tanto através do exercício da prática como da reflexão. Uma outra figura relevante, ainda que discreta no panorama nacional, é a arquitecta Luz Valente Pereira (n. 1934)⁴⁹⁹. Assinando como “arquitecta estagiária para especialista” na segunda metade da década de 1960, passa em 1971 a especialista⁵⁰⁰ e é responsável por mais de uma dezena de publicações, algumas das quais em co-autoria. As suas áreas de reflexão centram-se, num primeiro momento, sobre a investigação sociológica da habitação, desenvolvendo diversos inquéritos com este objectivo, trabalhando mais tarde a escala da cidade e o planeamento municipal.

Muitas outras colaborações de arquitectos vão acontecendo ao longo da década de 1960 e no princípio da seguinte. Em 1966, Alexandre Alves Costa (n. 1939) publica dois livros relativos ao tema da “Racionalização de Soluções de Habitação”⁵⁰¹. Outra figura incontornável da arquitectura portuguesa do século XX, Bartolomeu Costa Cabral (n. 1929), publica já no final da década de 1960, também sob a chancela do LNEC, um estudo que trabalha especificamente a escala mais alargada das “Formas de Agrupamento da Habitação”, seguindo a linha de investigação da racionalização organizativa dos fogos⁵⁰².

Já na passagem para a década seguinte, Gonçalo Byrne procura compreender e propor a “Racionalização do Processo de Projecto”⁵⁰³. Em 1971, Francisco Silva Dias (n. 1930) trabalha um tema muito caro às investigações de meados do século XX e, no contexto nacional muito especialmente a Nuno Portas, o tema da habitação evolutiva no seio da investigação mais alargada das tipologias de edifícios⁵⁰⁴. A sua colaboração no *Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa*, a par de Nuno Teotónio Pereira e António Pinto de Freitas (n. 1925) na Zona 4, dedicada à Estremadura portuguesa, já lhe trouxera um contacto com a sistematização do conhecimento aplicado à arquitectura que volta a exercitar.

Para lá dos autores arquitectos, outros investigadores, vindos directamente das ciências sociais e das engenharias, ajudam também a construir este conjunto amplo de documentação que caminha à volta da habitação e que espera que da investigação saiam resultados que se possam aplicar à produção

⁴⁹⁹ Maria da Luz Valente Pereira é a primeira arquitecta a entrar, em 1966, para o LNEC.

⁵⁰⁰ Maria da Luz Valente Pereira, “Modelo do sistema urbano à escala de zona urbana”, *Análise Social*, vol. X, n.º 39, 1.º Sem. 1973, p. 5.

⁵⁰¹ Alexandre Alves Costa; Nuno Portas, *Racionalização das Soluções de Habitação. Parte II. Análises parciais das relações entre funções do fogo*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1966 e Idem, *Racionalização das Soluções de Habitação. Parte I. Anexo 1. Matriz - Quadro de Relações Lógicas*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1966.

⁵⁰² Bartolomeu Costa Cabral, *Racionalização de Soluções de Organização de Fogos - Formas de Agrupamento da Habitação. Relatório Parcial*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1968.

⁵⁰³ Gonçalo Sousa Byrne, *Racionalização do Processo de Projecto. I - Coordenação Dimensional Modular. Princípios e Aplicações*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1970 (não consultado).

⁵⁰⁴ Francisco Silva Dias, *Tipologias de Edifícios - Habitação Evolutiva. Princípios e Critérios de Projecto*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1971.

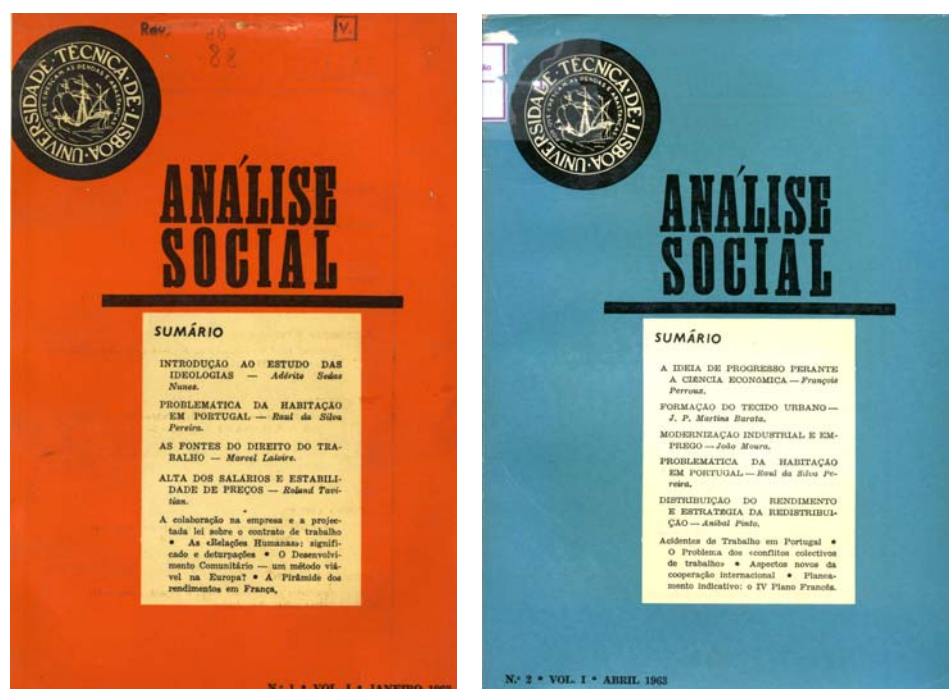


fig. 2.22 e 2.23 – Capas. *Análise Social*, n.º 1 e 2, vol. 1, Jan. 1963 e Abr. 1963.

arquitectónica e de cidade. Nesta multidisciplinaridade efectiva reside grande parte da importância do grupo. Os resultados práticos terão ficado aquém das expectativas e a qualificação do parque habitacional e das cidades permaneceu muitas vezes longe do que se vai produzindo como investigação aplicada. Ainda assim, tratar das múltiplas questões levantadas pela reflexão sobre a arquitectura doméstica em Portugal cruza-se inevitavelmente com a longa lista de publicações resultantes das investigações realizadas no seio do Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

5.5. ARQUITECTURA E HABITAÇÃO PELA *ANÁLISE SOCIAL*

A revista *Análise Social*, apesar de não estruturar uma continuidade de artigos semelhante às anteriormente apresentadas, publica logo nos seus primeiros números textos sobre a arquitectura e a habitação, alguns deles da autoria de arquitectos [fig. 2.22 e 2.23]. Surgindo no contexto de uma década durante a qual a preocupação primordial era o desenvolvimento económico, o grupo que trabalhava ao redor desta revista fixava-se nos aspectos sociais, considerando essencial a complementaridade entre as dimensões económica e social, sendo que o “país real” concentrava a atenção dos trabalhos apresentados⁵⁰⁵. No número inaugural, em 1963, o economista Raul da Silva Pereira dedica-se a estudar a problemática da habitação em Portugal, num longo trabalho que se prolonga para a edição posterior⁵⁰⁶. O artigo que publica no ano seguinte cruza a questão da

⁵⁰⁵ Raul da Silva Pereira, “Adérito Sedas Nunes: no final do século”, *Análise Social*, vol. XXIX, n.º 125-124, 1.º-2.º sem. 1994, p. 6.

⁵⁰⁶ Pereira, “Problemática da Habitação em Portugal I”, pp. 33-66 e Raul da Silva Pereira, “Problemática da Habitação em Portugal II”, *Análise Social*, vol. I, n.º 2, 1963, pp. 225-269.

habitação com a dos tecidos urbanos, principalmente pelo seu papel de receptáculos de população migrante que os coloca em profunda e directa relação com o défice de fogos⁵⁰⁷. É igualmente como separata da *Análise Social*, de 1963, que surge o livro de Silva Pereira com o título *Problemática da Habitação em Portugal*, uma edição de autor cujo título, conteúdo e estrutura coincidem com os artigos acima referidos⁵⁰⁸.

Duas figuras relevantes para a arquitectura portuguesa publicam durante o ano de 1964 artigos na *Análise Social*. No número cinco Nuno Portas cruza os temas da industrialização da construção e da política habitacional; no número seguinte Pedro Vieira de Almeida apresenta o artigo “Da utilidade social do arquitecto”⁵⁰⁹. Ainda nesse ano, um conjunto de técnicos da CML publica uma reflexão sobre a avaliação às condições da habitação da capital⁵¹⁰, criando desde esses tempos iniciais da revista uma proximidade muito grande às questões urbanas e habitacionais, que se suporiam mais natural no campo estrito da disciplina arquitectónica, mas que a sua condição de entidades sociais faz surgirem naturalmente neste contexto⁵¹¹. Temas como a família ou a cambiante condição feminina também se cruzam com o interesse social concedido à habitação e à cidade e, por isso, terão direito a uma leitura mais atenta nas páginas seguintes.

Tal como já referira Nuno Portas, relativamente ao caso da *Binário*, a falta generalizada de material original resultante de reflexões mais consistentes vai produzir uma natural circulação entre as publicações diversas. Esta circulação é susceptível de ser encontrada entre quase todas as publicações que tratamos. Portas não o refere, mas, na *Arquitectura* esta prática também acontece com certa regularidade. A contaminação pode acontecer através de textos publicados de forma integralmente – ver o exemplo já referido de Ruy José Gomes – ou através de reenquadramento e adaptação para o contexto da publicação seguinte. Nos sentidos de circulação o que encontramos são principalmente autores e/ou artigos que se deslocam sobretudo das publicações do LNEC para a *Binário* e para a *Arquitectura*. O interesse desta última centra-se mais em temas próximos à sociologia e a abordagens mais focadas no habitante, enquanto a *Binário* tende a divulgar trabalhos cujo enfoque técnico é a opção. Por motivos que consideráramos naturais, dado o carácter similar e eventualmente

⁵⁰⁷ Raul da Silva Pereira, “Habitação e urbanismo em Portugal - Alguns aspectos actuais”, *Análise Social*, vol. II, n.º 5, 1964, p. 200.

⁵⁰⁸ Idem, *Problemática da Habitação em Portugal*. Lisboa: [s.n.], 1963

⁵⁰⁹ Nuno Portas, “Industrialização da construção - Política habitacional”, *Análise Social*, vol. II, n.º 5, 1964, pp. 90-103 e Pedro Vieira de Almeida, “Da utilidade social da arquitectura”, *Análise Social*, vol. II, n.º 6, 1964, pp. 237-248.

⁵¹⁰ A. Ferraz de Andrade; José Pedro Martins Barata; M. Gonçalves da Fonseca, “Aspectos de um Inquérito às condições de habitação em Lisboa”, *Análise Social*, vol. I, n.º 6, 1964, pp. 301-307.

⁵¹¹ Nuno Portas voltará a colaborar em 1965, com um texto dedicado à importância das ciências humanas no contexto da formação dos arquitectos, marcando em território destas a aproximação sentida como necessária e que se procura ir fazendo cumprir ao longo desta década (Nuno Portas, “As Ciências Humanas na renovação da formação do Arquitecto”, *Análise Social*, vol. III, n.º 12, 1965, pp. 517-525).

concorrente das publicações, não foram encontradas republicações entre as revistas *Arquitectura* e *Binário* ou entre o *Boletim GTH* e a chancela do LNEC. No caso da *Análise Social* vemo-la receber artigos originais de investigadores e/ou arquitectos que podem ter, ou não, colaborações regulares noutros meios. Neste caso as colaborações são esporádicas e aprofundadas, valorizando os próprios trabalhos publicados⁵¹².

Outro elemento relevante é a publicação de artigos que resultam de trabalhos apresentados em congressos e colóquios nacionais e internacionais. O GTH e o LNEC têm perfil de instituições de investigação e, portanto, a divulgação dos trabalhos apresentados pelas equipas neste âmbito surge compreensivelmente enquadrada nas suas publicações. O LNEC tem uma linha de publicações dedicada a este tipo de produção, “Comunicações”, e o *Boletim do GTH* chega a ter um número, em 1967, com diversas apresentações ao Congresso Hispano-luso-americano-filipino de Municípios, realizado em Barcelona no qual participam, pelo menos, três representantes do GTH. Também as revistas *Arquitectura* e *Binário* procuram cumprir o papel de divulgadoras deste material potencialmente inacessível ao público em geral e contam com diversas publicações neste campo, tentativa sem dúvida de concretização de um objectivo mais alargado e de difusão da produção científica do que se ia pensando, estudando e escrevendo a um nível menos visível⁵¹³.

Este conjunto de publicações de natureza diversa permite-nos procurar em diversas frentes e em diversos meios e formas a estrutura do momento novo que nos parece estar então a acontecer e que surge com uma consistência e densidade nunca antes reconhecidas no contexto português. Ainda que algumas situações anteriores se destaquem, não se trata já de figuras isoladas em tarefas singulares através das quais se procura estabelecer novos caminhos, como o tentara décadas antes, por exemplo, Raul Lino. O ambiente cultural é propício e os actores compreendem com entusiasmo as oportunidades e as suas responsabilidades. Como refere Nuno Portas, em 1959, o que se espera que aconteça é que – finalmente? – a nova geração seja capaz de “assumir as tentativas dispersas de pensamento e actuação” deste modo, “conferindo-lhes uma estrutura, um certo grau de síntese e de eficácia operativa”⁵¹⁴. A desejada aproximação entre o projecto e a reflexão é defendida, mas também é exigido ao novo grupo de profissionais emergentes que saiba estruturar as suas actividades de modo

⁵¹² Entre as revistas *Arquitectura* e *Binário* foi encontrado um artigo de Ducio Turin que surge publicado em ambas com uma diferença de 2 meses (1962). A visita recente deste arquitecto italiano a Portugal justificava o interesse pela tradução e publicação de um artigo da sua autoria. As versões das traduções são diferentes, no caso da *Arquitectura*, a tradução é assinada por Nuno Portas e, no caso da *Binário*, a tradução não é assinada (Ducio Turin, “Aspectos económicos da industrialização da construção”, *Arquitectura*, n.º 74, Mar. 1962, pp. 39-46 e Idem, “Aspectos económicos da industrialização da construção”, *Binário. Arquitectura construção equipamento*, n.º 44, Mai. 1962, pp. 341-361).

⁵¹³ Nestas duas publicações salientamos a título de exemplo: M. Manuela Silva, “Enquadramento da habitação no desenvolvimento económico e social”, *Arquitectura*, n.º 112, Nov.-Dez. 1969 e Ruy José Gomes, “Normalização de portas: as portas interiores para habitação”, *Binário. Arquitectura construção equipamento*, n.º 3, Jun. 1958.

⁵¹⁴ Nuno Portas, “A responsabilidade de uma novíssima geração no movimento moderno em Portugal”, *Arquitectura*, n.º 66, Nov.-Dez. 1959, p. 13.

a que a aplicabilidade seja levada em conta. Contra as diversas esterilidades apontadas às gerações anteriores, pensamento e acção seriam colocados em simultâneo e em relação no interesse dos arquitectos e a visibilidade geral e escrutínio dos pares estaria a cargo destes investidos instrumentos de trabalho que eram as publicações.

Ainda que o mesmo Nuno Portas venha a afirmar, mais de uma década depois, que, por um lado, a “produção teórica [continuou] a ser relativamente pobre” e que, por outro, os trabalhos que resultaram de exigências do contextos académico não tenham surtido “alguma influência generalizada, nem na formação nem na profissão”⁵¹⁵, a mudança estrutural de pensamento, acção e escrita que a década de 1960 assume é incontornável e constitui-se como um momento charneira único no quadro da arquitectura portuguesa do século XX. Foi, de certo modo, uma revolução anterior à futura revolução política que transformaria profundamente o país na década de 1970.

5.6. A CASA COMO OBJECTO DE INVESTIGAÇÃO

Com um duplo contexto, nacional e disciplinar, pouco dado a investigações e a processos que visam dar consistência aos resultados finais, encontramos em Portugal uma situação singular organizada ao redor da arquitectura doméstica a meio do século XX. Nos anos 1940 é possível assistir, enquanto acontecimento organizado, ao início do trabalho realizado no interior das Habitações Económicas (FCP-HE) e, em paralelo e com outro tipo de enfoque, no LNEC. Nos primeiros trabalhos deste último, a aproximação é especialmente pelo aperfeiçoamento do uso de determinados materiais, enquanto no caso das HE, desde o primeiro momento, o interesse fixa-se principalmente na vertente do habitar qualificado e maximizado. A década seguinte ampliará e consolidará este início, surgindo no seu final o GTH (CML) enquanto, no contexto das revistas, aparece a *Binário* e renova-se a *Arquitectura*. Com os seus perfis e finalidades distintos, locais de produção de conhecimento e modos de divulgação do mesmo vão-se organizando tendo a arquitectura como centro. O interesse efectivo por um conjunto de respostas acertadas e universalizáveis é parte final de um processo tido como correcto e cuja atitude tende a alastrar, pelo menos a curto prazo.

Estas alterações no modo de agir face à arquitectura, e especificamente à arquitectura doméstica, resultam de um enquadramento dilatado que ultrapassa as próprias fronteiras do país e do tempo onde o Estado Novo ia querendo fixar Portugal. O momento do pós-guerra exigiu da Europa uma acção ampla de reconstrução. Na verdade, foram muito diferentes as respostas que cada país deu às suas necessidade de habitação e é as soluções então aplicadas abraçam um leque alargado de responsabilidades e presença entre Estado e privados. A Alemanha Ocidental e o Reino Unido

⁵¹⁵ Portas, "A evolução da arquitectura moderna em Portugal: uma interpretação", p. 743.

apostaram numa “ambiciosa política de casa”; os casos italianos e gregos foram mais selvagens, com o “saque a Roma” e o aumento descontrolado das “selvas de betão nos arredores de Atenas”; na Suécia, por oposição, o Estado optou por reduzir ao mínimo as desigualdades, reforçando a sua presença em todo o processo⁵¹⁶. No caso português, os anos imediatos à II Guerra Mundial deixam o país politicamente mais isolado. De uma situação em que o peso dos regimes autoritários era maioritário na Europa, Portugal vê-se, juntamente com a Espanha, no lado, ainda que indirecto, dos vencidos. A pressão resultante desta mudança de forças terá implicações na atenção colocada pelo Estado em diversos sectores e na habitação terá igualmente resultados. A Federação das Caixas de Previdência-Habitações Económicas (FCP-HE) e a sua ampla acção são disto exemplo⁵¹⁷.

No final da década de 1940 surgirá um conjunto de legislação que procura, com diversos programas e destinatários diversos – Casas de Renda Económica (1945), Casas para Famílias Pobres (1945), Casais Agrícolas e Casas para Pescadores (1946), Casas de Renda Limitada (1947) – complementar o que a legislação de 1933 não cumprira. O acto fundacional da mudança encontra-se na criação, em 1946, da FCP-HE. Este organismo recebeu a seu cargo os papéis fundamentais de “proposta, estudo, execução e financiamento de casas de renda económica”⁵¹⁸. Com as FCP-HE assistimos a um conjunto significativo de alterações face ao pensar e ao actuar sobre o problema da falta de casas. Por um lado, os fogos deixam de ser objectivamente para aquisição e o arrendamento ganha espaço, contrariando a ideologia estado-novista até então em vigor. Por outro, ainda que nem sempre cumprido, a vontade de respostas que passassem, em exclusivo, pela habitação unifamiliar deixa de ser a panfletária posição única do regime, assumindo-se a habitação colectiva como resposta. Uma das mais significativas características do trabalho da FCP-HE prende-se com o dinamismo da equipa que irá conduzir o processo, assim como a sua qualidade técnica e adequação aos diferentes projectos, permitindo espaço para experimentação de soluções que saíssem da cultura da arquitectura doméstica mais ortodoxa e vigente⁵¹⁹. Curiosamente, a experimentação e procura sustentada de uma determinada cientificidade aplicada à arquitectura instala-se, neste exemplo, com maior facilidade do que a actualização de linguagens arquitectónicas.

Nestas décadas, existe uma ponte interessante entre a situação portuguesa e a italiana. Alguns arquitectos nacionais serão especialmente sensíveis a esta proximidade que, como se verá com mais detalhe, implicará uma atenção particular e o estabelecimento de contactos muito proveitosos. Depois da II Guerra Mundial, a Itália debate-se com uma dificuldade dialéctica entre o conhecimento e a

⁵¹⁶ Mazower, *Dark Continent. Europe's Twentieth Century*, pp. 303-304.

⁵¹⁷ Nuno Teotónio Pereira entrevistado por Maria Tavares, Maio de 2000 (Tavares, *Federações de Caixa de Previdência - Habitações Económicas. Um percurso na história da arquitectura da habitação em Portugal*, p. 245).

⁵¹⁸ Idem, *Ibidem*, pp. 75-77.

⁵¹⁹ Idem, *Ibidem*, p. 81.



fig. 2.24 – Casas de renda económica, série I, tipo I. Grandes Problemas de Lisboa. A construção de Casas de Renda Económica. Plano de Urbanização da Zona a Sul da Av. Alferes Malheiro. *Revista Municipal*, n.º 26, 3.º trimestre 1945.

acção, como lhe chama Manfredo Tafuri. Em 1949, como vimos já, é criado a INA-Casa que, em paralelo ao problema da habitação, surge com a finalidade de fazer face ao número crescente de desempregados e manter estável uma classe operária de outro modo dificilmente controlável⁵²⁰. Também na sua origem encontramos alguma proximidade entre a FCP-HE e o seu congénere italiano. Este surge, em termos de imaginário arquitectónico e referências formais, suportado pelo “esperanto vernacular”⁵²¹ construtivo que o *Manuale dell'Architetto* difundia e que tinha sido publicado em 1946 pelo Consiglio Nazionale delle Ricerche, com a participação de Mario Ridolfi e de Cino Calcaprina⁵²². Se observarmos as soluções de Alvalade, e ainda que já tenhamos reconhecido o investimento racionalista que Miguel Jacobetty colocava ao serviço da adequação da planta, confrontamo-nos com um conjunto de edifícios cujo carácter surpreende pela sua ligação a um ideário formal não consonante com o que as opções racionais modernizantes podiam sugerir [fig. 2.24].

Por diversas vezes, obras realizadas sob este programa italiano seriam referência para os arquitectos portugueses, quer pelas suas opções formais, quer pelas distribuições funcionais adoptadas. Outra similitude poderá ser considerada já que, também em alguns processos realizados por este programa, como o caso do Mario Ridolfi para Cerignola (1959)⁵²³, existe uma preocupação efectiva com os futuros residentes, sendo estes alvo de estudos minuciosos que configuram uma nascente tradição que virá interessar, com enfática relevância, os arquitectos portugueses.

⁵²⁰ Tafuri, *History of Italian Architecture, 1944-1985*, pp. 3, 13 e 16.

⁵²¹ Idem, *Ibidem*, p. 13.

⁵²² Consiglio Nazionale delle Ricerche (ed.), *Manuale dell'Architetto*. [S.l.]: Ufficio Informazioni Stati Uniti, 1946.

⁵²³ Tafuri, *History of Italian Architecture, 1944-1985*, p. 19.

As preocupações e investigações que se encontram durante o século XX português, sustentadas pela maximização das actividades efectuadas no núcleo familiar, através de estudos sistemáticos relativos aos binómios habitante/casa e actividade/casa, procuram ideias de conforto abrangentes que se possam cruzar com necessidades de controle apertado de custos, com a expectativa que daí possam resultar mais e melhores fogos, principalmente para aqueles que menor capacidade têm de investir na sua casa. Para muitos destes futuros habitantes as novas casas representam uma aprendizagem pessoal e familiar do habitar doméstico qualificado e em regime de edifício colectivo. Esta situação não deixa de ter algum paralelismo difuso com a constituição da própria complexidade de habitar, que se desenvolve ao longo dos últimos séculos e que exige alterações de paradigmas pessoais, familiares e sociais, face à dupla esfera do indivíduo e da família.

Observando em traços muito gerais o percurso histórico do habitar, encontramos um lento processo de vários séculos até se chegar à noção de casa, de lar, tal como hoje a vemos e vivemos. As aquisições vão acontecendo, tanto no âmbito cultural e social, como no tecnológico, para que se consiga construir esta ideia que associa família, intimidade e conforto a uma determinada unidade construída. O surgimento da família, como núcleo coeso que preenche o nosso imaginário, é tardio na história do ocidente. Este acontecimento está profundamente relacionado com uma outra nova aprendizagem cultural e pessoal: a do mundo interior individual, sendo que ambos, segundo John Lukacs, são aquisições com menos de três séculos de existência⁵²⁴. A construção de uma vivência da privacidade e da intimidade no seio da família está profundamente relacionada com o aumento da consciência do casal, assim como com a presença das crianças, em casa, até mais tarde⁵²⁵. O fortalecimento das relações, o aumento da intensidade das mesmas e do tempo passado em comum constroem e são construção da família emergente.

Alguns autores colocam lado a lado as invenções dos dispositivos domésticos e o sentido crescente da intimidade doméstica como motores da construção sociocultural da casa moderna. Ainda que alguns elementos de conforto doméstico, como o abastecimento de água ou o aquecimento, tardem em chegar até pelo menos ao século XVIII, a transição da casa feudal – com o seu elevado grau público – vai acontecendo à medida que as aquisições afectivas e pessoais vão acontecendo⁵²⁶. A qualificação mais alargada de um crescente conforto doméstico é substanciada pela mutação que os comportamentos e papéis vão anteriormente absorvendo e actuando.

Quando, na Holanda do século XVII, é pedido aos visitantes da casa familiar que retirem os seus sapatos para que assim lhes seja permitido subirem ao andar superior, encontramos uma clara

⁵²⁴ Rybczynski, *Home. A short story of an idea*, pp. 35-36.

⁵²⁵ Idem, *Ibidem*, pp. 47-48.

⁵²⁶ Idem, *Ibidem*, p. 39.

marcação da fronteira entre os mundos público e o privado. Esta ideia identifica e implica um espaço especial, e ainda mais privado, no interior privado da casa⁵²⁷. A noção de hierarquização de privacidade e intimidade dos espaços remete os seus habitantes e elementos exteriores para uma complexidade acrescida da vivência doméstica. Deste modo, faz-se intuir que existem regras e comportamentos inerentes aos diferentes elementos familiares e aos espaços por eles ocupados.

As preocupações portuguesas sobre as diferentes dimensões da vida doméstica e das suas consequências para o desenho dos fogos resulta de uma tomada de consciência de um processo complexo, a que a consolidação da consciência do privado não é alheia. A literatura produzida pelos arquitectos portugueses ao longo de toda década de 1960 é vasta e resulta de um percurso que vai procurando estabelecer uma relação franca e produtiva entre conhecimento e projecto. As preocupações são diversas, mas encontramos uma persistência e uma importância fundamental, como já referimos, nos temas que dizem respeito ao habitar e à consequente construção de uma ideia de habitar. Não será alheia a este interesse a consciência de que, por um lado, a produção de arquitectura doméstica permanecia imutável e muda face às alterações sociais que aconteciam e, por outro, as condições efectivas em que vivia parte significativa da população portuguesa se encontravam muito aquém do aceitável.

O subtema da habitação económica ou social, assim como os factores sociológicos do habitar, tomam primazia nas opções de reflexão e escrita dos arquitectos. A carência de habitação digna e em quantidade suficiente era um problema sentido pelas populações mais desfavorecidas e estas não tinham a possibilidade de o resolverem sem um amplo e transversal apoio. Previa-se, em meados da década de 1960, que seriam necessários cerca de 500 mil fogos para realojar as famílias que viviam em casas superlotadas e – mais de metade deste número – para famílias que viviam em verdadeiros “tugúrios que se [impunha] urgentemente demolir”⁵²⁸. As respostas efectivas não acompanhavam a intensidade da carência. Consideradas todas as limitações do momento, a construção proposta, por ano, não chegava às 20 mil habitações. Ainda assim, se se conseguisse cumprir esse objectivo, seriam necessárias quase três décadas para resolver os problemas mais graves da infra-habitação em Portugal.

A produção em análise é ampla em abordagens e as centenas de documentos de diversas naturezas e profundidades – entre artigos, livros, relatórios e comunicações – constituem-se como um corpo de trabalho e de definição de linhas de investigação rico e necessário para se perceber o que são as

⁵²⁷ Idem, *Ibidem*, p. 66.

⁵²⁸ Ruy José Gomes; Nuno Portas, *Planificação e Produtividade na Construção de Habitações*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1966, p. 10.



Para melhores decorações...
WARERITE oferece novas sugestões!

WARERITE EXPRESSA O EQUILÍBRIO QUE UM BOM MATERIAL DEVE OFERECER: BELEZA, DURABILIDADE E FACILIDADE DE CONSERVAÇÃO.

WARERITE PODE SER FORNECIDA, CONFORME OS FINS A QUE SE DESTINA - CONSTRUÇÃO DE MÓVEIS, DIVISÓRIAS OU REVESTIMENTOS DE PAREDES, ETC. - EM PAINÉIS CHAPADOS OU CHAPAS.

WARERITE - UM PRODUTO DA BAKELITE, LTD. OS PRIMEIROS DOS PLÁSTICOS PARA REVESTIMENTO

WARERITE
 PLÁSTICOS PARA REVESTIMENTO

REPRESENTANTES E DISTRIBUIDORES: **SANTOS MENDONÇA, LDA.**
 LISBOA - Rua do Rio Tejo, 80, 2.º - Tel.: 46 71 00 (4x 24 h) - FAX: 46 71 00 (4x 24 h)
 PORTO - Rua 24 de Junho, 46, 2.º - Tel.: 2 40 00
 COIMBRA - Avenida Helder Santos, Lote 2 - Pano 1, 1.º D. - Telefone 46 81 00

* EXIJA SEMPRE EM CADA CHAPA A MARCA ORIGINAL REGISTRADA

fig. 2.25 – Warerite, plásticos para revestimentos. *Binário. Arquitectura construção equipamento*, n.º 11, Ago. 1959, p. II.

propostas teóricas e projectuais que acontecem ao longo dos profícuos anos 1960. Desta nuvem de textos foi possível identificar quatro linhas principais de desenvolvimento, cuja estrutura serve de base à aproximação, mapeamento e procura de sentido que se realizará seguidamente neste trabalho. A intuição consolidada de que, na observação através de processos científicos da realidade física e social, é possível uma maior acuidade para posteriores intervenções é o eixo organizador do primeiro grupo de documentos trabalhados. Em continuação, encontrou-se um conjunto de textos que colocam os arquitectos em reflexão sobre si próprios, o seu trabalho e as suas responsabilidades, numa procura de sentido que sai da realidade exterior para se focar na própria prática em expansão. Os arquitectos, como grupo de profissionais cuja prática,

tradicionalmente ancorada na constituição de conhecimento como algo empírico, com a sua natural passagem de mestre para aprendiz, encontravam no ensino uma resposta incompleta, já que este permanecia aquém das respostas que os novos tempos exigiam. Finalmente, surgem os textos que procuram constituir-se como praxis crítica, sustentada por processos de aproximação ao objecto em completa ruptura com o momento anterior, consolidada por um conhecimento mais alargado e mais aprofundado da produção arquitectónica enquanto acto complexo. Esta quadripartição proposta encontra sentido nos próprios conteúdos identificados mas, tal como muitos dos autores destes trabalhos, não defende que entre eles exista, por regra, qualquer tipo de estanquidade. A inter-relação acontece quando temas, aproximações e autores a justificam e destas procuraremos dar nota quando seja relevante.

5.6.1. A IMAGEM OFICIAL

A aparência é de quem faz, com graça e nenhum esforço, os trabalhos que *naturalmente* lhe estão destinados [fig. 2.25]. Elegante, discreta e com modos delicados, prepara o jantar ou um outro qualquer trabalho doméstico no espaço da cozinha. A roupa não deixa margem para hesitação e caracteriza-a – cabelo bem penteado, vestido elegante e sapatos de salto alto – como alguém que está preparada para sair. Por contraste, o avental que transporta-a de volta à cozinha, onde se encontra aquando da fotografia. O aspecto cuidado e simples, mas real e credível, do ambiente onde aparece retratada condiz parcialmente com a dona da casa que, no seu centro, zela pela manutenção tranquila

do seu carácter doméstico. Talvez a estranheza resulte acrescida em resultado do ar humilde do espaço doméstico parecer exagerado para a sua ocupante, que só se redimirá pela suposta modernidade que o material usado, o plástico de revestimento publicitado, aponta.

Olhamos com mais atenção e as dúvidas começam a surgir. Será ela quem, realmente, mantém o estado de limpeza e arrumação? Será que realiza as actividades domésticas com as mesmas roupas cuidadas com que nos surge, mesmo se usando o avental? E, daqui, seguimos para outras questões que procuram desenhar uma leitura narrativa mais alargada. Quem são os elementos destas famílias que a publicidade elege e normaliza? Serão famílias alargadas ou cada vez menos? Que actividades ocupam os seus diversos tempos? Quem trabalha e quem se encarrega, parcial ou totalmente, das tarefas domésticas e, a existirem, das crianças? Quem é afinal esta mulher que nos anuncia tranquilidade, ordem, limpeza e justa medida, garantidas na sua cozinha pelo uso de determinado revestimento plástico moderno e que nos deixa a imaginar, como que por contágio, que estas se espalharão pelo resto do lar?

À entrada da década de 1960, a ideia de que a família se encontra em evolução é evidente e os arquitectos começam a estar atentos a esta situação. Será necessário aferir como e até que ponto a família vai tendo direito, por um lado, ao efectivo reconhecimento desta mudança e, por outro, como acontece a individualização dos personagens que compõem a família, num sentido de consciência e atenção aos papéis em mudança no interior destes núcleos. Em paralelo, o adensar da crise de défice de casas e da sua vertente grave de infra-habitação, interfere pela primeira vez de modo efectivo com as actividades e empenhamento profissionais – e pessoais – de alguns arquitectos. Do cumprimento deste conhecimento e consciência social crescente surgirão consequências para a reflexão e o projecto de arquitectura doméstica através de procuras metodológicas que se querem apartar das fragilidades herdadas. Esta consciência do outro contamina necessariamente a consciência própria e a visão que os arquitectos têm por estes anos, configurando uma crise e uma procura relevante de compreender neste contexto.

Em 1963, em consequência da visita a Portugal do Comité da Habitação, Planificação e Construção da Comissão Económica para a Europa, o Ministério das Obras Públicas elabora um interessante volume que se debruça sobre *A Habitação em Portugal*⁵²⁹. Em versão trilingue – português, francês e inglês – o livro tem obviamente pretensões propagandísticas. Se o compararmos com o pequeno catálogo *Contemporary Portuguese Architecture 1958*, por exemplo, percebemos uma diferença significativa de densidade, sendo este último mais esvaziado de efectivo discurso sobre factos, processos e

⁵²⁹ Alves de Sousa; Centro de Estudos e Habitação Engenheiro Duarte Pacheco, *A Habitação em Portugal*. Lisboa: Ministério das Obras Públicas, 1963.

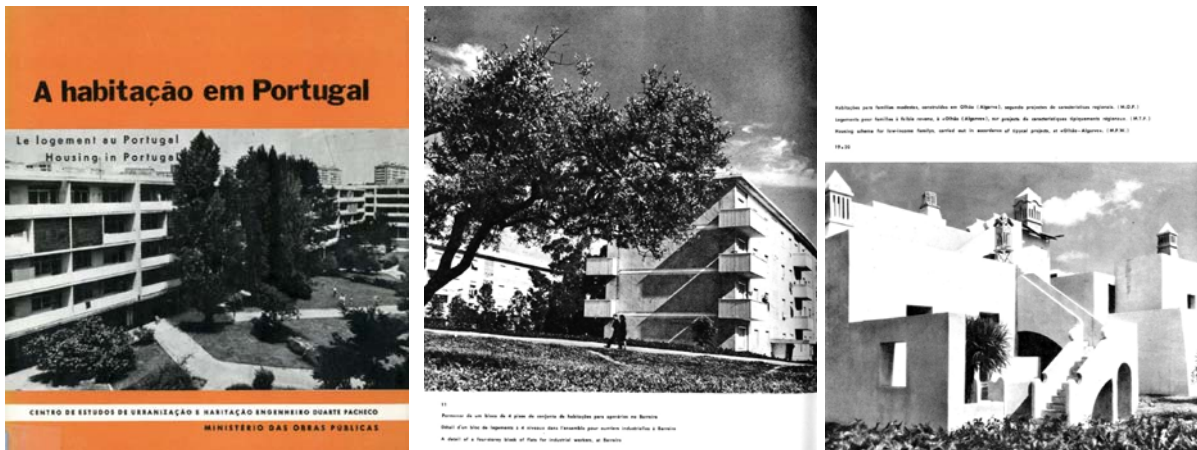


fig. 2.26, 2.27 e 2.28 – Capa, habitações para operários (Barreiro) e habitação para famílias modestas (Olhão). Alves de Sousa; Centro de Estudos e Habitação Engenheiro Duarte Pacheco, *A Habitação em Portugal*. Lisboa: Ministério das Obras Públicas, 1963, s/p.

resultados, em paralelo e como enquadramento dos exemplos construídos apresentados⁵³⁰. Para enquadrar a situação portuguesa da habitação são explicados ao longo de oito capítulos, entre outros, números e estatísticas diversos, legislação relevante e uma nota história, mas também as condições do mercado da habitação e da construção. Nas avaliações e descrições efectuadas sobre a situação contemporânea é identificada a elevada responsabilidade dos privados na satisfação das necessidades de fogos, que corresponderiam, nos dez anos anteriores, a cerca de 93% das mesmas, e a consequente falência deste sistema por impossibilidade de satisfazer os mais carenciados⁵³¹. No final, mais de quarenta páginas são dedicadas aos “Exemplos”, dos quais os de “Habitação de tipo social” são a grande maioria, procurando equilibrar, nos 24 conjuntos apresentados, as soluções de habitação colectiva e de unifamiliar em banda ou geminada [fig. 2.27 e 2.28]⁵³². A imagem escolhida para a capa é a de um conjunto apresentado n.º “A iniciativa privada”, comumente designado por Bairro das Estacas (1949-55) da autoria de Formosinho Sanches e Ruy Atouguia. Por coincidência ou não, este conjunto vira já o seu valor internacionalmente reconhecido em 1954 pela II Bienal do Museu de Arte Moderna de São Paulo, com a atribuição de uma menção honrosa [fig. 2.26].

O grau de assumpção da gravidade do problema é um pouco surpreendente, se considerarmos tratar-se de uma publicação patrocinada pelo regime e dedicada a divulgar uma imagem adequada do país à comissão referida. Não o é menos a interessante, mesmo se frugal, parte dedicada à investigação no contexto da habitação. Sob a designação de “Racionalização, investigação científica e informação” são apontados alguns dos serviços estatais dedicados aos assuntos da normalização,

⁵³⁰ De sublinhar que este volume de 1958 tem como co-responsável o órgão corporativo dos arquitectos (Secretariado Nacional de Informação; Sindicato dos Arquitectos Portugueses, *Contemporary Portuguese Architecture 1958*. Lisboa: SNI, 1958).

⁵³¹ Sousa; Centro de Estudos e Habitação Engenheiro Duarte Pacheco, *A Habitação em Portugal*, p. 24.

⁵³² Os restantes exemplos são apresentados nos seguintes capítulos: “Equipamento colectivo”, “A iniciativa privada”, “Renovação urbana” e “Preservação de edifícios e sítios históricos e artísticos”. A inclusão deste último núcleo, aparentemente deslocado, só se justifica por ser umas das “mais importantes preocupações das autoridades” patrocinadoras e ser, de modo efectivo, uma referência na construção de uma determinada ideia de país a que estas autoridades tinham dificuldade em fugir.

diminuição de custos e divulgação⁵³³. Neste contexto, é efectuada uma colagem a alguns acontecimentos científicos e de discussão acontecidos em Portugal e que, directa ou indirectamente, focaram o tema da habitação⁵³⁴. Mais importante do que a dimensão deste capítulo, destinado aos investimentos efectuados pelo país em investigação e na procura de soluções racionais, é o facto de ser parte integrante e motivo de preocupação principal de um conjunto de organizações que se dedicam à habitação. Efectivamente algo novo se estava a instalar e até o regime tinha noção disso e, a seu modo, anunciava-o com um orgulho relativo.

Ao longo da década de 1960, vai surgir um conjunto de medidas que configurará uma política de habitação que vai sendo acompanhado por críticas, nem sempre suaves, por parte dos arquitectos. No final da década de 1960, Nuno Teotónio Pereira questiona: "Habitação. Finalmente uma política?"⁵³⁵. Vindo de alguém que, de modo pioneiro, tinha estado ligado ao processo estatal de resolução do problema da habitação, a questão é ainda mais enfática. Já dez anos antes apelara à tomada de consciência, então por parte da classe dos arquitectos, dada a "urgência e gravidade do problema habitacional"⁵³⁶. Mais depressa os arquitectos responderam ao apelo do que o Estado Novo soube ou quis organizar uma política de habitação.

Já anteriormente, em 1959, a *Arquitectura*, em editorial, reclamara uma acção alargada para que se pudesse concretizar a resolução do grave problema do parque habitacional português. Essa curta reflexão, aplicada especificamente a Lisboa, refere o comprometimento a que a cidade está obrigada – "nos aspectos estético e cultural, a fisionomia e o ambiente" –, mas também cria uma ligação ao universo de enfoque a que o tema se sujeitará. É então defendido que a existência de um custo social da habitação implica, em última análise, o comprometimento da "saúde física e mental das próximas gerações", motivado, tanto por características urbanas, como por limitações do próprio espaço doméstico⁵³⁷. Afinal, é exigido que a vida urbana se cumpra efectivamente, dentro e fora de portas.

Noutros casos, a aproximação ao tema das diversas insalubridades urbanas, domésticas e de quotidianos leva a que se questione a dimensão da acção dos arquitectos face à efectiva mudança de rumo. Como resultado de uma leitura da vida das populações em nada agradável e até carregada de um certo pessimismo, Carlos Duarte coloca, a si e aos colegas de profissão, um dilema. Segundo este, arquitectos e urbanistas terão de dividir-se entre aceitar reproduzir arquitecturas e cidades que reflectam o estado das sociedades urbanas ou, pelo contrário, deverão "encaminhá-las no sentido que

⁵³³ Sousa; Centro de Estudos e Habitação Engenheiro Duarte Pacheco, *A Habitação em Portugal*, pp. 31-33.

⁵³⁴ São eles, por exemplo, o XXI Congresso da Federação Internacional de Habitação e Urbanismo (1952), o III Congresso da UIA (1953) ou o Colóquio sobre o Habitat (1960).

⁵³⁵ Nuno Teotónio Pereira, "Habitação. Finalmente uma política?" *Arquitectura*, n.º 108, Mar.-Abr. 1969, pp. 43 e 95.

⁵³⁶ s.a., "I Colóquio organizado pelo S.N.A. sobre temas habitacionais: «Aspectos Sociais na Concepção do Habitat»", *Arquitectura*, n.º 67, Abr. 1960, p. 59.

⁵³⁷ Idem, "Editorial: Um problema a resolver", *Arquitectura*, n.º 64, Jan.-Fev. 1959, p. 59.

do ponto de vista das nossas convicções morais” melhor se adequam, cumprindo valores de justiça e humanidade⁵³⁸. Tardará menos de uma década para se deslocar de dilema a contradição e, tal como surge colocada no Encontro Nacional de Arquitectura, realizado em 1969, entre a aceitação das hierarquias e interesses impostos por uma sociedade caracterizada por um capitalismo em crescendo, ou o decidido pelo empenhamento na resolução de problemas de que padecem amplos grupos da sociedade portuguesa. Uma e outra posição surgem em associação igualmente dicotómica entre os profissionais ligados a grandes grupos e organizações e aqueles que mantêm a sua, quase solitária e independente, prática⁵³⁹.

Se o esforço de colocar distintas matérias disciplinares ao serviço do projecto se estabelece como metodologia desejável e praticada, continuarão a acontecer igualmente discursos que se fixam mais na reclamação de condições sociais, com laivos políticos, do que no plano da produção de material de cariz sociológico. O compromisso e o dever social, assim como a crítica às respostas de elaboração e financiamento estatais, não podem ser confundidos com a prática sociológica de alguns arquitectos. No entanto, uma e outra posição apresentam comprometimentos distintos e igualmente importantes naquele preciso momento da vida política e arquitectónica portuguesa.

5.6.2. NUNO PORTAS E A PROCURA METODOLÓGICA

Do lado dos arquitectos, a consciência dos diversos problemas sociais do país leva-os a procuram produzir, através da observação e reflexão, propostas que se queriam de palpável justificação e de efectiva operatividade. Neste sentido, fortalece-se a ideia de que para projectar era necessário conhecer os potenciais habitantes futuros. Nuno Portas considera que a modernidade arquitectónica deverá ser definida no “plano da metodologia”, sustentada por um processo de conhecimento do existente, completando o sentido de ligação do acto criador com a realidade. No âmbito mais geral, este acto criador responderá a uma “procura minuciosa das necessidades humanas”, sem que estas se remetam para pessoas ou grupos de pessoas teóricas, mas antes “tomados na sua existência concreta, nos seus impasses e contradições”⁵⁴⁰. Nas tentativas de mudança de mentalidades e de procedimentos no pensar e no fazer encontramos uma procura de transmissão da prática arquitectónica como um “problema-humano-que-carece-de-arquitectura”⁵⁴¹, esperando-se que esta possa resgatar os “objectivos humanistas e cívicos”⁵⁴² essenciais. Ao longo dos artigos de Nuno Portas encontramos um interesse genérico e permanente pelo tema do método em arquitectura, visando a

⁵³⁸ Carlos S. Duarte, “Elementos sociológicos do «habitat» urbano”, *Arquitectura*, n.º 69, Nov.-Dez. 1960, p. 29.

⁵³⁹ Sérgio Fernandez, *Percurso. Arquitectura Portuguesa 1930/1974*. Porto: FAUP Publicações, 1988, p. 173.

⁵⁴⁰ Portas, “A responsabilidade de uma novíssima geração no movimento moderno em Portugal”, p. 14.

⁵⁴¹ Nuno Portas, “Uma Experiência Pedagógica na E.S.B.A do Porto”, *Arquitectura*, n.º 77, Janeiro 1963, p. 16.

⁵⁴² Idem, “[Introdução à “Estrutura e forma” de Louis Kahn]”, *Arquitectura*, n.º 74, Mar. 1962, p. 23.

análise, a composição e a crítica. O novo e desejado processo de obtenção do saber afasta-se do medieval e persistente sistema de passagem de respostas, de mestre para aprendiz, e procura que a arquitectura, como acontecimento científico, produza conhecimento através da sedimentação, transmissão e prática de um método⁵⁴³.

De tal modo esta preocupação se vai constituindo como corpo consistente de conhecimento que, em 1968, Portas publica *A Cidade como Arquitectura. Apontamentos de método e crítica*. Neste livro, motivado por “uma acumulação de problemas afins”⁵⁴⁴, Portas procura contribuir para o mais saudável crescimento da cidade e da arquitectura, através de um “corpo de conceitos, critérios e métodos realmente operantes”⁵⁴⁵. Dada a complexidade da proposta, o autor vai reflectindo ao longo do livro as diferentes escalas do habitar humano, o projecto e o seu método, assim como o desenho e o ensino.

O modo de reflexão, assim como o objectivo destes estudos, partem da realidade e a ela procuram voltar. O processo de obtenção de conhecimento arquitectónico defendido e praticado por Portas sustenta-se no mundo e procura alimentá-lo. A arquitectura da realidade – com o seu desejado carácter ético e social – defendida por grande parte dos arquitectos pensantes e actuantes desse momento português, marca uma postura que procura resgatar a arquitectura do lugar esquecido em que fora colocada, principalmente, pela perda de capacidade de agir e actuar, intervindo de modo construtivo no momento em que acontece.

O trabalho de compreender a realidade dos agregados familiares é proposto como acontecimento dinâmico e também dinamismo é concedido a estes grupos, reconhecendo a sua necessidade de serem observados como célula evolucionária. É interessante a consciência de que existe uma natural dificuldade em articular o desejo de matriciar as famílias reais, logo de fixá-las em quantificações rígidas, e a compreensão do dinamismo inerente à vida pessoal e social daquilo que se constitui como unidade familiar⁵⁴⁶. Este dinamismo não acontece, sequer, imaginando somente que o tempo de observação da realidade é longo, suportado por décadas ou gerações. Como refere Portas a simples presença ou ausência de um elemento, como o “chefe de família”, altera o modo de habitar o habitat⁵⁴⁷. Desta proposta metodológica nasce um paradoxo. Para operar, é preciso analisar e fixar matrizes, fixando matrizes retira-se realidade à realidade. O gesto projectual age, então, conhecendo uma abstracção como síntese e não a procurada realidade. A acção acontece, em última análise,

⁵⁴³ Portas, “Uma Experiência Pedagógica na E.S.B.A do Porto”, p. 16.

⁵⁴⁴ Idem, *A Cidade como Arquitectura. Apontamentos de Método e Crítica*, p. 7.

⁵⁴⁵ Idem, *Ibidem*, p. 12.

⁵⁴⁶ Nuno Portas, “Definiciones y evolución de las normas de la vivienda”, *Hogar y Arquitectura*, n.º 91, Nov.-Dic. 1970 [1966], p. 58.

⁵⁴⁷ Idem, “Desenho e apropriação do espaço da habitação”, *Arquitectura*, n.º 103, Mai.-Jun. 1968, p. 125.

sustentada sobre uma ficção. Intervém-se sobre a realidade através dos gestos que a ficção alimentou. Ainda assim, parte relevante dos diversos investimentos intelectuais destes anos passa por este jogo que, mais do que ingénuo, é comprometimento.

Quando, em 1964, Portas observa as exigências da habitação, começa por analisar as transformações que, no interior da família, estão a ocorrer. Segundo a sua análise, estas são principalmente as modificações do papel da mulher, o aumento da intensidade da vida familiar dentro da casa e o reequilíbrio, em contexto urbano, entre a privacidade e a sociabilização⁵⁴⁸. Já cinco anos antes afirmara que o cambiante papel desempenhado pela mulher no interior da família era a mudança mais revolucionária a que se assistia e que estaria na “base da revisão do conceito de organização da casa”⁵⁴⁹, ainda que persistisse em alguns momentos deste trabalho inicial com a ideia de que a mulher, genericamente, não trabalhava ainda também fora de casa.

O desaparecimento da “criada” no contexto familiar, assim como o desdobramento da “dona de casa” e “mãe de família” em mulher que igualmente trabalha fora de casa⁵⁵⁰, transformam inevitável e profundamente o quotidiano feminino e familiar. As tarefas domésticas que tradicionalmente lhe são destinadas – diariamente responsável pelo garante da domesticidade do lar e pela educação dos filhos – permanecem e vêem-se agravadas pelo tempo e energia tomado na satisfação do seu papel de profissional no exterior da casa. A estas mulheres é-lhes exigido organizar o seu tempo e actividades – simplificando e procurando auxílio nos equipamentos domésticos –, assim como recorrer, para o cuidado dos filhos mais pequenos, às instituições de apoio materno-infantil.

O interesse de Nuno Portas pelos temas do habitar concretiza-se pela primeira vez, em 1959, com o trabalho com que termina a sua formação académica⁵⁵¹. Logo no início, esclarece que a sua procura é mais de “estruturação metodológica” e não necessariamente de obtenção de soluções. Esta estruturação procura estabelecer um “modo de pensar o habitat social” e, por isso, afasta-se por completo a apresentação de um “projecto da habitação ideal”⁵⁵². Neste documento encontramos, primeiro, uma parte dedicada ao estudo da família, onde a Sociologia é chamada a colaborar no sentido de compreender melhor este “sujeito da habitação” que o núcleo familiar representa. A segunda parte dedica uma extensa atenção à “concepção do habitar”, sendo subdividida em duas

⁵⁴⁸ Idem, *Estudo das Funções e da Exigência de Área da Habitação. Volume I - Necessidades familiares e áreas da habitação. Análise de exigências por funções, da habitação*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1964, p. 19.

⁵⁴⁹ Idem, *A Habitação Social. Proposta para a metodologia da sua arquitectura*, I vol. Porto: FAUP Publicações, 2004 [1959], p. 27

⁵⁵⁰ Portas, *Estudo das Funções e da Exigência de Área da Habitação. Volume I - Necessidades familiares e áreas da habitação. Análise de exigências por funções, da habitação*, p. 20.

⁵⁵¹ A investigação Idem, *A Habitação Social. Proposta para a metodologia da sua arquitectura* foi o trabalho apresentado por Nuno Portas ao Concurso para a Obtenção do Diploma de Arquitecto (CODA) defendido na Escola Superior de Belas-Artes do Porto em 1959 (Idem, *A Habitação Social. Proposta para a metodologia da sua arquitectura*, p. 7).

⁵⁵² Idem, *Ibidem*, pp. 13-14.

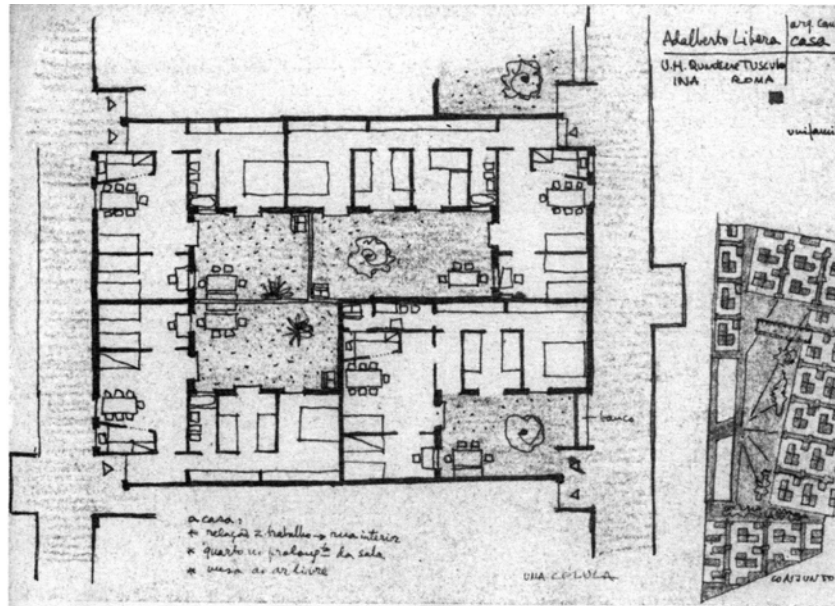


fig. 2.29 – Ficha n.º 24 – Quattiere Tusculano (Roma), A. Libera. Nuno Portas, *A Habitação Social. Proposta para a metodologia da sua arquitectura*, II vol. Porto: FAUP Publicações, 2004 [1959].

escalas de abordagens: o “agrupamento” e a “célula familiar”. Como anexo, Portas coloca fichas de “duas a três centenas de casos”⁵⁵³ [fig. 2.29], exemplos que coligira e que se encontravam, pelo menos na sua maioria, publicados à época⁵⁵⁴.

Neste trabalho de Nuno Portas as respostas resultam de uma aproximação que se propõe, ela própria, como resolução do projecto e da construção acertadas de habitação. De um modo sintético, defende o autor, este desejado “habitat realista para a família em devir” surgirá se, no desenvolvimento do processo, forem trabalhados em paralelo três modelos. Por um lado, para a observação adequada da família – no espaço e no tempo – é proposto o modelo sociológico. Por outro, o modelo teórico permite a colocação, dentro do problema, da estrutura da família e da comunidade. Finalmente, é necessário aplicar o modelo espacial que resulta do cruzamento entre as tradições do habitar e as propostas do Movimento Moderno⁵⁵⁵. Deste modo, considerava Portas, através de uma metodologia estruturada e estruturante seria possível cumprir o desejo de construir melhor, com maior adequação e para um maior número de portugueses.

Desde os primeiros trabalhos identificados neste conjunto em observação, a entidade família surge como elemento central para as aproximações desenvolvidas. A família é, no entanto, um acontecimento complexo e multi-representativo. Constitui-se por isso como “sujeito do espaço”, mas também como charneira que articula vida individual e vida colectiva. Numa primeira aproximação,

⁵⁵³ Idem, *Ibidem*, p. 15.

⁵⁵⁴ Nuno Portas, *A Habitação Social. Proposta para a metodologia da sua arquitectura*, II vol. Porto: FAUP Publicações, 2004 [1959].

⁵⁵⁵ Portas, *A Habitação Social. Proposta para a metodologia da sua arquitectura*, p. 91.

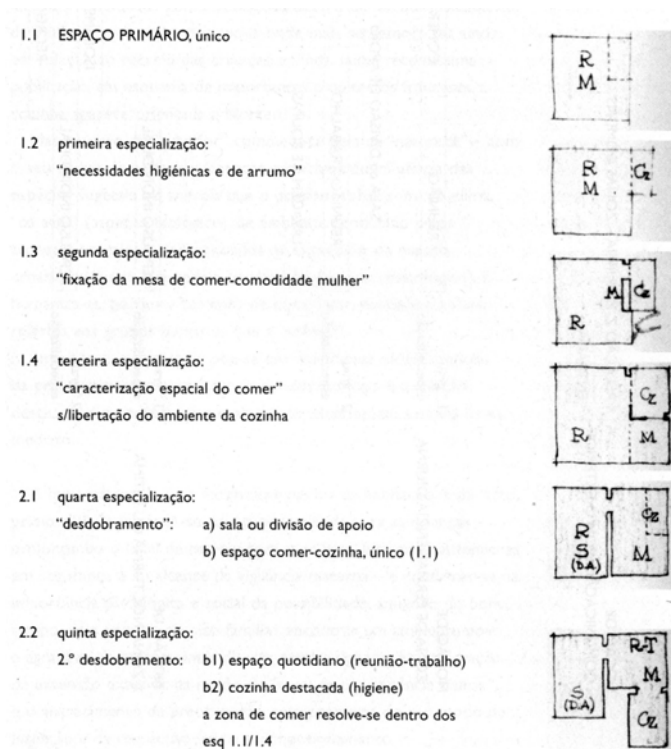


fig. 2.30 – Esquema: Organização da zona de permanência diurna. Nuno Portas, *A Habitação Social. Proposta para a metodologia da sua arquitectura*, I vol. Porto: FAUP Publicações, 2004 [1959], p. 167.

que afirma ser fenomenológica, Nuno Portas procura a densidade desta realidade que acontece e se justifica na articulação entre os mundos do privado e do social e que se materializa na concretização de cada uma das esferas de acontecimentos. Quanto mais é capaz de ser solidária, ainda que aberta, mais passível é de pertencer plenamente a um todo maior⁵⁵⁶.

Ainda segundo Portas, a passagem para a aproximação sociológica permite o conhecimento efectivo da situação no momento em que é estudada, informação sem a qual políticos e projectistas não podem actuar em

conformidade. Assim, neste trabalho de 1959, Portas esquia uma tipologia de família sustentada pela relação entre a classe e o modo de vida. Daqui surgem três tipos – rural, operária e burguesa – sendo que o último apresenta três níveis, resultantes das diferenças profissionais e de bens ou rendimentos do trabalho⁵⁵⁷. Daqui parte para a aplicação das aproximações sociológicas ao habitat, identificando dois métodos através dos quais são estudadas as relações existentes entre a casa e os comportamentos de quem a habita. No primeiro, a sociologia foca a sua atenção em situações existentes e, no segundo, procura estabelecer e assegurar um determinado standard através da investigação normativa. Se, para o primeiro caso, é identificada uma longa história de estudos internacionais e algumas pontuais tentativas nacionais, para o segundo são identificadas três aproximações possíveis de investigação – desinteressada, crítica e preparatória –, trabalhando situações de maior abrangência ou cruzadas, exemplos específicos ou grupos e realidades em risco de sofrerem realojamentos⁵⁵⁸. A aproximação inicial de Nuno Portas, para o contexto português, às questões que colocam face a face a arquitectura doméstica e as investigações sociológicas surgem com um mapa estruturador do que serão muitas das tentativas de criar tradição nesta intercepção disciplinar.

⁵⁵⁶ Idem, *Ibidem*, pp. 19-20.

⁵⁵⁷ Idem, *Ibidem*, pp. 35-39.

⁵⁵⁸ Idem, *Ibidem*, pp. 41 e seguintes.

Na segunda parte deste estudo, dedicado à concepção da habitação, Portas propõe as bases de uma teoria da habitação. Organizada em sintonia com o duplo carácter da família, surgem, lado a lado e com idêntica importância, as formas de agrupamento dos fogos e a organização interna dos mesmos⁵⁵⁹. O autor, depois de analisar a “capacidade familiar” enquadrada na condição pré-programática da habitação social, reflecte sobre a organização base do fogo. Esta fixa-se primeiramente entre os pólos onde se organizam as permanências diurnas e as nocturnas ou íntimas. Portas identifica algumas ideias-chave que são merecedoras de atenção. Em relação ao primeiro núcleo de actividade familiar, a zona diurna, sublinha os dois acontecimentos mais marcantes nas mudanças ocorridas nas famílias, com directas repercussões nesta zona do fogo, a saber: o “sentimento de união familiar” e a “consciencialização do papel da mulher no lar”. Como consequências surgem a valorização dos locais e dos dispositivos de vida em comum – mesa ou sítio de estar, por exemplo – e a abertura das zonas de trabalho doméstico em diversos níveis [fig. 2.30]. Sobre a zona mais privada do fogo, Portas sublinha a necessidade de se acentuar as privacidades diversas existentes no seio familiar, com correspondência em termos de desenho do espaço doméstico, numa tentativa de corresponder às expectativas de cada um dos elementos da família. O défice do domínio do privado individual ou do casal, no interior do espaço privado familiar, surge criticado pelo autor por ter sido subestimado naquela que designa por “fase racionalista” da arquitectura contemporânea, implicando uma valorização dos espaços não individualizados.⁵⁶⁰

Neste trabalho de Nuno Portas, as eventuais soluções projectuais disponíveis são enumeradas e, quando se dá o caso de existirem exemplos, são remetidas para as fichas onde estes casos nacionais ou internacionais estão apresentados. Esta relação entre análise, leque de respostas possíveis e matriciáveis e os exemplos efectivos é aprofundada aquando da reflexão sobre a procura de uma linha de acção que tem na valorização e amadurecimento da crítica o seu principal eixo de desenvolvimento.

Nalguns casos, a investigação iniciada no final da década anterior começa a ter resultados e a ser publicada ao aproximar-se a metade da década de 1960. São duas as linhas genéricas principais que identificámos e que coincidem com abordagens, metodologias e interesses disciplinares complementares. Por um lado, vindos das ciências sociais – economia, sociologia, etc. – surge um crescente envolvimento estrito ou tangencial às questões que abrangem população, família, habitação e território. Por outro, como produção garantida principalmente, mas não exclusivamente, por

⁵⁵⁹ Idem, *Ibidem*, pp. 93 e seguintes e 126 e seguintes.

⁵⁶⁰ Idem, *Ibidem*, pp. 128, 142 e 160.

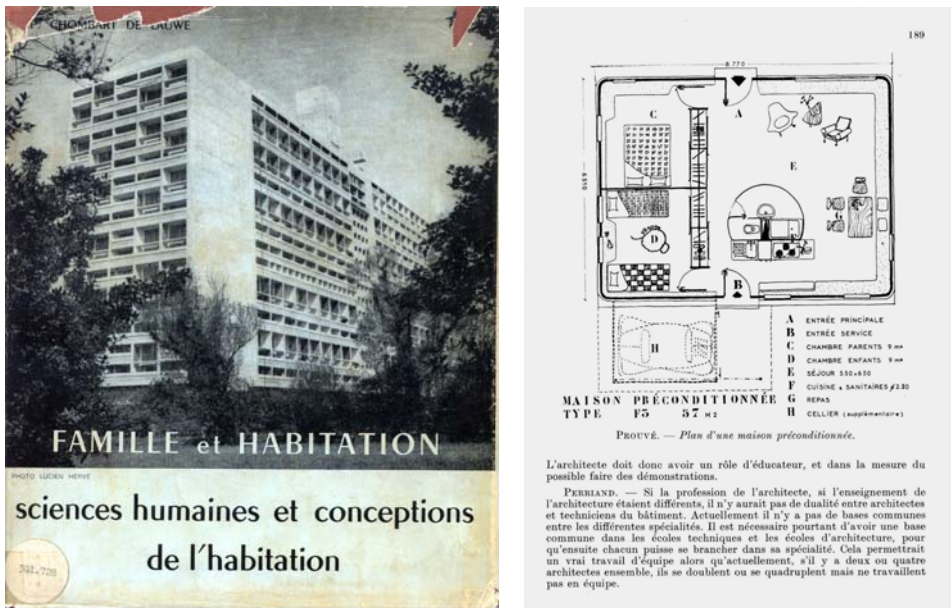


fig. 2.31 e 2.32 – L'Unité d'habitation, Marseille (Le Corbusier) e Plan d'une maison préconditionnée (Jean Prouvé, c. 1955). Paul Chombart de Lauwe et al, *Famille et Habitation. Science humaines et conceptions de l'habitation*. Paris: CNRS, 1959, capa e p. 189.

arquitectos, encontramos estudos específicos sobre a ocupação dos fogos, a satisfação com os mesmos e a adequabilidade funcional dos diferentes espaços/actividades.

5.6.3. CHOMBART DE LAUWE E A SUA REPERCUSSÃO EM PORTUGAL

Em 1959 o sociólogo francês Paul Chombart de Lauwe (1913-1998) publica o livro *Famille et Habitation. Science humaines et conceptions de l'habitation*, encabeçando a extensa equipa do Groupe d'Ethnologie Sociale [fig. 2.31]. Ainda posteriormente que mais conhecido pelos trabalhos que realizou sobre sociologia urbana⁵⁶¹, este seu trabalho teve em Portugal um impacto relevante e justificou com que, no ano seguinte, apresentasse uma palestra no Colóquio sobre os Problemas da Habitação dedicado aos "Aspectos Sociais na Concepção do Habitat", organizado pelo Sindicato dos Arquitectos Portugueses⁵⁶².

A primeira referência que registámos, no entanto, coincide com o ano do lançamento do livro. No trabalho de Nuno Portas sobre a habitação social este livro é referido na bibliografia e dele saem sete fichas relativas à informação que considera importante e sobre a qual faz apontamentos críticos ou anotações de questões suscitadas [fig. 2.33]⁵⁶³. Mais tarde, em 1964, Portas referirá a persistente importância deste autor francês ao indicar o livro de 1959 como obra base do seu trabalho de

⁵⁶¹ Thierry Paquot, "Un sociologue à Paris", *Espaces et Sociétés*, n.º 103 (Paul-Henry Chombart de Lauwe et l'histoire des études urbaines en France), 2000, s/p.

⁵⁶² Nuno Teotónio Pereira, "Aspectos sociais na construção do habitat" in Nuno Teotónio Pereira. *Escritos: (1947-1996, Seleção)*. Porto: FAUP, 1996 [1960], p. 37.

⁵⁶³ Portas, *A Habitação Social. Proposta para a metodologia da sua arquitectura*, p. 182 e Idem, *A Habitação Social. Proposta para a metodologia da sua arquitectura*, fichas 2, 4-6, 9, 10 e 123.

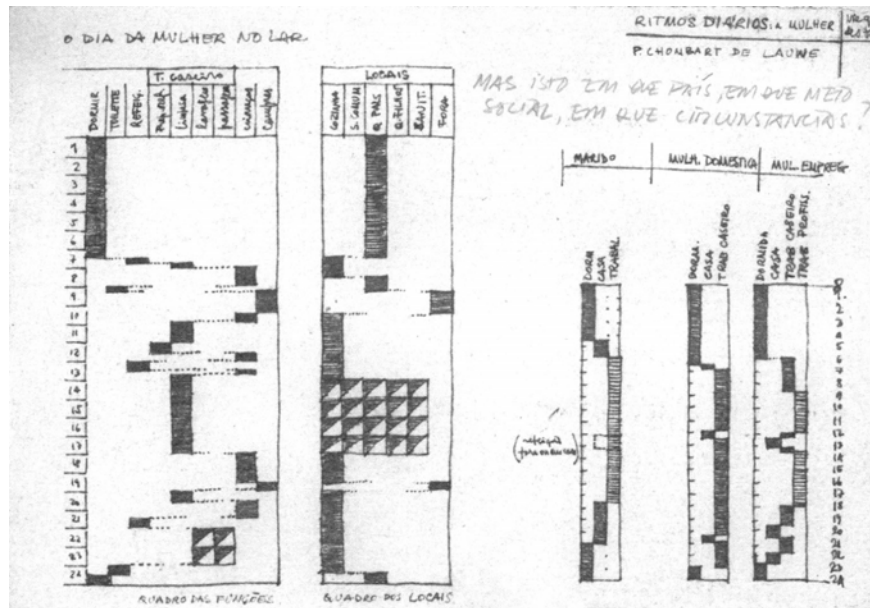


fig. 2.33 – Ficha n.º 5 – P. Chombart de Lauwe: Ritmos diários – a mulher. Nuno Portas, *A Habitação Social. Proposta para a metodologia da sua arquitectura*, II vol. Porto: FAUP Publicações, 2004 [1959].

investigação realizado no LNEC,⁵⁶⁴. Ainda no mesmo contexto, caracterizará *Famille et Habitation. Science humaines et conceptions de l'habitation* como uma “investigação fundamental sobre a evolução das estruturas familiares em estreita relação com a observação da distribuição espacial das funções da habitação”⁵⁶⁵. Mas também outros arquitectos vão reflectir este contacto. O ensaio de Pedro Vieira de Almeida, terminado em 1962, dedicado à reflexão sobre o espaço da arquitectura, utiliza o capítulo sobre “L'architecture fonctionnelle (suite). La période industrielle”⁵⁶⁶ para enquadrar o provável nascimento da intimidade doméstica⁵⁶⁷.

A influência prolonga-se ao longo da década de 1960, chegando aos estudantes de arquitectura que passaram a contar com as ciências sociais na sua formação académica, nos cursos das escolas de Belas-Artes. Duarte Cabral de Mello, ainda estudante, traduzirá, a pedido do professor e sociólogo A. Sedas Nunes e com a sua supervisão, o artigo “A evolução contemporânea da família: estruturas, funções, necessidades”, da autoria de Paul e Marie-José Chombart de Lauwe⁵⁶⁸. Ainda que de data anterior, não é casual, por isso, encontrarmos no exemplar da *Problemática da Habitação em*

⁵⁶⁴ Nuno Portas, *A Arquitectura para Hoje. Finalidades. Métodos. Didácticas*. Lisboa: Liv. Sá da Costa, 1964, p. 25.

⁵⁶⁵ Idem, *Ibidem*, p. 31.

⁵⁶⁶ Françoise Fichet-Poitrey, “L'architecture fonctionnelle (suite). La période industrielle” in Paul Chombart de Lauwe; M. J. Chombart de Lauwe; L. Couvreur, et al. *Famille et Habitation. Science humaines et conceptions de l'habitation*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, 1959, pp. 143-154.

⁵⁶⁷ Almeida, “Ensaio sobre o espaço da arquitectura (3)”, pp. 34-35.

⁵⁶⁸ A tradução é, no final do artigo, apresentada como sendo da responsabilidade de um “grupo de estudantes de Arquitectura”. A informação específica referida contou com o esclarecimento de Duarte Cabral de Mello (Março 2010). Paul-Henri Chombart de Lauwe; Marie-José Chombart de Lauwe, “A evolução contemporânea da família: estruturas, funções, necessidades”, *Análise Social*, vol. III, n.º 12, 1965, pp. 475-500.

Portugal, pertencente a Cabral de Mello, uma nota relativa aos limiares patológicos e críticos referidos por Lauwe, como complemento à informação que encontra neste trabalho de Silva Pereira⁵⁶⁹.

O trabalho de Chombart de Lauwe teve repercussões também pela parte dos trabalhos realizados por sociólogos ou outros técnicos não-arquitectos cuja aproximação escolhida é sociológica. A título de exemplo as classificações do autor francês para as profissões são utilizadas, em 1966, aquando do tratamento de informação relativa à fórmula do agregado familiar por sociólogos do GTH⁵⁷⁰.

Organizado em duas partes principais – uma para as ciências sociais, outra para a arquitectura – o livro de Chombart de Lauwe procura reflectir sobre a aproximação entre a renovada sociologia da família e a sociologia da habitação emergente, considerando a habitação como a expressão do conceito de família existente numa sociedade. Identificando uma crise no espaço doméstico na sociedade da época, refere que sendo a habitação uma manifestação da cultura, a crise da primeira exprimirá um desequilíbrio mais amplo neste último plano, o da cultura. Aponta ainda para o divórcio acontecido na civilização industrial entre as configurações das casas impostas pelos construtores e os diversos tipos de família existentes. Neste sentido, o estudo objectivo da vida social é defendido como sendo o único modo de realmente se progredir no caminho da obtenção de respostas e soluções de habitação correspondentes às chamadas necessidades reais.⁵⁷¹

Na primeira parte do livro, diversos autores são responsáveis por uma organização quadripartida que vai desde a análise da relação entre a casa e a família em diversas civilizações e a mesma relação nas sociedades industriais, até ao papel da habitação nos orçamentos familiares e, finalmente, à análise dos diferentes tipos de degradação das habitações e as consequências destas para a vida psíquica, física e intelectual dos respectivos ocupantes. Neste último capítulo é de sublinhar a atenção dedicada ao realojamento das populações que ocupando exemplos de infra-habitação, têm de se adaptar a diferentes formas de espaços domésticos, vizinhanças e bairros⁵⁷².

A segunda parte, dedicada às concepções de arquitectura, tem uma aproximação interessante e nela reside possivelmente parte do sucesso do livro e do autor junto de alguns arquitectos portugueses. Nos seus dois primeiros capítulos faz uma breve história do que designa por arquitectura funcional, discernindo dois momentos: o nascimento e desenvolvimento depois do século XVII e o período industrial. Fechando o segundo destes capítulos, percebe-se a aproximação efectiva à arquitectura moderna, e mais ou menos coetânea, quando é entusiasticamente apreciada a riqueza das formas que

⁵⁶⁹ Pereira, *Problemática da Habitação em Portugal*, p. 17.

⁵⁷⁰ Secção de Sociologia do Serviço de Investigação do GTH, "Fórmula de agregado familiar", *Boletim GTH*, vol. 2, n.º 11, 2.º Sem. 1966, p. 90.

⁵⁷¹ Paul Chombart de Lauwe *et al.*, *Famille et Habitation. Science humaines et conceptions de l'habitation*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, 1959, pp. 11-25.

⁵⁷² Idem, *Ibidem*, pp. 109 e seguintes.

advêm de um uso sincero e racional do material escolhido, em obras de autores como Frank Lloyd Wright, Walter Gropius, Le Corbusier ou Alvar Aalto⁵⁷³.

Não se estranha assim que os dois capítulos seguintes se façam com entrevistas realizadas a dez arquitectos e urbanistas franceses no activo, orientadas sob um guião específico e sob os temas do "Problèmes généraux et logement familial" e de "L'architecture et la liberte des familles"⁵⁷⁴. No primeiro grupo de questões, surgem as preocupações com o projecto de arquitectura doméstica, a escolha entre habitação colectiva ou unifamiliar, a hierarquia projectual entre o urbanismo e a casa, as necessidades familiares a satisfazer no projecto de habitação, as áreas dos diferentes espaços domésticos, entre outros. As respostas a alguns dos temas são mais unânimes, como o isolamento da unidade familiar e dos seus membros assim como a progressão da intimidade no interior da casa; outros admitem maiores variações nas respostas e, neste caso, encontramos questões como o debate sobre a importância conferida aos problemas estéticos.

As cinco questões sobre a relação das famílias com a sua casa e o grau de liberdade que lhes deve ser concedido pelos projectistas resultam de igual modo muito reveladoras. De um modo geral, as respostas indicam que o conjunto que implica infra-estruturas, como as cozinhas e as casas de banho, deve estar completamente equipado e fixado sem margem de manobra por parte dos habitantes. A única excepção a esta concepção chega via Michel Bataille defendendo que, num derradeiro momento em que a industrialização e a pré-fabricação tenham chegado à sua máxima concretização, todas as partes das casas poderão ser colocadas em posições relativas que satisfaçam a vontade das famílias⁵⁷⁵. Aos olhos destes arquitectos, os restantes espaços domésticos podem ser sujeitos a algumas variações na responsabilidade e na liberdade conferida aos futuros habitantes, mas esta normalmente fixa-se nos móveis e nos "bibelots". As opiniões sobre as ideias que as famílias têm sobre as casas e em que medida os arquitectos devem ter em conta os seus desejos variam pouco. Alguns, como Bataille, Lods ou Pingunsson, são radicais e consideram os não-arquitectos incapazes de qualquer boa ideia face ao habitar. Perriand, a meio caminho, defende que os diferentes modos de vida devem ser tidos em conta no projecto, mas não explicitamente os desejos mais ou menos objectivos dos futuros habitantes. Na melhor das hipóteses é-lhes concedido o direito a um conjunto de vontades que, fazendo sentido para o arquitecto, podem ser consideradas. Ainda assim, a confiança nos futuros habitantes é baixa já que, na maior parte das vezes, estas mesmas ideias são

⁵⁷³ Fichet-Poitrey, "L'architecture fonctionnelle (suite). La période industrielle", p. 153.

⁵⁷⁴ Os arquitectos entrevistados através do guião de doze questões são: Michel Bataille, Michel Ecochard (1905-1985), André Hermant (1908-1978), Marcel Lods (1891-1978), Charlotte Perriand (1903-1999), Georges-Henri Pingunsson (1894-1978), François Prieur (1921-2002), Debaecker, André Wogenscky (1916-2004) e Bernard Louis Zehrfuss (1911-1996).

⁵⁷⁵ Lauwe *et al.*, *Famille et Habitation. Science humaines et conceptions de l'habitation*, p. 188.

consideradas à partida, por Prieur ou Wogenscky, como sendo quase obrigatoriamente más ou equivocadas.⁵⁷⁶

A última das perguntas, relativa à história da habitação e aos elementos interessantes aportados ao longo dos tempos, Le Corbusier surge referido, paralelamente às referências clássicas gregas e romanas, ao Extremo Oriente, Japão ou Norte de África, sendo que, das nove respostas dadas a esta questão, quatro referem-no como, pelo menos, um dos exemplos apontados. Michel Bataille cita Auguste Perret (1874-1954) e, como colaborador e discípulo de Jean Prouvé (1901-1984), volta ao seu imperativo: a industrialização [fig. 2.32]⁵⁷⁷.

O impacto de Le Corbusier sobre o ponto de vista da arquitectura doméstica é um dos factores mais apelativos desta segunda parte do volume. Um dos entrevistados, o arquitecto André Wogenscky (1916-2004), é apresentado como sendo o principal colaborador de Le Corbusier, estando então a terminar a sua colaboração de vinte anos com o arquitecto franco-suíço. Charlotte Perriand (1903-1999) é a única mulher entrevistada e é apresentada, no pequeno texto introdutório, como arquitecta-decoradora. Apesar de não ser referido, Perriand fora colaboradora de Le Corbusier até 1937.

Mais importante ainda é o facto de o próprio Le Corbusier ser o décimo primeiro arquitecto entrevistado segundo um guião especial de oito perguntas. Este lugar particular que lhe é destinado resulta, segundo os autores, da constatação do papel essencial deste arquitecto no desenvolvimento das ideias arquitectónicas do século XX e pelo facto de se ter consagrado especificamente aos problemas do habitar⁵⁷⁸. A Unidade de Habitação de Marselha surge com uma relevância ímpar. Para além da fotografia da capa, que surge repetida no meio da entrevista, são igualmente publicados dois esquemas – um corte transversal e uma perspectiva da célula-fogo [fig. 2.34] – e uma fotografia na cobertura ocupada por um grupo de crianças no jardim-escola nela existente [fig. 2.35].

Em traços muito gerais, a entrevista efectuada a Le Corbusier aborda os temas que já se encontravam nas demais entrevistas. O arquitecto franco-suíço coloca-se, desde o início, como interessado na arquitectura colectiva, mais especificamente para o cliente não-privado ou específico. Questionado sobre diferentes factores e escolhas que informam o projecto, refere como importante o binómio indivíduo/colectivo e a característica cambiante e evolutiva do homem. No contexto deste trabalho

⁵⁷⁶ Idem, *Ibidem*, pp. 190 e seguintes.

⁵⁷⁷ A casa do Abade Pierre, também conhecida como “maison préconditionnée” ou “maison minimum”, surge de um pedido no sentido de se responder com uma solução massificável ao grave problema de falta de alojamento após a II Guerra Mundial. Em 1956 uma versão demonstrativa será construída em Paris e Le Corbusier afirmará publicamente a sua admiração por ela afirmando: “Jean Prouvé a élevé sur le quai Alexandre III, la plus belle maison que je connaisse! Le plus parfait moyen d’habitation (...)” (Jean-François Archieri; Jean-Pierre Levasseur; Hubert Damisch, *Prouvé: Cours du CNAM, 1957-1970. Essai de reconstitution du cours à partir des archives Jean Prouvé*. Sprimont: Mardaga, 1990, pp. 18-20.)

⁵⁷⁸ Lauwe *et al.*, *Famille et Habitation. Science humaines et conceptions de l’habitation*, p. 196.

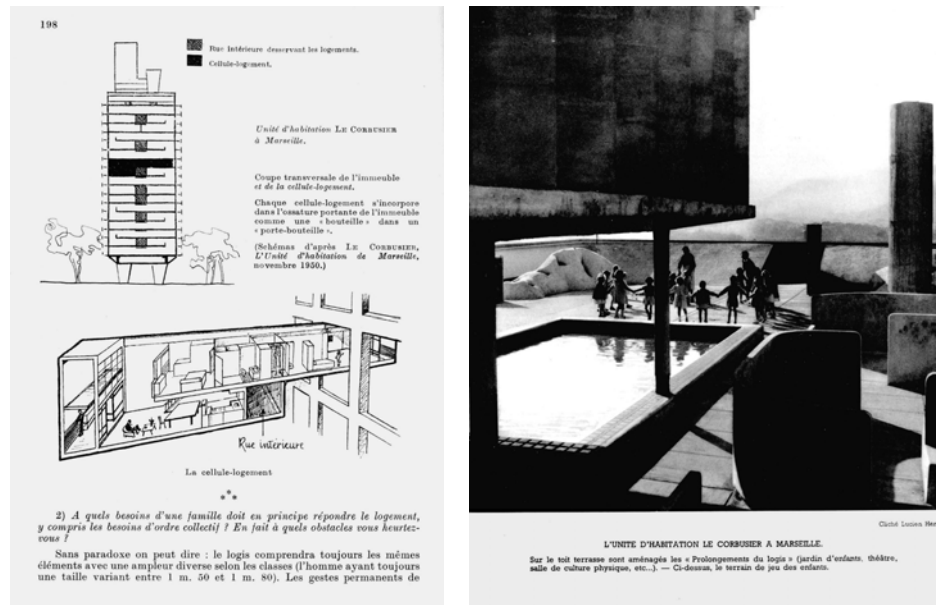


fig. 2.34 e 2.35 – L'Unité d'habitation, Marseille (Le Corbusier). Paul Chombart de Lauwe *et al.*, *Famille et Habitation. Science humaines et conceptions de l'habitation*. Paris: CNRS, 1959, pp. 198 e 203.

são igualmente relevantes as posições radicais que toma face às liberdades de ocupação e de opinião dos futuros habitantes. Para Le Corbusier, a primeira é rebatida pelos factores comerciais que estão implicados na compra de mobiliário e que em nada reflectem as escolhas efectivas dos moradores. Sobre a segunda e o direito à expressão dos desejos das famílias face à sua casa a resposta é um claro e redondo não, considerando que é necessário construir e instalar os ocupantes e que “ensuite la radiation opère”. Ainda assim, considera útil o conhecimento dos futuros habitantes, mas coloca essa questão sob o ponto de vista de instalar habitantes capazes, ou mais capazes, de se deixarem envolver pela solução arquitectónica que lhes é imposta⁵⁷⁹. Este radicalizar do papel do arquitecto e do que este produz, por oposição à necessária e muitas vezes imperfeita adequação do habitante à casa, não surtirá efeito no momento de produção arquitectónica portuguesa que trabalhamos. Uma efectiva humildade, suportada pelo desejo de aprendizagem de expectativas e qualificações, irá aparecendo no confronto entre as lições dos mestres e a contribuição das ciências sociais.

O trabalho de Chombart de Lauwe, segundo palavras de Nuno Teotónio Pereira, em 1960, aquando do colóquio referido, servirá principalmente para apontar os “problemas, assinalar dificuldades” e clarificar a responsabilidade dos arquitectos, que ainda estaria aquém do desejado. De modo quase dramático, afirma que os incompletos ou erróneos actos e decisões dos projectistas podem vir a ter “consequências graves para os homens, as mulheres e as crianças que irão, aos milhares, habitar as casas por [eles] projectadas” e que, por isso, estes se podem tornar “carrascos dos [seus] semelhantes”⁵⁸⁰. Consciente que nem o livro nem o colóquio nacional era suficientes para a

⁵⁷⁹ Idem, *Ibidem*, pp. 196-202.

⁵⁸⁰ Pereira, "Aspectos sociais na construção do habitat", p. 37.

divulgação desta nova consciência e metodologia necessária, os responsáveis pela revista *Arquitectura* procuram, como o fizeram tantas vezes e com tantos outros autores, facilitar o acesso a uma informação que se quer clara mas ampla e detalhada. Surge, assim, neste mesmo ano de 1960, a tradução de um extenso artigo que o próprio apresentara num colóquio em Roterdão no ano anterior⁵⁸¹.

Esta consciência das falhas existentes na formação dos arquitectos portugueses e na sua prática, na vertente que as ciências sociais e a sensibilidade social implicam, conduzirá a um esforço efectivo e resultante em diversas frentes de trabalho durante a década que se inicia. Arquitectos, sociólogos, engenheiros ou assistentes sociais procurarão em distintas plataformas e com diferentes finalidades encontrar a aproximação que se queria enriquecedora do projecto, da construção e da vivência das habitações futuras.

No contexto português, esta entrada na década de 1960 surge como charneira para um início de relação efectiva entre a arquitectura e as ciências sociais. Com a organização do colóquio já referido dedicado aos problemas da habitação, de 1960, ganha visibilidade e intensifica-se por parte dos arquitectos portugueses a eventualidade de existir uma metodologia capaz de corrigir as respostas que a estrita disciplina da arquitectura, pelo menos como a tinham herdado das anteriores gerações, não se apresentava suficiente.

Carlos Antero Ferreira (n. 1932) fala deste colóquio como a “manifestação viva de uma Classe” que “deseja tomar consciência da multiplicidade de factores intervenientes na sua acção profissional”⁵⁸². Ao fim de dias de intenso trabalho são enunciadas quatro conclusões. Relativamente às unidades de habitação, é definido que estas devem surgir ou ser remodeladas considerando a sua integração em conjuntos urbanos mais alargados e que devem considerar os equipamentos necessários para as complementar. No que às habitações estritamente diz respeito, era apontado um conjunto de determinações. Por um lado, surge a necessidade de serem efectuados estudos sociológicos, antes de qualquer tomada de decisão, no sentido de permitir a adequabilidade das políticas de habitação, fundamentada no estudo das necessidades reais dos grupos em questão. Por outro, na procura da humanização das soluções, é apontada a necessidade de se rejeitarem mínimos insuficientes, impostos por motivos de ordem financeira.⁵⁸³

Se ao acontecimento e à passagem da figura relevante de Chombart de Lauwe se juntar a sede de conhecimento e a vontade de estruturar uma prática da arquitectura doméstica consistente e

⁵⁸¹ Paul Chombart de Lauwe, “Sociologia da habitação. Métodos e perspectivas de investigação”, *Arquitectura*, n.º 68, Jul. 1960 [1959], pp. 41-50.

⁵⁸² Carlos Antero Ferreira, “Aspectos sociais na concepção do habitat. 1.º Colóquio sobre problemas de habitação”, *Binário. Arquitectura construção equipamento*, n.º 17, Fev. 1960.

⁵⁸³ s.a., “1 Colóquio organizado pelo S.N.A. sobre temas habitacionais: «Aspectos Sociais na Concepção do Habitat»”, p. 59.

coerente, encontramos o impacto e a relevância deste momento. De qualquer modo, assistiu-se a mais do que um momento breve e, pela década de 1960 dentro, esta fusão dará frutos e marcará a diferença no tecido reflexivo da arquitectura portuguesa. Não são alheios a este impulso a entrada de Nuno Portas para o LNEC, em 1961, e o trabalho realizado pela equipa do GTH, após a sua formação em 1959. Aliás, são estas as duas principais fontes objectivas de investigação que juntam os interesses de arquitectos com cientistas sociais, mas também com engenheiros e outros técnicos. Esta colaboração surtirá efeito, no que à racionalização e standardização diz respeito, mas também se reflectirá na programação das tipologias e na avaliação pós-ocupação das mesmas.

A publicação de artigos e volumes que resultam destes grupos de investigação e dos trabalhos realizados desde o final da década anterior começa a surgir no final da primeira parte dos anos 1960. Logo em 1962, num trabalho apresentado ao “II Colóquio Nacional do Trabalho, da Organização Cooperativa e da Previdência Social”, um grupo de profissionais relacionados com a FCP-HE aborda os “Problemas de base postos pelo estudo da habitação económica”. Partindo do pressuposto de que o problema habitacional deve ser resolvido e de que as casas devem cumprir condições de habitabilidade suficientes, apoiando-se na observação da situação que encontram, reclamam a existência de uma política nacional de habitação que inclua incentivos ao arrendamento e uma política de terrenos. Mais uma vez, é referida também a necessidade de existência de uma coordenação administrativa e a aplicação de programas habitacionais. Nos quinze pontos que fazem parte da conclusão a maioria são, genericamente, de índole organizacional e financeira. Só um diz respeito ao “estudo da habitação económica nos seus diversos planos” e um outro enfatiza a necessidade de se efectuar uma “profunda reorganização da indústria da construção”..⁵⁸⁴

Os estudos realizados com o suporte de metodologias de recolha de dados, de sistematização e de análise sociológicas ou a ela próximas são principalmente de dois tipos. Por um lado, temos os inquéritos e consequentes conclusões de investigações efectuadas sobre a realidade social em sentido estrito, com avaliações de estruturas familiares existentes em determinados grupos, de condições de habitabilidade ou de leitura de satisfação nas ocupações de novas casas⁵⁸⁵. Por outro lado, encontramos aqueles que procuram matricular os comportamentos dos grupos, na sua vertente familiar e individual, na utilização e ocupação de fogos e com intenções objectivamente mais projectuais.

⁵⁸⁴ Álvaro Alexandre *et al.*, “Problemas de base postos pelo estudo da Habitação Económica”, *Arquitectura*, n.º 76, Out. 1962, pp. 47-50.

⁵⁸⁵ Para além do trabalho de sistematizar estas abordagens sustentadas por inquéritos existe igualmente a preocupação pela fixação e divulgação de boas práticas na condução de entrevistas. Ver: Survey Research Center; Ruy Tulson de Almeida Leite, “Manual dos entrevistadores em inquéritos sociológicos”, *Boletim GTH*, vol. 2, n.º 12, 1.º Sem. 1967, pp. 130-139.

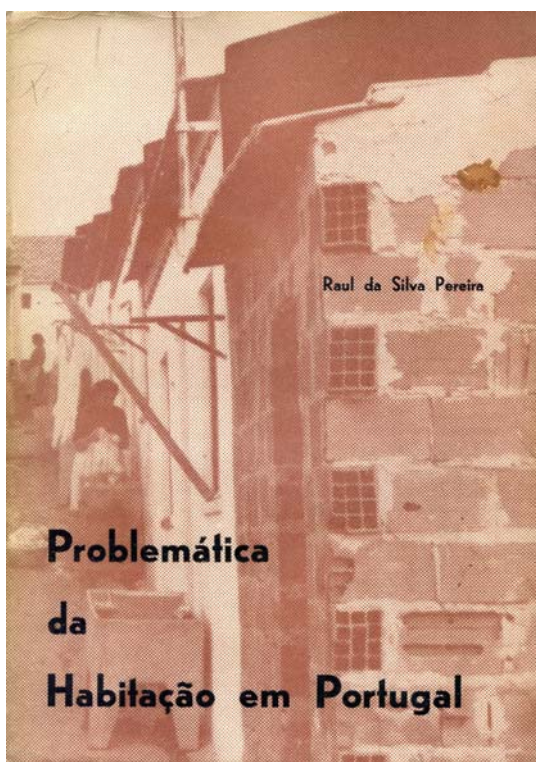


fig. 2.36 – Capa. Raul da Silva Pereira, *Problemática da Habitação em Portugal*. Lisboa: [s.n.], 1963.

5.6.4. A AVALIAÇÃO DO DÉFICE DE FOGOS

Em 1963 Raul da Silva Pereira dedica-se a uma extensa análise do problema da habitação em Portugal, seguida por uma proposta de estruturação do que seria a urgente política habitacional em falta, da qual resulta o livro *Problemática da Habitação em Portugal*, já referido [fig. 2.36]. Numa primeira parte analisa dados de 1950 do *Inquérito às condições de habitação da família*, publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e que surgem como anexo ao *IX Recenseamento Geral da População*, assim como dados da responsabilidade do município, relativos à habitação em barracas na cidade de Lisboa. Depois de avaliados os números, organiza a reflexão em torno de pontos que se prendem com o cruzamento das questões da habitação com as sociais

e as económicas. Nesse momento, já estabelece e fixa sem hesitações a necessidade de existência de uma efectiva coordenação entre as políticas de habitação e sociais e a economia geral do país⁵⁸⁶. Numa segunda parte, avalia as intervenções do Estado nessa área, assim como aquelas que surgem sem finalidades lucrativas – acções do patronato, construção cooperativa e autoconstrução. Encerra, como já se disse, com uma extenso mapeamento de acções estruturantes e económicas necessárias para que se resolva o problema da habitação já que, segundo Pereira, a “resolução do problema do alojamento depende, antes de mais, da estruturação de uma política à escala nacional”. Esta proposta revela a necessidade da criação de um organismo, a que chama Instituto da Habitação, que tivesse a facilidade de se relacionar com os serviços e as diversas instituições existentes nos diferentes ministérios. A transversalidade de relações propostas, atravessando a malha política da altura, é justificada pela complexidade do problema e pelas muitas variáveis, sendo ampla a multiplicidade de áreas disciplinares envolvidas⁵⁸⁷. Como acontece com muitos outros técnicos e investigadores dedicados à reflexão sobre este tema, o peso e a dimensão excessiva do problema remetem quase automaticamente para uma ideia de inter-relacionamento alargado e para a necessidade de chamar à acção de uma elevada diversidade de instituições. Esta rede alargada, diversificada e com capacidade efectiva de actuação nas diversas esferas do problema – da legislação ao trabalho no terreno,

⁵⁸⁶ Pereira, *Problemática da Habitação em Portugal*, pp. 5-38.

⁵⁸⁷ Idem, *Ibidem*, pp. 39-83.

passando pelo projecto ou pela acção social – não era fácil de se conseguir concretizar e efectivamente assim não aconteceu.

Igualmente com os resultados dos censos, desta vez com os do *X Recenseamento Geral da População* de 1960, Maria da Conceição Tavares da Silva avaliou a situação lisboeta de sublocação ou seja dos fogos já alugados que são por sua vez alugados a terceiros⁵⁸⁸. A questão na qual se foca o seu trabalho é a avaliação das situações em que “duas, três ou mais famílias ocupa[m] um alojamento destinado, em principio, à habitação de uma única família, procurando calcular as necessidades habitacionais que desta investigação resultam”. Da avaliação efectuada, surge um número, apenas relativo à cidade de Lisboa, justificado por ser realizado no contexto do gabinete lisboeta dedicado à habitação. Segundo esta análise, e ressalvados alguns dados que por impossibilidade de tratamento não foram considerados, existiriam em 1960 mais de 40.000 famílias a necessitar de alojamento, muitas das quais em regime de urgência. O facto de este trabalho ser objectivo e dele resultar um número nada dignificante para a capital terá tido impacto junto dos arquitectos a ponto de, três meses depois, se ter sido igualmente publicado na revista *Arquitectura*⁵⁸⁹.

Pouco depois, em 1964, a mesma autora publicará um outro artigo, ainda no contexto da habitação, mas reflectindo sobre a legislação que consubstanciava o plano da construção de novas habitação da cidade de Lisboa⁵⁹⁰. A proposta vai no sentido de ser criada um novo escalão de rendas, as “rendas módicas”, que se colocassem abaixo da categoria mais baixa existente à altura. Numa primeira parte justifica a necessidade desta medida pelas condições encontradas no terreno e, posteriormente, estuda a viabilidade técnica e económica da mesma. Uma das populações alvo desta investigação são os habitantes dos chamados bairros de lata que, pela avaliação efectuada, não têm capacidade, nalguns dos casos, para pagar mais do que rendas de valor simbólico. Mais uma vez, surge também a constatação de que os dados disponíveis continuam a ser muito incompletos e que parte da realidade ficará escondida por detrás dessa falta. O trabalho de compilação e análise de dados surge muito claramente como processo através do qual o GTH procura melhorar os seus instrumentos de avaliação, projecto e construção, mas igualmente afectar a legislação que suporta a sua actividade.

Em 1967, Maria da Conceição Tavares da Silva volta, mais uma vez, aos dados do *X Recenseamento Geral da População*, mas amplia as formas de alojamento consideradas. Com o objectivo de colaborar para a resposta à questão de determinação das habitações necessárias, avalia para a cidade de Lisboa as condições de habitação dos agregados unifamiliares. Mais de 20.000 agregados unifamiliares são

⁵⁸⁸ Maria da Conceição Tavares da Silva, “A sublocação em Lisboa”, *Boletim GTH*, vol. 1, n.º 1, Jul.-Ago. 1964, pp. 44-51.

⁵⁸⁹ Idem, “A sublocação em Lisboa”, *Arquitectura*, n.º 84, Nov. 1964, pp. 169-173. O próprio *Boletim GTH* volta a publicá-lo seis anos mais tarde (Idem, “A sublocação em Lisboa”, *Boletim GTH*, vol. 3, n.º 18, 1.º Sem. 1970 [1964], pp. 49-58).

⁵⁹⁰ Maria da Conceição Tavares da Silva, “Necessidade de uma categoria de habitações de rendas módicas”, *Boletim GTH*, vol. 1, n.º 2, Set.-Out. 1964, pp. 463-475.

EM CADA -DUAS COLUNAS- AS DADES DE TODOS OS MEMBROS DA FAMILIA (NÃO INCLUINDO SERVIDAIS)
 (FAMILIA NUCLEAR (CASAL OU PESSOA ISOLADA) QUE CONTEM O CHEFE DE FAMILIA)

IBM CARD LAYOUT FORM - DUAL FORM 774-0409-13 U/M 025

IN EACH TWO COLUMNS, THE AGES OF ALL MEMBERS OF THE FAMILY (SERVANTS NOT INCLUDED)
 NUCLEAR FAMILY COUPLE OR SINGLE PERSON CONTAINING HEAD OF FAMILY

COMPLETE THESE SECTIONS FOR ALL LAYOUTS

COMPLETE THESE SECTIONS WHEN APPLICABLE

fig. 2.37 – Cartão IBM. Secção de Sociologia do Serviço de Investigação do GTH, “Fórmula de agregado familiar”, *Boletim GTH*, vol. 2, n.º 11, 2.ª Sem. 1966, s/p.

identificados como carecendo de alojamento e, para além disso, informa que a efectiva necessidade é bastante superior a esse número, uma vez que muitas situações existentes não são englobadas pelo estudo⁵⁹¹. Os avanços que os próprios métodos de recolha, tratamento e análise iam sofrendo ficavam ainda aquém dos desejos de quem, trabalhando com esta informação, procurava maior e mais efectiva aproximação ao que seria a realidade.

Como se compreende, o estudo da habitação está sempre intimamente relacionado com o estudo dos agregados familiares. Uma e outra realidade surgem de tal modo associadas que ambas as investigações se inter-alimentam. Em 1966, a Secção de Sociologia do Serviço de Investigação do GTH publica um artigo dedicado à fórmula do agregado familiar, cujo inquérito tinha sido efectuado junto de mais de três mil famílias. No processo de tratamento da informação, com a finalidade de a tornar legível e suporte efectivo de reflexões, a mesma foi primeiro sujeita a fórmulas matemáticas e, de seguida, foi transformada num conjunto de cartões perfurados [fig. 2.37] cuja utilização facilitaria, segundo os autores, a sua manipulação posterior⁵⁹². Mais uma vez, existe uma procura metodológica de transformar os inquéritos que se estavam a efectuar cada vez com mais regularidade em factores de diferença na tomada de decisão. A acessibilidade e capacidade de compreensão e utilização da informação vão sendo testadas, de acordo com os conhecimentos e métodos aprendidos, absorvidos

⁵⁹¹ Idem, “Aspectos das condições de habitação dos agregados unifamiliares na cidade de Lisboa”, *Boletim GTH*, vol. 2, n.º 12, 1.ª Sem. 1967, pp. 111-118.

⁵⁹² Secção de Sociologia do Serviço de Investigação do GTH, “Fórmula de agregado familiar”, pp. 83-90.

e desenvolvidos. Uma actualização através dos processos computadorizados abria uma possibilidade mais elevada de responder a questões que dependiam de uma cada vez maior densidade de informação. A acessibilidade efectiva e mais diversificada aos dados permitia que fossem trabalhados com maior grau de liberdade face às questões levantadas, mas também com maior rigor nas respostas encontradas. Esta característica, detectável nos processos de investigação analisados, encontra repercussão efectiva nas abordagens criativas e, ainda assim, garantidas por conseguirem cumprir uma adequabilidade inquestionável.

O trabalho do GTH sobre as condições de vida das famílias lisboetas e as condições de habitabilidade dos seus fogos vai construindo uma imagem possível e em permanente desenvolvimento destas realidades⁵⁹³. Para além dos trabalhos apresentados anteriormente que visam uma identificação genérica das condições e resultantes necessidades habitacionais identificáveis na capital é possível identificar outra linha de investigação que tem em populações particulares a sua atenção. Este gabinete, pelas funções específicas de que está incumbido e com a definição territorial pela qual responde, contribui assim com aquilo que Nuno Portas já chamara de investigação preparatória⁵⁹⁴. Como referência ao trabalho alargado efectuado por instituições como o GTH é possível encontrar duas situações que podem eventualmente corresponder em conjunto a uma terceira. Por um lado, surgem as avaliações que visam partir dos dados gerais para construir um programa específico. Neste conjunto estão os trabalhos publicados pelo arquitecto João Reis Machado (n. 1933) e que visam responder ao que será a configuração encontrada, como base para estabelecer uma matriz que permita a programação habitacional, neste caso, do Plano de Chelas. Por outro lado, aparecem os estudos que se fixam num conjunto específico e que deixam estruturada e utilizável informação que virá a ser útil no momento de se resolver programática e projectualmente o realojamento das populações em causa. Como exemplo, temos o estudo efectuado sobre a zona de barracas da Quinta do Marquês de Abrantes, em Lisboa, por Vitorina do Sacramento.

A tarefa de expansão da cidade de Lisboa para oriente que, a partir de 1959, o GTH toma nas suas mãos termina, depois dos conjuntos dos Olivais Norte e Sul, com o Plano de Chelas. Este último, com cerca de 16.000 fogos, igualmente destinado responder ao problema do défice habitacional, ultrapassa o total dos anteriormente construídos nos Olivais Norte (2.500) e Olivais Sul (9.000), propondo-se ser uma resposta resultante da “análise crítica das opções [urbanas] usadas nos

⁵⁹³ O GTH não foi a única instituição a dedicar-se a estas questões em Lisboa. Igualmente da CML mas do Serviço do Plano Director de Urbanização de Lisboa é efectuado um inquérito por amostragem que visa responder a questões que os censos nacionais não satisfaziam (ver: Andrade; Barata; Fonseca, “Aspectos de um Inquérito às condições de habitação em Lisboa”, pp. 301-307, onde os autores do artigo são, como é esclarecido no mesmo, um arquitecto e dois economistas).

⁵⁹⁴ Portas, *A Habitação Social. Proposta para a metodologia da sua arquitectura*, pp. 41 e seguintes.

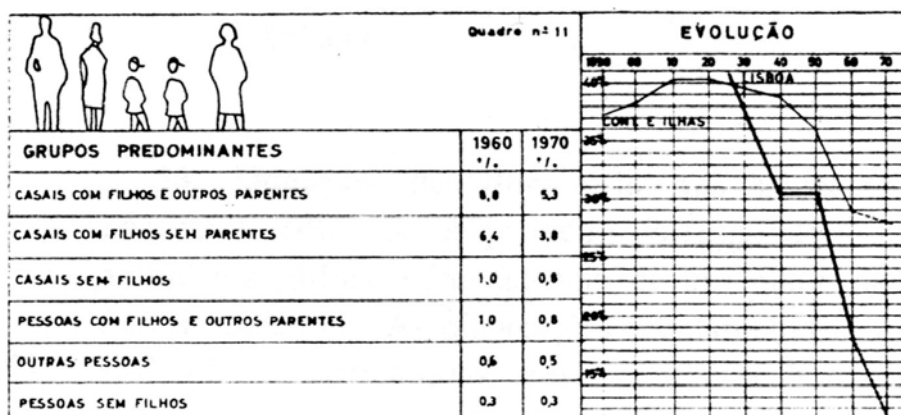
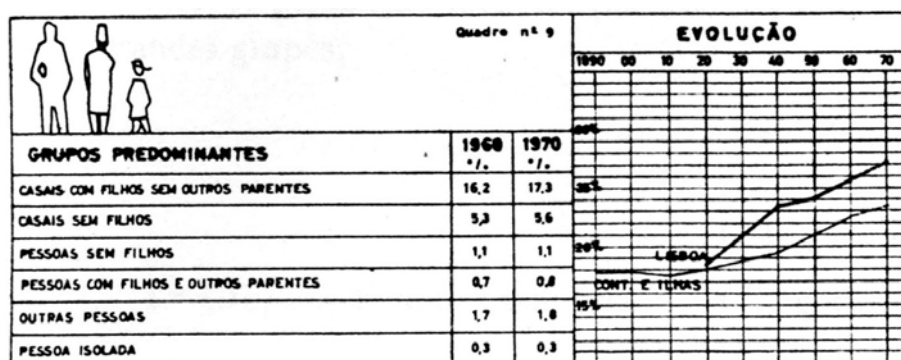


fig. 2.38 e 2.39 – Esquemas relativos às famílias de 3 e 5 ou mais pessoas. João Reis Machado, “Plano de Chelas. IV – Tipologia da família”, *Boletim GTH*, vol. 1, n.º 8, Ago.-Set. 1965, p. 415.

Olivais⁵⁹⁵. Mas, também na observação da adequabilidade fogo/família, o trabalho se vai densificando e procurando maior capacidade de resposta.

No primeiro conjunto de trabalhos, encontramos métodos já anteriormente aplicados e dados que já tinham servido de base a outras investigações mas cujas intenções analíticas eram mais amplas e mais abstractas, relativamente ao território no qual surgirão as respostas construídas. João Reis Machado, como já se referiu no contexto do Plano de Chelas, elabora duas análises que vão neste sentido⁵⁹⁶. Na primeira, faz uso dos resultados dos censos e, criando comparações entre as situações identificadas no continente e ilhas e em Lisboa, identifica sentidos distintos para as configurações familiares que separam as diversas realidades, numa procura mais eficaz de “adaptação dos novos bairros às necessidades da população”. No caso da capital, identifica um aumento significativo das situações de famílias com um, dois ou três elementos, sendo este último caso o predominante, o que coincide com a diminuição do número de famílias mais numerosas [fig. 2.38 e 2.39]. Avalia igualmente as distribuições dos diferentes tipos de famílias pelas freguesias da capital, daí resultando a identificação

⁵⁹⁵ Hélder Tércio Guimarães; Elias Cachado Rodrigues, “Olivais e Chelas, um percurso”, *Boletim GTH*, vol. 7, n.º 50/51, 1986, pp. 210 e 212.

⁵⁹⁶ No conjunto de seis artigos publicados relativamente ao Plano de Chelas encontramos também: J. Rafael Botelho; F. Silva Dias; J. Reis Machado, “Plano de Chelas. I - Antecedentes”, *Boletim GTH*, vol. 1, n.º 5, Mar.-Abr. 1965, F. Silva Dias; J. Reis Machado, “Plano de Chelas. II - Estrutura urbana proposta”, *Boletim GTH*, vol. 1, n.º 6, Mai.-Jun. 1965, Vassalo Rosa, “Plano de Chelas. III - Quadros gerais de equipamento”, *Boletim GTH*, vol. 1, n.º 6, Mai.-Jun. 1965 e J. Simões Coelho, “Plano de Chelas. VI - Sistemas de transportes públicos”, *Boletim GTH*, vol. 1, n.º 9, Nov.-Dez. 1965.

de uma certa rarefacção concêntrica no número de elementos por família associada ao envelhecimento da população no centro e da fixação das famílias mais numerosas na periferia⁵⁹⁷. Estes dados são coincidentes com um desenvolvimento das cidades cuja expansão implica uma maior e, muitas vezes, mais densa população nas zonas de crescimento, resultantes de factores de viabilidade económica e oferta efectiva de novos fogos.

No outro artigo de Reis Machado são tratados os dados do inquérito da autoria de Ranito Catalão e, para lá das especificidades associadas às condições de habitação, estruturas familiares e profissões, têm o significativo valor de mais de 60% de chefes de família serem o resultado do próprio êxodo, dos espaços rurais para a capital, na sua maioria dos distritos a Norte de Lisboa⁵⁹⁸. Reflectindo sobre a mobilidade urbana "O Plano de Chelas. V – Elementos relativos à população que habita em barracas" inquire igualmente sobre os locais de trabalho dos chefes de família, concluindo que 66% destes trabalhavam na zona de residência ou nas proximidades. Dados deste tipo permitem a defesa do seu realojamento em zonas próximas à da actual freguesia, para valorizar as redes de trabalho estabelecidas e para não aumentar os encargos com as deslocações. Considerando esta análise e a intenção de serem realojados em Chelas habitantes de núcleos infra-habitacionais num valor que iria até 10% dos fogos totais, Reis Machado defende que a totalidade da população abrangida por este inquérito tenha o direito à sua reinstalação nesta nova zona de expansão. Tal como outros já o tinham feito para semelhantes avaliações, o autor não deixa de referir a impossibilidade destas famílias conseguirem, com os seus parcos rendimentos, suportar o custo das rendas, mesmo se da categoria mais baixa.

No artigo anterior, o inquérito tinha sido efectuado por um elemento do GTH, ainda que não o autor da análise sobre os dados, mas na reflexão elaborada por Vitorina do Sacramento, "Dados gerais sobre as condições de vida das famílias alojadas na zona de barracas da Quinta Marquês de Abrantes", quem recolhe e fornece os dados resultantes do inquérito é o responsável pela junta de freguesia de Marvila, onde se encontra este aglomerado, com objectivo da recolha da informação e do tratamento é o de "servir de ponto de partida para um eventual planeamento de novas habitações a construir para a população em causa"⁵⁹⁹. Se no caso precedente, surgia como previsível a sua instalação na zona nova de Chelas, neste não existe uma resposta efectiva subjacente à investigação, que antes serve para dar visibilidade a esta comunidade e orientar um eventual percurso. Em traços gerais, a população que habitava a Quinta do Marquês era caracterizada maioritariamente por famílias nucleares, com mais de

⁵⁹⁷ João Reis Machado, "Plano de Chelas. IV - Tipologia da família", *Boletim GTH*, vol. 1, n.º 8, Ago.-Set. 1965, pp. 400-420.

⁵⁹⁸ Idem, "O Plano de Chelas. V - Elementos relativos à população que habita em barracas", *Boletim GTH*, vol. 1, n.º 9, Nov.-Dez. 1965, pp. 441-456.

⁵⁹⁹ Vitorina do Sacramento, "Dados gerais sobre as condições de vida das famílias alojadas na zona de barracas da Quinta Marquês de Abrantes", *Boletim GTH*, vol. 3, n.º 18, 1.º Sem. 1970, pp. 3-12.

um terço dos indivíduos menores, e raras as situações de famílias numerosas. Tal como as restantes zonas de infra-habituação da freguesia que Reis Machado avaliara, também aqui, a maioria dos chefes de família tem o seu local de trabalho na zona onde habita ou nas proximidades. Ao contrário da outra situação por outro autor, estas famílias têm rendimentos suficientes para conseguirem suportar uma renda de casa cujo valor seja superior à que têm no momento, ou seja, seriam famílias que se enquadravam nas categorias de habitação de Renda Módica mas também outras que correspondiam às restantes.⁶⁰⁰

Com a realização destas diversas análises, vai-se conseguindo estruturar uma ideia consistente do que será a população que virá a ocupar determinadas zonas que se encontravam em implementação, resultando, deste modo e através de um conjunto de aproximações complementares, um quadro com potencial de aplicabilidade crescente e efectivo face à planificação das estruturas habitacionais e urbanas em devir. Pela leitura destes trabalhos percebe-se que a observação dedicada à família densifica-se e amplifica-se, ganhando nuances relevantes para a compreensão efectiva destes agregados. Ainda assim, o enfoque é preferencialmente fixado no conjunto família. As observações mais estritas e com maior atenção a determinados elementos diferenciados são pontuais e dificilmente surgem como nucleares à investigação efectuada no terreno e posteriormente trabalhada. Apesar de ser referido pontualmente, nestes contextos de investigação, o papel cambiante das mulheres no interior das famílias e fora delas, não se assiste à repercussão expectável para que aconteçam alterações estruturantes por parte destes técnicos. As investigações que têm estas variáveis e variantes em consideração são de carácter mais genérico. Artigos como o de Manuela Silva ou de Fátima Sedas Nunes, ambos na *Análise Social*⁶⁰¹, são excepções e, como já se referiu, apresentam aproximações e reflexões que não visam cumprir este papel preparatório que temos vindo a tratar neste capítulo.

5.6.5. A AVALIAÇÃO DO ESPAÇO DOMÉSTICO

Alguns trabalhos efectuados por autores não-arquitectos resultaram em contributos disciplinares mistos e que foram mais além, na definição de uma matriz numérica e das estruturas definidoras daí resultantes e procuraram aproximações que poderemos chamar de arquitectónicas, por se relacionarem com os conceitos de arquitectura de modo efectivo. Só por isto, são igualmente passíveis de serem absorvidas e constituídas como efectiva parte do acto de projectar.

⁶⁰⁰ Idem, *Ibidem*.

⁶⁰¹ Ver, a título de exemplo: Manuela Silva, "Transformações nas estruturas familiares", *Análise Social*, vol. I, n.º 3, 1963, pp. 471-474 ou Fátima Sedas Nunes, "Ambiguidade da nova condição feminina", *Análise Social*, vol. II, n.º 5, 1964, pp. 313-315.

Os técnicos de assistência social tiveram no GTH um papel diferente do que seria expectável. Com a sua expansão, o gabinete passou a contar com profissionais desta área⁶⁰² e a sua incorporação passou por integrarem, de modo efectivo, as equipas de trabalho, colaborando nas investigações em curso como uma mais valia capaz de aportar uma aproximação distinta e complementar, mas em tudo consonante com o que era a linha desenvolvida que encontramos dentro do gabinete. Da valorização desta especialidade surgem artigos com autoria solitária ou partilhada de assistentes sociais⁶⁰³. A aproximação arquitectonicamente relevante de algumas destas contribuições torna-as incontornáveis para a presente reflexão.

Em 1966, fruto de uma destas parcerias constituída pela assistente social Vitorina Henrique do Sacramento e por Ruy de Almeida Leite, é publicado um artigo que efectua uma avaliação quantitativa da relação existente entre o tipo de família e o tipo de fogo, considerando o caso dos Olivais Norte. Depois de apresentar extractos de legislação que, sobre o tema da habitação acontece durante a primeira parte do século XX, desenvolve a análise a um inquérito efectuado a duzentas famílias. Estas habitavam diferentes categorias de fogos existentes no plano dos Olivais Norte e são observadas sob o prisma da relação a médio prazo entre os seus elementos e o número de quartos de cama, sem que sejam consideradas as dimensões dos mesmos. Um dos elementos mais atractivos deste trabalho é perceber-se que, estabelecendo determinados critérios de adequabilidade entre os quartos disponíveis, tidos como espaços individuais inalienáveis, e os seus ocupantes, principalmente os filhos e as respectivas evoluções quantitativas e etárias, resulta numa leitura muito mais interessante e complexa. Entre outras possibilidades, são efectuadas leituras que permitem a extrapolação para uma ocupação a 18 anos, reflectindo as compressões ou as expansões, dependendo do crescimento dos filhos, dentro de um conjunto de variáveis e exigências consideradas óptimas. Deste modo, surgem as células negras representado uma ocupação equilibrada, as células brancas com um ou mais pontos, referindo o número de quartos em défice e as células cinzentas com o número de pontos relativos igualmente ao número de quartos de cama em excesso [fig. 2.40].⁶⁰⁴

Algumas das conclusões apresentadas resultam interessantes e ajudam a caracterizar mais do que a relação família/fogo enquanto acontecimento estático. Os autores assinalam que, por exemplo, no contexto da casa, o papel do quarto do casal surge defendido com um estatuto de quarto especial, tanto pela dimensão como pelo mobiliário completo que para aí se deseja e aí é encontrado. Por

⁶⁰² Secção de Sociologia do Serviço de Investigação do GTH, "Fórmula de agregado familiar", p. 84.

⁶⁰³ Apesar de se saber que igualmente psicólogos faziam parte da equipa do GTH e que tinham a função, por exemplo, de escolherem as famílias que seriam sujeitas aos inquéritos, não foi possível avaliar com maior profundidade a sua relevância (Ruy Toulson de Almeida Leite; Esmeralda Severo Vieira, "O problema da sobreocupação das habitações", *Boletim GTH*, vol. 2, n.º 17, 2.º Sem. 1969, p. 491).

⁶⁰⁴ Vitorina Henrique do Sacramento; Ruy de Almeida Leite, "O alojamento das famílias proporcionado à capacidade das habitações. Bases para uma avaliação quantitativa "tipo da habitação - tipo da família" (Olivais-Norte)", *Boletim GTH*, vol. 2, n.º 10, 1.º Sem. 1966, pp. 3-16.

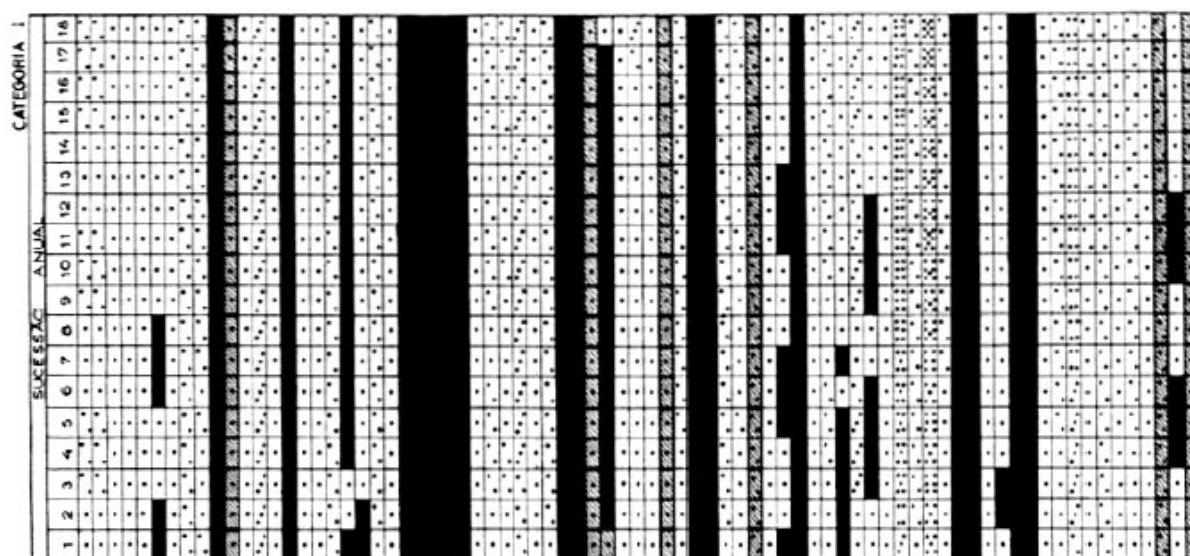


fig. 2.40 – Mapa categoria I. Vitorina Henrique do Sacramento; Ruy de Almeida Leite, “O alojamento das famílias proporcionado à capacidade das habitações. Bases para uma avaliação quantitativa “tipo da habitação – tipo da família” (Olivais-Norte)”, *Boletim GTH*, vol. 2, n.º 10, 1.ª sem. 1966, p. 14.

outro lado, sublinham identificar genericamente, nas famílias portuguesas residentes nos Olivais Norte que, uma “grande parte se filia ainda em regras patriarcais de convívio, tradicionalistas e de sentido clássico”. Por outro, são identificados casos considerados desastrosos no ponto de vista do convívio familiar, com a persistência de bebés e crianças que dividem a cama com os pais e onde dormem regularmente⁶⁰⁵. A importância deste artigo prende-se igualmente com a capacidade que tem para apontar dados organizados e clarificadores da relação em estudo, mas também concretizar aproximações, nalguns casos mais especulativas, que enriquecem uma leitura mais alargada e sustentada por metodologias cruzadas, aproximando-se assim de observações que sublinham um olhar sociológico sustentado por referências não quantificáveis.

No ano seguinte, Ruy de Almeida Leite em parceria com outra assistente social, Esmeralda Severo Vieira, reflecte sobre o interesse da integração das refeições na cozinha para os habitantes enquadráveis na categoria de menor custo dos Olivais Norte⁶⁰⁶. Com a intenção explícita de se constituir como recomendação aos projectistas, os autores propõem-se averiguar se “deve ou não, em habitações da Categoria 1, ser a cozinha projectada para que nela os componentes da família tomem as suas refeições?”. Sustentado pelos inquéritos sociológicos levados a cabo pelo GTH, este trabalho é alimentado igualmente por uma liberdade especulativa. Depois de enquadrada a dimensão da casa como algo mais do que somatório de compartimentações funcionais, são apresentadas três possibilidades básicas onde as refeições podem acontecer: na cozinha; em divisão isolada (casa de jantar); numa divisão que inclua esta actividade e a de estar (sala comum ou estar-comer). Os

⁶⁰⁵ Idem, *Ibidem*, p. 9.

⁶⁰⁶ Ruy Toulson de Almeida Leite; Esmeralda Severo Vieira, “Integração das refeições na cozinha para as habitações categoria I”, *Boletim GTH*, vol. 2, n.º 17, 2.ª Sem. 1969, pp. 485-490.

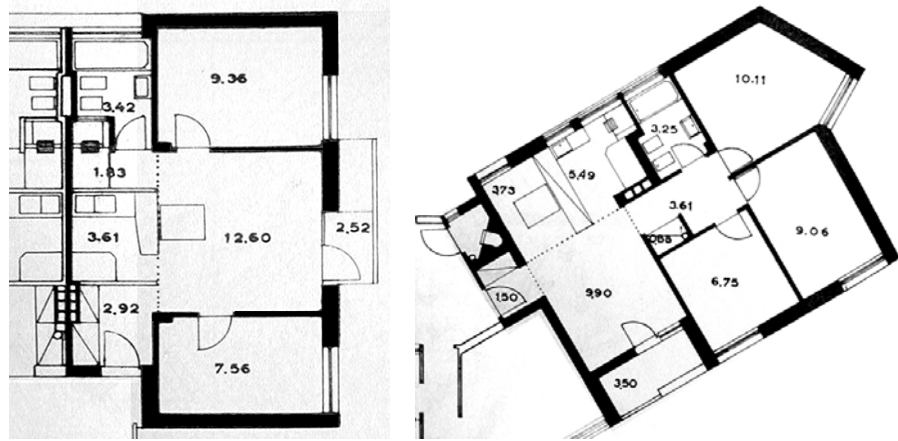


fig. 2.41 e 2.42 – Arquitecto J. Vasconcelos Esteves: célula A, lotes 31 e 40, Olivais Norte, Lisboa (1950), *Boletim GTH*, vol. 2, n.º 15, 2.ª Sem. 1968, pp. 314 e 316.

projectos avaliados através do inquérito à apropriação dos espaços que aqui são tratados resultam indirectamente das soluções do arquitecto J. Vasconcelos Esteves para os lotes 31 e 40 da célula A, que correspondem ao total de 419 famílias⁶⁰⁷.

Estes fogos apresentam propostas de cozinhas com duas características marcantes. Por um lado, têm uma área muito reduzida, que nunca ultrapassa 5,5 m² – representando na melhor das hipóteses 1,4 m² por habitante – e, por outro, propõem sempre dispositivos de ligação entre esta e a sala comum. Às bancadas e/ou móveis de ligação é fixada a mesa destinada às refeições [fig. 2.41 e 2.42]. Esta solução, apesar de justificada projectualmente pela necessidade de cumprir valores muito baixos de custo por m², não recebe grande aceitação da parte das “mães de família” inquiridas. A falsa solução de kitchenette, como lhe chamam os autores do artigo, é “incapaz de conter duas pessoas” e prolonga-se para o espaço comum adjacente “a que quis dar-se o nome de sala de jantar ou de estar-comer, não sendo, todavia, nem uma coisa nem outra”. Esta contaminação espacial, olfactiva, visual e de vivências acaba por retirar valores essenciais a ambos os espaços, não lhes retribuindo nenhuma mais-valia que não seja a própria possibilidade de exequibilidade financeira do projecto. Ainda com as limitações que área e desenho implicam, algumas das famílias entrevistadas tomam parte das refeições menos formais na cozinha – situações onde o “chefe de família” não está presente, principalmente dias de semana, almoços e pequenos-almoços. Concluindo, os autores reforçam a existência, por parte das famílias desta categoria, de um interesse efectivo na possibilidade de tomarem as refeições na cozinha; porém, para que esta prática possa acontecer adequadamente, sublinham ser necessário

⁶⁰⁷ Dos 5 casos referidos escolhemos apresentar apenas dois por terem representatividade suficiente face às soluções propostas para a relação cozinha/sala (Hélder Almeida, “Ficheiro de projectos de edifícios de habitação”, *Boletim GTH*, vol. 2, n.º 15, 2.ª Sem. 1968, pp. 313-317).

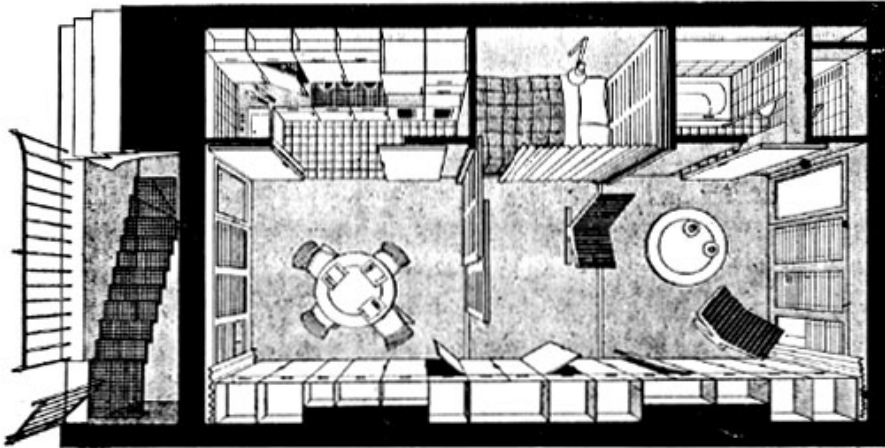


fig. 2.43 – Habitação compacta [*The Observer*]. Ruy Toulson de Almeida Leite, “A habitação compacta. Subsídios para uma sociologia da habitação urbana”, *Boletim GTH*, vol. 2, n.º 17, 2.º Sem. 1969, pp. 489-490.

que se possa prever neste espaço da casa área suficiente para concretizar esta vontade com a dignidade e a habitabilidade mínimas exigidas.⁶⁰⁸

Como nota ao artigo de Leite e Vieira é apresentada uma pequena perspectiva de um fogo com kitchenette publicado num artigo do jornal britânico *The Observer*. O interesse do pequeno desenho surge no seguimento das conclusões de insatisfação que retiram dos casos referidos⁶⁰⁹. Ao contrário da solução anteriormente apresentada, neste caso a zona de comer é perfeitamente isolável da zona de estar, compensando a kitchenette com espaço de refeição contíguo que funciona como tampão entre a preparação dos alimentos e a zona de estar comum [fig. 2.43]. A pequena reflexão efectuada por Ruy Leite apresenta um interesse acrescido, que o cruzamento das avaliações sociológicas com uma efectiva sensibilidade para o espaço doméstico representa. Das leituras do que é a relação dos habitantes com o fogo e do espaço doméstico proposto pelos arquitectos surge um trabalho que se constitui como crítica às soluções arquitectónicas propostas. Ainda que surgindo da parte de um não-projectista recorre a uma construção crítica onde aquilo que é reflectido tem uma narrativa arquitectonicamente com sentido e não é casuístico apresentar-se com a pretensão de se tornar um contributo para a tarefa futura dos projectistas.

Na linha já anteriormente referida de avaliação das ocupações dos fogos, Ruy Leite e a assistente social Esmeralda Severo Vieira, publicam, em 1969, um trabalho de continuidade. Se o trabalho publicado em 1966, da autoria de Vitorina Henrique do Sacramento e de Ruy Leite, estudava 200 famílias habitantes no Olivais Norte, neste o número quase sextuplica, chegando às 1155 famílias. Não é só o número de famílias que aumenta, também as variáveis em presença sofrem um acréscimo. Passam a

⁶⁰⁸ Leite; Vieira, “Integração das refeições na cozinha para as habitações categoria I”, pp. 485-490.

⁶⁰⁹ Ruy Toulson de Almeida Leite, “A habitação compacta. Subsídios para uma sociologia da habitação urbana”, *Boletim GTH*, vol. 2, n.º 17, 2.º Sem. 1969, pp. 489-490.

fazer parte da matriz as entidades promotoras e para, além de serem consideradas as categorias dos fogos, surge a identificação das diferentes soluções arquitectónicas adoptadas – designadas neste contexto por modelos –, em alguns casos, dentro de uma mesma categoria. Ainda que partindo dos cartões perfurados já referidos [fig. 2.40] a investigação torna-se mais complexa e mais exigente para com a sistematização e síntese exigidas e inevitáveis para se lograr transformar dados em conclusões e deste modo construir definições de caminhos futuros.⁶¹⁰

Em colaboração com a IBM, os dados foram tratados computacionalmente e constroem, no final, quadros onde a leitura é facilitada e multiplicada. Para o contexto que nos interessa, a equipa amplia as conclusões e reforça outras anteriormente fixadas. O problema da sobreocupação dos fogos surge mais uma vez associado, principalmente, às categorias mais baixas, ou seja, às famílias com rendimentos menores. Os perigos apontados e resultantes desta sobreocupação são três: a promiscuidade, a falta de independência individual e as más condições de saúde. O apontamento mais interessante surge no final, assinado por Esmeralda Vieira. Segundo esta, a desadequação dos fogos ao desenvolvimento natural dos agregados familiares deveria ser tida em conta, tanto no projecto como na distribuição dos fogos pelas famílias, considerando o ciclo da vida familiar e não só o momento presente, assim como considerar a eventual redistribuição quando necessário, por motivos de sub-ocupação. No primeiro ponto, relativo à não estaticidade das habitações propõe que os arquitectos concebam tipos de “habitação mutável, como que um órgão vivo, susceptível de aumentar ou diminuir o número de quartos, sempre dentro da mesma área, por um sistema de paredes deslocáveis”⁶¹¹. Mais uma vez, paralelamente à análise dos dados e à enumeração das conclusões gerais, surgem apontamentos que procuram na própria arquitectura soluções que possam actuar ao nível da pré-configuração dos fogos e assim valorizar a sua ocupação.

5.6.6. A RACIONALIZAÇÃO DA HABITAÇÃO

Mesmo antes de se concretizar a entrada oficial das Ciências Sociais na formação académica dos arquitectos, a compreensão do programa – sustentador da própria arquitectura – como trabalho de natureza complexa e interdisciplinar é uma inevitabilidade, principalmente se se fala de projectos de arquitectura doméstica colectiva⁶¹². Neste sentido, surgem investigações, paralelamente às que anteriormente foram referidas, que perseguem esta vontade de tratar o espaço habitado como conhecimento matriciável, apreensível e, por isso, melhorável aquando da assimilação de mais dados ao passo seguinte: projectar.

⁶¹⁰ Leite; Vieira, “O problema da sobreocupação das habitações”, pp. 491-517.

⁶¹¹ Idem, *Ibidem*, p. 517.

⁶¹² Portas, “As Ciências Humanas na renovação da formação do Arquitecto”, pp. 520-521.

Deste modo, em paralelo com as avaliações diversas que sociólogos ou economistas vão efectuando do tecido habitacional e humano existente, surgem estratégias de investigação anteriormente apontadas por Nuno Portas e que procuram a avaliação de diversas situações, com finalidades normativas. Ainda que não sejam as únicas que procuram conferir à prática do projecto um conjunto mais alargado de informação que valorize o mesmo – veja-se o que se disse na secção anterior –, é interessante observar as aproximações que partem dos arquitectos e que ao desenho do espaço doméstico querem voltar.

A procura da adequação entre o fogo e a família ultrapassa a questão da habitação para os mais desfavorecidos, ainda que se cruze, por diversas vezes, com o tema das áreas mínimas. A escassez de fogos associada às alterações efectivas sentidas nas relações familiares, levam a uma tensão, no interior do projecto, que a tentativa de mapear, racionalizando os vários elementos em presença, tenta controlar. Neste sentido, é enquadrável a ampliação do conceito de função a comportamentos sociais e psíquicos numa continuação da procura da adequação das formas, como referirá posteriormente Duarte Cabral de Mello⁶¹³. Procurando produzir instrumentos úteis para a melhoria das “características e da organização das habitações”⁶¹⁴, o LNEC vai realizando a partir da década de 1960 distintas linhas de investigação aplicada que procurarão contribuir para o aumento do conhecimento e adequabilidade no contexto do projecto de habitação.

O início deste processo conduzido no seio do LNEC apresenta, por um lado, a necessidade de trabalhar a ampla e segmentada bibliografia existente, cruzando-a com a situação portuguesa, por outro, a identificação das “necessidades e principais funções a satisfazer” e as relações de articulação entre elas⁶¹⁵. O inquérito foi um dos instrumentos de trabalhos principais, sobretudo na linha de investigação dedicada à avaliação da ocupação e funções das habitações. Como método aplicado, nestes casos, existia uma primeira abordagem através de um inquérito-piloto. Se estes testam principalmente conteúdos, clareza e adequabilidade da estrutura do inquérito à realidade e às questões a que procura responder o inquérito propriamente dito, no início, dado o défice de informação existente sobre o contexto nacional, a informação recolhida nestes exercícios experimentais serve de indicador da mudança. Em 1963 é publicado um relatório do inquérito-piloto realizado pelo LNEC a mais de uma centena de famílias, habitantes dos bairros económicos de Lisboa

⁶¹³ Duarte Cabral de Mello, *A Arquitectura Dita. Anamorfose & projecto*. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura. [Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa - Faculdade de Arquitectura], 2007, p. 3.

⁶¹⁴ Portas, *Estudo das Funções e da Exigência de Área da Habitação. Volume I - Necessidades familiares e áreas da habitação. Análise de exigências por funções, da habitação*, p. 1.

⁶¹⁵ Idem, *Ibidem*.

e do Porto, através de “entrevistas abertas” mas também da identificação do uso dos fogos. O objectivo é procurar fixar mínimos resultantes das exigências essenciais⁶¹⁶.

Realizado no contexto do “Estudo das funções e da exigência de áreas da habitação”, este primeiro inquérito contribuiu, segundo Nuno Portas, para identificar três vectores fundamentais na alteração das dinâmicas das estruturas familiares. Estas dizem respeito ao papel da mulher na família e na casa (igualmente na sociedade), à passagem da casa como dormitório a lugar de intensificação de acontecimentos familiares e ao reequilíbrio, em contexto urbano, das noções de privacidade e de relações sociais.⁶¹⁷

A primeira destas mudanças reflecte aquilo que estudos posteriores, dedicados à crescente presença das mulheres no mercado de trabalho – principalmente no sector terciário –, confirmariam⁶¹⁸. A mulher adquiria, neste processo, para além do duplo papel de “dona de casa” e “mãe de família”, a actividade profissional fora de casa. Segundo o texto de Portas, no espaço doméstico deveriam ser encontradas respostas que facilitassem este aumento de exigência, que o decréscimo de tempo efectivo passado em casa promovia. As propostas do desenho dos fogos deveriam, cumprindo o que é defendido nesse documento, facilitar as circulações e a possibilidade de concretizar, em simultâneo, diversas tarefas, a diminuição de compartimentos e de “paracirculações” desnecessárias, diminuindo o esforço de manutenção, assim como combater a segregação das mulheres face aos restantes membros da família na concretização das suas actividades domésticas ampliando as zonas destinadas a estas, no sentido de favorecer a colaboração intrafamiliar⁶¹⁹. As restantes mudanças implicariam a garantia de locais para a reunião familiar, eventualmente em actividades distintas, a autonomia e individualização de espaços que acolhessem adultos, adolescentes ou crianças nas suas actividades isoladas, e garantia de privacidade – visual e acústica – no interior do fogo relativamente aos acessos, à envolvente e aos fogos vizinhos⁶²⁰.

Só em 1967 foi publicado o relatório seguinte deste inquérito, realizado no segundo semestre de 1962 e no primeiro do ano seguinte. A parceria entre o LNEC e as FCP-HE, concretizada nos biénios de 1967/68 e seguinte⁶²¹, permitirá a continuação deste trabalho de uma forma mais aprofundada. O

⁶¹⁶ Laboratório Nacional de Engenharia Civil, *Inquérito Piloto às Necessidades Familiares em Matéria de habitação - I Relatório*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1962 apud Portas, *Estudo das Funções e da Exigência de Área da Habitação. Volume I - Necessidades familiares e áreas da habitação. Análise de exigências por funções, da habitação*, p. 19.

⁶¹⁷ Portas, *Estudo das Funções e da Exigência de Área da Habitação. Volume I - Necessidades familiares e áreas da habitação. Análise de exigências por funções, da habitação*, p. 19.

⁶¹⁸ Ver: Ferreira, “A feminização do emprego nos escritórios (1940-1980)”, pp. 27-29.

⁶¹⁹ Portas, *Estudo das Funções e da Exigência de Área da Habitação. Volume I - Necessidades familiares e áreas da habitação. Análise de exigências por funções, da habitação*, p. 20.

Em livro posterior, Nuno Portas voltará a divulgar esta leitura das alterações acontecidas no interior da família e repercussões a ter em conta no desenho dos fogos (Idem, *Estudo das Funções e da Exigência de Área da Habitação. Volume I - Necessidades familiares e áreas da habitação. Análise de exigências por funções, da habitação*, pp. 18-24).

⁶²⁰ Portas, *Estudo das Funções e da Exigência de Área da Habitação. Volume I - Necessidades familiares e áreas da habitação. Análise de exigências por funções, da habitação*, pp. 21-24.

⁶²¹ Ver subcapítulo “5.4. O LNEC e a arquitectura investigada”.

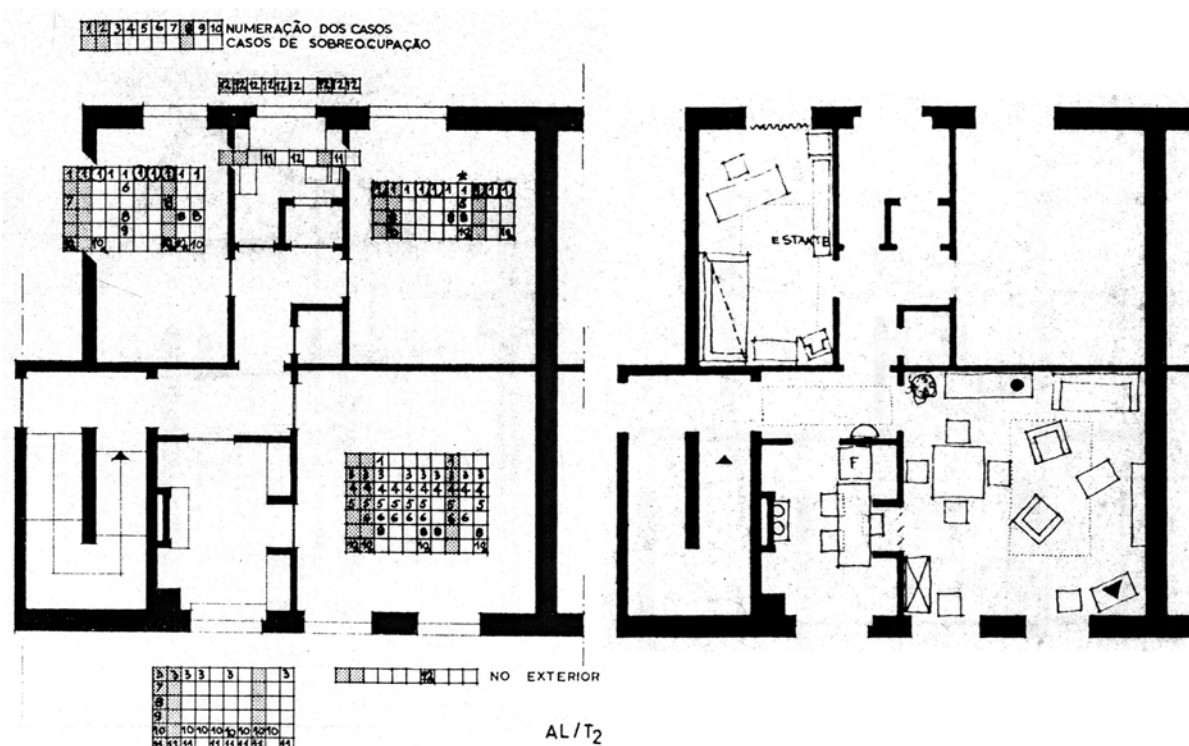


fig. 2.44 e 2.45 – Alvalade, Lisboa T3: Localização das actividades nas divisões do fogo e um caso de distribuição do mobiliário (n.º 13). Nuno Portas; M. Luz Valente Pereira, *Inquérito Piloto sobre Necessidades Familiares em Matéria de Habitação - II Relatório*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1967, s/pág.

hiato entre o trabalho piloto e a elaboração do inquérito efectivo justificava, segundo os autores do segundo relatório, Nuno Portas e M. Luz Valente Pereira, a publicação dos “indicadores” recolhidos, assim como da reflexão efectuada à volta dos mesmos e do processo em si. Nos seis bairros lisboetas e portuenses sujeitos ao inquérito⁶²², foram avaliadas repostas de famílias habitando fogos de tipo T2 e T3 (dois e três quartos, respectivamente). Parte significativa desta publicação dedica-se a analisar as actividades da casa, assim como os locais onde acontecem e o equipamento encontrado nos mesmos.⁶²³

Para cada uma das situações avaliadas, segundo cada um dos tipos de fogos observados, foram criados esquemas que fixam e facilitam a leitura da informação recolhida. Por um lado, para a quantificação das actividades realizadas por espaço, surgem esquemas onde, cruzando a numeração das actividades com o lugar da grelha em planta, se percebem as tendências de respostas múltiplas ou estritas de espaços e funções [fig. 2.44]. Por outro lado, são publicados alguns “casos mais típicos” na ocupação do fogo, que ajudam a compreender, pela importância da observação do mobiliário, o reconhecimento de determinada actividade numa divisão, os locais com maior e menor ocupação

⁶²² Porto: Sobreiras e Pasteleira. Lisboa: Alvalade, Quinta do Jacinto (Alcântara), Olivais e Pontinha.

⁶²³ Nuno Portas; M. Luz Valente Pereira Pereira, *Inquérito Piloto sobre Necessidades Familiares em Matéria de Habitação - II Relatório*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1967, pp. 1-4.

pelos membros da família e o reconhecimento de localizações fixas ou ocasionais do mobiliário⁶²⁴. Como exemplo, no caso de Alvalade que aqui publicamos, é identificada a necessidade recorrente de se instituir um escritório, numa divisão destinada originalmente a quarto, assim como a obstrução da ligação entre a cozinha e a sala comum através da colocação de uma mesa de refeições informais [fig. 2.45].

O Plano LNEC/FCP-HE concretizará a importante tarefa de dar seguimento a este inquérito sobre o habitar, procurando investigar, igualmente, a influência das zonas exteriores na vida da habitação. O relatório preliminar sublinha esta ampliação do interesse, surgindo a atenção e cuidado com aquilo que designam de relação do fogo com a vida urbana. Num processo estabelecido por etapas, assiste-se, no final de 1967, à publicação de um relatório preliminar que define objectivos e princípios. A apresentação do mesmo sublinha a dupla finalidade deste inquérito entre o fogo e a envolvente. Se, no que ao primeiro diz respeito, se continuava a procurar compreender as relações entre o conceito de família e a habitação, entre a casa e o trabalho/estudo/tempos livres ou avaliar da elasticidade, polivalência, utilidade e privacidade dos espaços, no designado “inquérito urbano” as questões relativas ao bairro eram adicionadas aos inquéritos. A imagem do bairro para os moradores, assim como as suas actividades, utilizações ou grau e tipo de convívio social passam a estar presentes nos questionários.⁶²⁵

Na continuação deste trabalho, é publicado em 1969, pelo LNEC e igualmente sob a responsabilidade de M. Luz Valente Pereira e Nuno Portas, um segundo relatório preliminar. Neste, organizado em seis partes, consta a identificação dos dados a recolher no questionário, exemplos de hipóteses estabelecidas para a leitura dos dados recolhidos, a elaboração do questionário e o próprio questionário, o pré-teste e as conclusões. Mais uma vez, como modo de aferir a exequibilidade do questionário, primariamente é realizada uma avaliação do mesmo que conta com a respectiva aplicação, em contexto real, a dez agregados familiares. Este amplo inquérito tinha mais de quarenta páginas e incluía uma planta, com uma grelha reguladora e uma legenda relativa ao mobiliário que serviria para o preenchimento da mesma [fig. 2.46 e 2.47].⁶²⁶

O teste efectuado contou com a participação de três equipas de inquirição⁶²⁷, de constituição díspar, e foi aplicado a famílias de classes socioeconómicas distintas: baixa (4), média (4) 3 alta (2). Para além

⁶²⁴ Idem, *Ibidem*, s/p (Parte II, ponto 3.).

⁶²⁵ M. Luz Valente Pereira; Nuno Portas, *Inquérito à Habitação Urbana. Relatório Preliminar - 1. Objectivos Gerais do Inquérito*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1967, pp. 1 e seguintes.

⁶²⁶ Idem, *Inquérito à Habitação Urbana. Relatório Preliminar - 2. Dados para a Elaboração do Questionário. O Questionário*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1969, pp. 26 e seguintes.

⁶²⁷ As equipas eram constituídas por: 1) Um aluno do Instituto de Ciências Sociais e um aluno de Arquitectura; 2) Um inquiridor do Ministério das Corporações – Serviços de Inquéritos Habitacionais e 3) Dois inquiridores do Ministério das Corporações – Serviços de Inquéritos Habitacionais (Idem, *Ibidem*, p. 75).

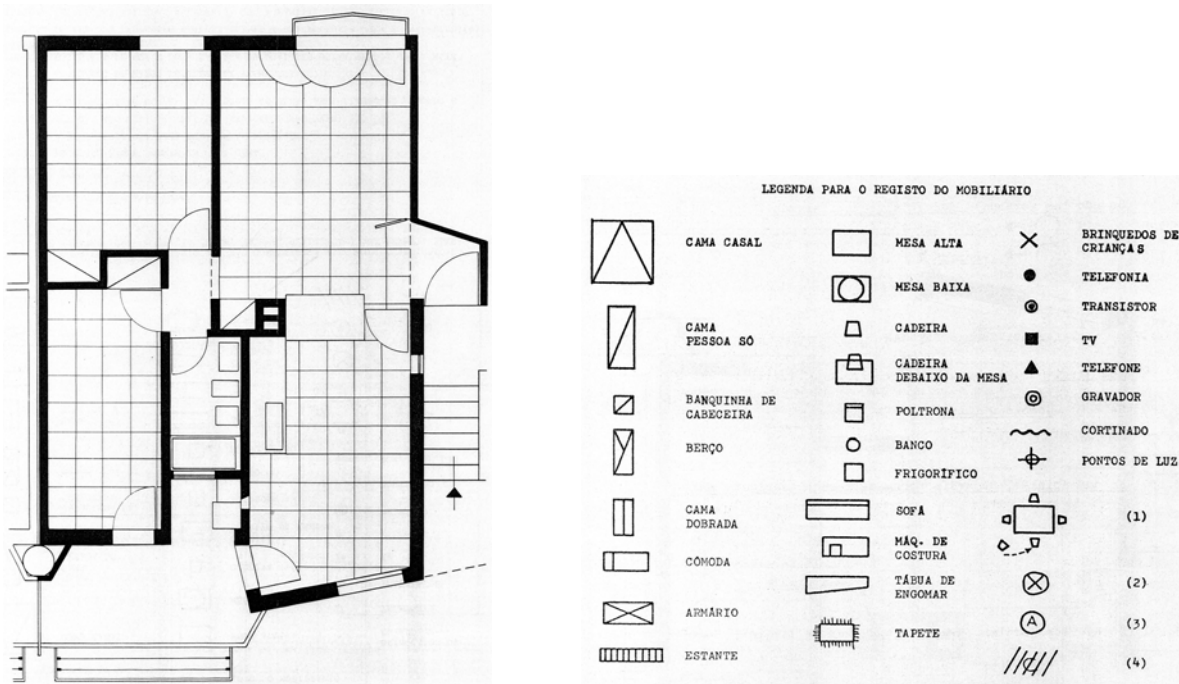


fig. 2.46 e 2.47 – Planta base e legenda de preenchimento. M. Luz Valente Pereira; Nuno Portas, *Inquérito à Habitação Urbana. Relatório Preliminar – 2. Dados para a Elaboração do Questionário. O Questionário*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1969, pp. 64 e 65.

dos próprios resultados dos inquéritos experimentados, foram igualmente pedidas às equipas que efectuassem um relatório, incluindo as dificuldades encontradas. A primeira leitura desta experiência era clara. Por um lado, a extensão dos inquéritos resultara em entrevistas excessivamente longas – entra as duas horas e meia e as três – e algumas das questões, quer pelo seu conteúdo quer pelo modo como se encontravam formuladas, tornavam difíceis o seu entendimento por parte dos inquiridos pertencentes aos grupos socioeconomicamente mais baixos. Por outro, era identificada alguma dificuldade na realização das mesmas, seja pela impreparação dos inquiridores, seja pela desconfiança de alguns dos entrevistados face a eles⁶²⁸. A fechar esta avaliação é sublinhado o interesse por um enfatizar do caminho interpretativo, que ultrapassasse o da mera informação descritiva. Igualmente a redução significativa do tempo de entrevista é assinalada como essencial, apresentando como possibilidade um tronco comum e partes utilizáveis dependendo das primeiras respostas obtidas⁶²⁹.

Compreender o modo de habitar, consciente do dinamismo que o envolve, e procurar respostas para minimizar custos sociais e pessoais na inadequação das famílias aos fogos e vice-versa, são eixos que marcam investigações relevantes efectuadas, tanto no LNEC como no GTH, durante a década de 1960 e prolongando-se, nalguns casos, pela seguinte⁶³⁰. Outras linhas de trabalho vão sendo seguidas,

⁶²⁸ Idem, *Ibidem*, p. 76.

⁶²⁹ Idem, *Ibidem*, pp. 77-78.

⁶³⁰ Ver, por exemplo: M. Luz Valente Pereira; M. Amélia Gago, *Inquérito à Habitação Urbana. Pesquisa de campo. Relatório integrado no Planeamento de Estudos no Domínio de Edifícios*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1972, Idem, *Inquérito à Habitação Urbana. Análise e interpretação das actividades habitacionais e a sua relação com os espaços da casa*.

alimentando a reflexão mais genérica sobre a habitação e a concretização considerada mais adequada do projecto da mesma. Procurando suportar os sistemas de projecto com novos instrumentos, em 1966, é publicado um estudo de Alexandre Alves Costa e Nuno Portas sobre as relações entre as distintas funções do fogo, ultrapassando a relação directa fogo-família e procurando prestar atenção especial às actividades levadas a cabo numa habitação⁶³¹. Esta avaliação, não querendo substituir o “juízo normativo do projectista”, propõe-se apoiar o trabalho desenvolvido por este. Mais uma vez, são sublinhadas as ausências significativas de estudos semelhantes e proposto um trabalho de “análise detalhada”, capaz de fixar esquemas tipológicos suportados por métodos estatísticos,

apoiados pelo tratamento computacional, onde as relações mais favoráveis são identificadas⁶³². Este tipo de aproximação ao material que os inquiridos recolham, visava, segundo os autores, uma aplicabilidade mais eficiente do muito que, possivelmente, já se encontrava próximo do senso comum, aqui actualizado pelo conhecimento que as respostas dos moradores permitem.

Mantendo uma listagem utilizada noutros trabalhos do LNEC, organizada em dezasseis funções fundamentais⁶³³, o trabalho procurava identificar complementaridades, possibilidades de agrupamento e de organização por conjuntos, assim como inter-relações – comunicação e separação – entre funções. Deste modo, são apresentados quadros que procuram sintetizar a avaliação destas características inquiridas. Para o caso das compatibilidades, são identificadas três variações desta – possibilidade de desenvolvimento simultâneo (tipo 1), sucessivo (tipo 2) e alternativo (tipo 3) –, assim como a incompatibilidade entre funções. Surge, deste modo, um esquema que cruza a relação

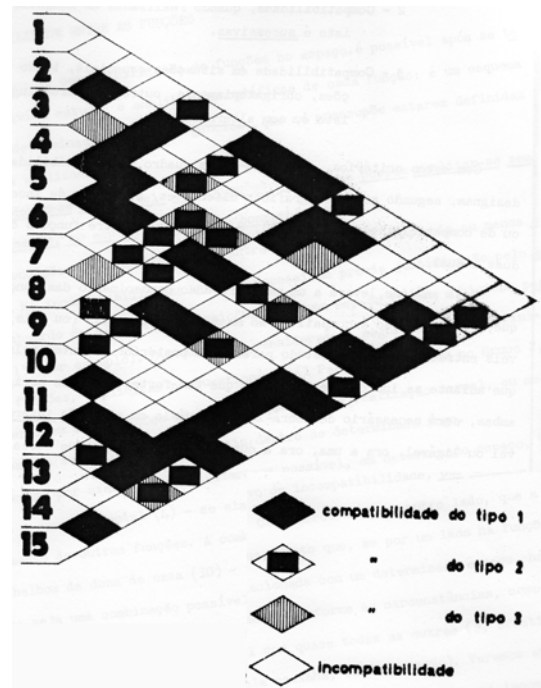


fig. 2.48 – Compatibilidades de funções. Alexandre Alves Costa; Nuno Portas, *Racionalização das Soluções de Habitação. Parte II. Análise parciais das relações entre funções do fogo*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1966, p. 4.

Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1974 e Luz Valente Pereira; M. Amélia Corrêa Gago, *O Uso do Espaço na Habitação*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1974.

⁶³¹ Costa; Portas, *Racionalização das Soluções de Habitação. Parte I. Anexo 1. Matriz - Quadro de Relações Lógicas* (não consultado) e Laboratório Nacional de Engenharia Civil; Alexandre Alves Costa; Nuno Portas, *Racionalização das Soluções de Habitação. Parte II. Análise parciais das relações entre funções do fogo*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1966.

⁶³² Costa; Portas, *Racionalização das Soluções de Habitação. Parte II. Análises parciais das relações entre funções do fogo*, pp. 1 e 7.

⁶³³ São elas: 1 – Dormir; 2 – Alimentação (preparação das refeições); 3 – Alimentação (refeições correntes); 4 – Alimentação (refeições especiais); 5 – Estar-reunião (tempos livres familiares); 6 – Estar-receber; 7 – Actividades particulares (recreio crianças); 8 – Actividades particulares (estudo jovens); 9 – Actividades particulares (trabalho adultos); 10 – Tratamento de roupas (passar, costura); 11 – Tratamento de roupas (lavagem); 12 – Tratamento de roupas (secagem); 13 – Higiene pessoal; 14 – Permanência em exterior; 15 – Separação, comunicação de zonas e 16 – Arrumos (Idem, *Ibidem*, anexo).

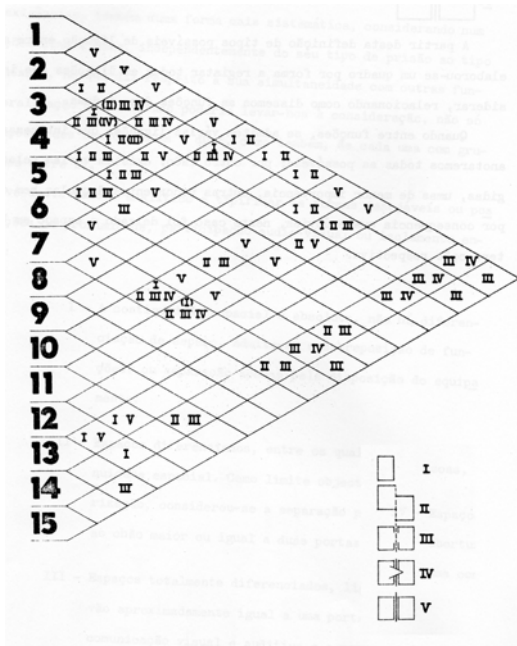


fig. 2.49 – Inter-relações de funções. Alexandre Alves Costa; Nuno Portas, *Racionalização das Soluções de Habitação. Parte II. Análise parciais das relações entre funções do fogo*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1966, p. 43.

existente entre cada par de funções [fig. 2.48]. Da leitura deste quadro observava-se que umas resultavam óbvias – dormir/descanso pessoal (1) é incompatível com a preparação das refeições (2) –, mas outras que conferem densidade e riqueza a leituras que algumas opções de desenho do fogo anteriores tornaram planas⁶³⁴. As relações da zona de preparação das refeições (2) com os distintos tipos de refeições em família são antagónicas. Se é possível ser compatível com a função de refeições ditas correntes (3) é colocado como incompatível com as refeições especiais (4), não se abrindo sequer a possibilidade de acontecerem no mesmo espaço sucessiva ou alternadamente. A preparação dos alimentos tem com as funções de estar-reunião familiar (5) e estar-receber

(6) um antagonismo semelhante, compatível com a primeira e incompatível com a segunda.⁶³⁵ A quotidianidade de umas e a excepcionalidade e representatividade de outras enquadram esta leitura. A tentativa de diminuir a importância das últimas terá sido um dos maiores insucessos de algumas das opções tomadas nos desenhos dos fogos destas décadas.

Na avaliação das inter-relações, com a identificação do tipo de comunicação ou separação das funções, são apresentadas cinco possibilidades – desde a continuidade espacial absoluta (I), até aos espaços isolados (V), passando pelos espaços diferenciados (II), totalmente diferenciados ligados por vão tipo porta (III) e totalmente diferenciados ligados por vão tipo passa-pratos (IV). Mais uma vez, as funções são cruzadas em pares e deste cruzamento resultam identificáveis distintos tipos de relações, inclusivamente várias possibilidades em paralelo [fig. 2.49]. Considerando os exemplos de pares anteriormente referidos, é possível encontrar uma coincidência genérica entre compatibilidades de funções e inter-relação dos espaços que as acolhem. Assim, dormir (1) surge totalmente isolado da preparação das refeições (2), com uma relação do tipo V. Esta última pode acontecer no mesmo espaço ou em espaço contíguos e diferenciados (tipos I ou II) com as refeições habituais (3). Relativamente às refeições especiais (4), são apresentadas preferencialmente as soluções dos tipos III e IV, espaços diferenciados ligados por vão do tipo passa-pratos ou porta.⁶³⁶ As opções espaciais devem,

⁶³⁴ Veja-se a avaliação efectuada aos fogos projectados pelo arquitecto J. Vasconcelos Esteves (1950) para os Olivais Norte [fig. 2.41 e 2.42] no subcapítulo “5.6.5. A avaliação do espaço doméstico”.

⁶³⁵ Costa; Portas, *Racionalização das Soluções de Habitação. Parte II. Análises parciais das relações entre funções do fogo*, pp. 2-4.

⁶³⁶ Idem, *Ibidem*, pp. 41-43.

segundo esta avaliação, permitir uma proximidade facilitadora mas cujo sistema de separação entre espaços seja controlável pelos moradores.

Com objectivos distintos são efectuadas investigações, tangentes ao tema central do estudo dos fogos e influentes, em diversos graus, no desenho dos mesmos. Num sentido que ganhará importância posteriormente à década em estudo, a escala urbana surge como relevante quando, em 1968, Bartolomeu Costa Cabral publica um trabalho sobre as formas de agrupamento dos fogos. O duplo carácter desta preocupação – modo de organizar um conjunto de fogos e a formação de elementos urbanos – confere-lhe uma importância especial num contexto onde, segundo o autor, se assistia a um “aumento da mobilidade e tempos livres” mas que era também resultante da crescente urbanização do território. A apreciação proposta é efectuada através de treze exemplos realizados pela FCP-HE, espalhados pelo país, resultando na identificação de problemas, como a separação entre os conjuntos e a cidade próxima ou o défice de outras actividades não-habitacionais. Das conclusões mais directamente relacionadas com o uso do fogo é apontada a necessidade de, paralelamente à densificação das ocupações, se conseguirem assegurar as “condições de privacidade e de fruição de prolongamento da casa”.⁶³⁷

Se em alguns países a necessidade e o esforço de fixar mínimos, aplicáveis tanto às casas económicas como às restantes, trazia algumas décadas de percurso e encontrava-se, nesta década de 1960, em fase de flexibilização⁶³⁸, em Portugal encontramos a condensação de meio século em pouco mais de duas décadas. Paralelamente à necessidade de fixar indicadores, matrizes e orientações, surge a vontade de perceber a realidade dos fogos e das famílias para, deste modo, existir a convicção de que se cumpre com verdade aquilo que se fixa como limite e orientação.

A amplitude da dificuldade encontrada está directamente relacionada com a acção do tempo e a actualização acelerada da célula familiar, onde modos de fazer, viver e representar sofrem mutações em tempos desfasados, contra um processo de consolidação dos papéis que demorara séculos a acontecer. Quando, no século XVII, encontramos o início da feminização do espaço doméstico, em resultado de um abandono – por parte das famílias burguesas – do elevado número de criados, traz-se para a figura feminina principal o papel e a responsabilidade de gerir e fazer grande parte das actividades domésticas. Esta passava, deste modo, a ser o motor da intimidade e do conforto

⁶³⁷ Cabral, *Racionalização de Soluções de Organização de Fogos - Formas de Agrupamento da Habitação. Relatório Parcial*, pp. 1-2 e 36-38.

⁶³⁸ No caso dos Estados Unidos da América, por exemplo, as primeiras tentativas de criar um corpo consolidado de conhecimento e matrizes aplicáveis à habitação acontece no final da década de 1930. A partir de meados dos anos 1960 e princípio da década seguinte, a flexibilidade e a adaptabilidade passam a ser definidoras do novo modo de ver o problema (Peter G. Rowe, *Modernity and Housing*. London; Cambridge: MIT Press, 1995, pp. 56-59).

acolhedor do mundo privado, arrastando essa atribuição até à actualidade⁶³⁹. Assistimos assim, à fixação, em paralelo, da feminização da habitação juntamente com o aumento da importância do espaço privado e íntimo que é necessário a uma casa para ser espaço doméstico efectivo, para se concretizar como lar. Se este processo genericamente se efectua e se constitui, de modo paulatino, como matriz no relacionamento da casa com aqueles que nela habitam, e vice-versa, as alterações sociais às quais se assistiu no caso português, especificamente a partir do segundo quartel do século XX, resultarão numa nova visão sobre o projecto do espaço doméstico.

Alguns dos trabalhos observáveis, onde se enquadra, por exemplo, o realizado por Nuno Portas em 1959, fixam-se ainda a um modelo de família que, na maior parte dos casos, já se encontra em lento desaparecimento ou pelo menos em mutação. Quando é procurada valorização da relação interior/exterior para “permitir à mulher, no decorrer do seu dia, auscultar da sua rua, ou dos próprios filhos, sentir-se menos só”⁶⁴⁰, a imagem familiar está em dissonância com parte do que é a realidade familiar. Inclusivamente, nas classes menos favorecidas sobre as quais Portas se encontrava a reflectir, a lógica do trabalho feminino fora de casa encontrava-se ainda mais enraizado⁶⁴¹.

Parte dos estudos realizados em Portugal, a meio do século XX, visam analisar, reflectir e criar matrizes para as exigências mínimas da habitação, não perdendo de vista a premissa do dinamismo dos grupos estudados. Mas, a maior dificuldade neste tipo de estudos prende-se com o conceito de mínimo, num contexto que é marcado por um forte dinamismo dos papéis familiares e das suas actividades. As novas necessidades a considerar, para além das exigências físicas óbvias, prendem-se com a possibilidade de satisfação ou não em termos psicológicos. Ambas as exigências, cujo cumprimento contribui para estabelecer um mínimo de referência, deveriam ser trabalhadas tendo em conta a “perspectiva de evolução”. Referindo-se ao correcto desenvolvimento do núcleo familiar, assim como dos indivíduos, deve ser estabelecido – cita Nuno Portas, em 1964, o arquitecto dinamarquês Steen Eiler Rasmussen – um “programa-tipo de vida e uso da casa do ponto de vista material, moral, cultural e social”⁶⁴². Dada a dimensão e responsabilidade hercúlea que conseguimos identificar nesta postura face ao pensar e projectar da casa, pode-se perceber a posição que Nuno Portas e outros arquitectos e investigadores defendiam para a arquitectura: actuante e receptiva face à realidade, visando necessariamente melhorá-la.

⁶³⁹ Rybczynski, *Home. A short story of an idea*, p. 72.

⁶⁴⁰ Portas, *A Habitação Social. Proposta para a metodologia da sua arquitectura*, p. 144.

⁶⁴¹ Ana Nunes de Almeida, “Mulheres e famílias operárias: a «esposa doméstica»”, *Análise Social*, vol. XXVIII, n.º 120, 1.º Trimestre 1993, pp. 105-132.

⁶⁴² Portas, *Estudo das Funções e da Exigência de Área da Habitação. Volume I - Necessidades familiares e áreas da habitação. Análise de exigências por funções, da habitação*, p. 3.